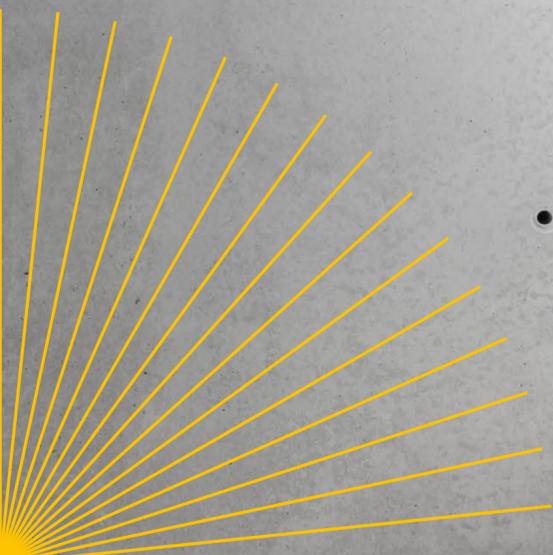




SÓLIDOS NA TRANSFORMAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2021

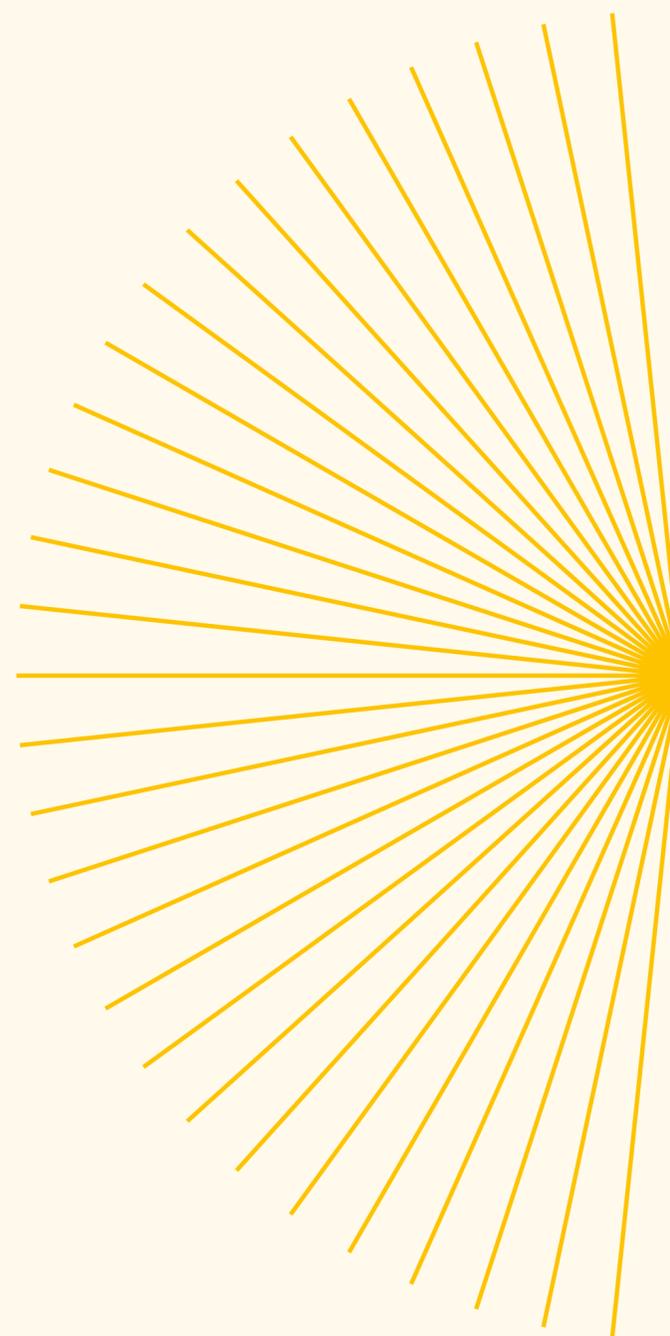


Solidez é a matéria prima da estabilidade, da construção que não se deixa destruir, do progresso que não vai voltar atrás.

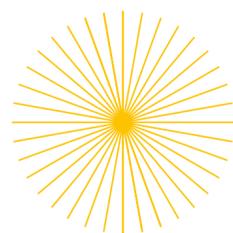
Solidez é estrutura, integridade, firmeza. É a base que sustenta o futuro. É o presente que veio para ficar.

Somos sólidos no nosso propósito, sólidos nos valores que defendemos, sólidos na qualidade dos nossos produtos,

SÓLIDOS NA TRANSFORMAÇÃO



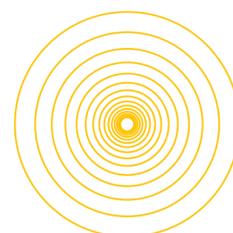
Índice



01 _____

**Relatório
de Gestão
Consolidado**

P. 04



02 _____

**Demonstrações
Financeiras
Consolidadas**

P. 39



03 _____

**Certificação
Legal às Contas
Consolidadas**

P. 144



01

02

03



01

Relatório de Gestão Consolidado

SÓLIDOS NA TRANSFORMAÇÃO



01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

01 _____ Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva





01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



RICARDO PIRES
Presidente do Conselho
de Administração

Mensagem de Ricardo Pires e Otmar Hübscher

A Secil apresentará em 2022
o seu novo ciclo estratégico,
denominado **Ambição 2025**

Crescimento Sustentável posicionará a Empresa para
atingir com sucesso as metas previstas para 2030.



LEIA A MENSAGEM



OTMAR HÜBSCHER
Presidente da Comissão
Executiva



01

02

03



A Secil está totalmente alinhada com os compromissos mundiais

Europeus e nacionais de descarbonização da indústria cimenteira até 2050, que preveem o atingimento de importantes metas já em 2030.

A título de exemplo, a Empresa tem já em curso um importante investimento industrial na Fábrica Secil-Outão, em Portugal.



Mudança de Ciclo

O exercício de 2021 marca o encerramento de um ciclo de recuperação na Secil, cujos objetivos foram globalmente alcançados, permitindo desenhar um novo ciclo de renovada ambição e crescimento sustentável, a partir de 2022.

No final de 2016 foi delineada a estratégia *Return 2020* para permitir à Secil retomar bons níveis de rentabilidade, diminuir o seu nível de endividamento e alterar o seu modelo de gestão, num ciclo de 4 anos a terminar em 2020.

Neste contexto foram concebidos e implementados com sucesso dezenas de projetos nas frentes operacionais, financeiras e de gestão cuja execução foi progressivamente contribuindo para alcançar os objetivos pretendidos. Todo o programa *Return 2020* foi estruturado a partir de duas bases fundamentais: o desenvolvimento de competências de liderança das equipas e a criação de uma sólida cultura de segurança transversal a todas as operações da Empresa, eixos de transformação estrutural que se revelaram fundamentais para o êxito de todo o Programa.

A eclosão da crise pandémica COVID-19 e os seus profundos efeitos nos vários mercados em que a Secil atua determinou que o ciclo *Return* se

prolongasse por mais um ano, até 2021, sendo possível agora constatar o pleno atingimento dos principais objetivos, dos quais destacamos o regresso da Secil a bons níveis de rentabilidade e a redução do endividamento para níveis adequados que permitem perspetivar um novo ciclo de desenvolvimento.

Apesar da persistência da pandemia COVID-19 e do efeito cambial adverso em vários dos seus mercados em 2021, foi possível aumentar o volume de negócios consolidado em cerca de 10% para 496 M€, alcançar um EBITDA de 145 M€, 17% superior a 2020, e apresentar um resultado líquido que ultrapassa os 66M€, 16 % acima do ano transato.

Mais do que os robustos resultados financeiros, podemos garantir que a Secil se encontra solidamente apetrechada para encetar um novo ciclo de crescimento, fazendo face aos principais desafios de sustentabilidade, descarbonização e digitalização que toda a atividade económica em geral enfrenta e, muito particularmente, a atividade industrial.

A Secil está totalmente alinhada com os compromissos mundiais, europeus e nacionais de descarbonização da indústria cimenteira até 2050, que preveem o atingimento de importantes metas já em 2030. A título de exemplo, a Empresa tem já em curso um importante investimento

industrial na Fábrica Secil-Outão, em Portugal, designado CCL- *Clean Cement Line*, que permitirá colocar esta unidade fabril entre as mais avançadas do mundo em termos de emissões de CO₂ e eficiência energética.

A Secil apresentará em 2022 o seu novo ciclo estratégico, denominado *Ambição 2025- Crescimento Sustentável*, baseado em 7 elementos que posicionarão adequadamente a Empresa para atingir com sucesso as metas previstas para 2030.

A resiliência e capacidade de adaptação evidenciadas pela organização, em todos os seus níveis de gestão, durante a pandemia COVID-19 permitem encarar com esperança o difícil contexto que se anuncia para 2022 pela incerteza ao nível económico, com especial destaque para a turbulência nos mercados energéticos, as tensões inflacionistas e as dificuldades de comércio internacional.

Cumpramos ainda manifestar o nosso apreço e agradecimento a Clientes, Colaboradores, Fornecedores, Acionistas e demais Partes Interessadas pela confiança depositada na Secil.

Toda a comunidade de trabalho da Secil está motivada e determinada a continuar a exercer a sua atividade com a responsabilidade, rigor e solidez que são seu apanágio há mais de nove décadas de história.



01

02

03



Conselho de Administração

A estrutura organizacional do Grupo Secil é constituída por um conselho de administração e uma comissão executiva, cujos membros colocam diariamente o seu conhecimento e empenho ao serviço da Secil.



PRESIDENTE

Ricardo Pacheco Pires



VICE-PRESIDENTE

Otmar Hübscher



VOGAL

Carlos Medeiros
Abreu



VOGAL

Carlos Correia
de Barros



VOGAL

Manuel António
de Sousa Martins



VOGAL

Sérgio António
Alves Martins



VOGAL

Carlos Coelho Alves



VOGAL

Javier de Benito



VOGAL

Vítor Paranhos Pereira



01

02

03



Nota Curricular dos membros da Comissão Executiva



A estrutura organizacional do Grupo Secil é constituída por um conselho de administração e uma comissão executiva, cujos membros colocam diariamente o seu conhecimento e empenho ao serviço da Secil. Conheça aqui a sua composição.



OTMAR HÜBSCHER

Vice Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Nacionalidade suíça

Licenciado em Administração de Negócios pela Universidade de Saint Gallen, HSG, na Suíça, complementado com educação executiva intraempresa

Ingressou no Grupo Holcim em 1991, tendo desempenhado inúmeras funções, a partir de 1998, em vários países da América Latina, designadamente CFO no Equador, Chile e Argentina e CEO na Argentina e no Brasil, sendo responsável pela integração da Holcim e Lafarge na América Latina em 2015-2016.

Desde 2017 é CEO da Secil e membro do Conselho de Administração da Supremo Cimentos no Brasil, da Ciments de Siblinge no Líbano e da SCG na Tunísia

Na Secil, exerce a Presidência Executiva e é responsável pelas funções de Auditoria e Controlo Interno, Jurídico, Sustentabilidade, Desenvolvimento de Estratégia de Negócio, Comunicação Institucional, e Recursos Humanos.



CARLOS MEDEIROS ABREU

Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva

Nacionalidade portuguesa

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, complementado com Educação Executiva pela Universidade Católica Portuguesa e Universidade Kellogg e educação técnica intraempresa

Ingressou na Secil em 1981 tendo assumido funções como membro da Comissão Executiva em 2003.

É membro do Conselho de Administração da SCG, na Tunísia desde 2000, na Ciments de Siblinge, no Líbano desde 2012 e na Supremo Cimentos, no Brasil, desde 2013.

Representa a Secil em Associações Profissionais e Empresariais como a APIGCEE, a ATIC ou a AASET.

Na Secil, lidera o Desempenho Operacional do Grupo, sendo responsável pelas áreas Técnicas, Inovação, Desenvolvimento de Produto, Saúde & Segurança, Procurement e Projectos Especiais, nomeadamente a descarbonização do cimento.



01

02

03



Nota Curricular dos membros da Comissão Executiva



MANUEL DE SOUSA MARTINS

Vogal do Conselho de
Administração e Membro
da Comissão Executiva

Nacionalidade portuguesa

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, instituição onde obteve também o grau de MBA, complementado com Educação Executiva no INSEAD e London Business School.

Foi Diretor Geral da IMG Energias e co-fundador da Infinenergy.

Entre 2011 e 2016 foi CEO da ETSA , empresa do Grupo Semapa.

Desde 2016 é membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da Secil, tendo exercido funções de CEO do Brasil em 2016 e 2017.

Desde 2017 que assume a função de CEO da Unidade de Negócios de Portugal, que engloba também as operações de Terminais na Holanda, Cabo Verde e Espanha. Acumula ainda a liderança da área de Excelência Comercial ao nível do Grupo.



CARLOS CORREIA DE BARROS

Vogal do Conselho de
Administração e Membro
da Comissão Executiva

Nacionalidade portuguesa

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, complementado com MBA pelo INSEAD e Educação Executiva em Wharton e MIT.

Desempenhou funções no Kaizen Institute entre 2004 e 2007 e na Mckinsey & Company entre 2008 e 2014.

Ingressou na Secil em 2014 como Diretor de Estratégia e Desenvolvimento.

Desde 2020 é vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da Secil e membro do Conselho de Administração da Supremo Cimentos, no Brasil e da SCG, na Tunísia.

Desde 2021 é Administrador Financeiro, com responsabilidade pelas áreas de Finanças do Grupo, Planeamento e Controlo de Gestão, Contabilidade e Fiscalidade e Sistemas de Informação.



01

02

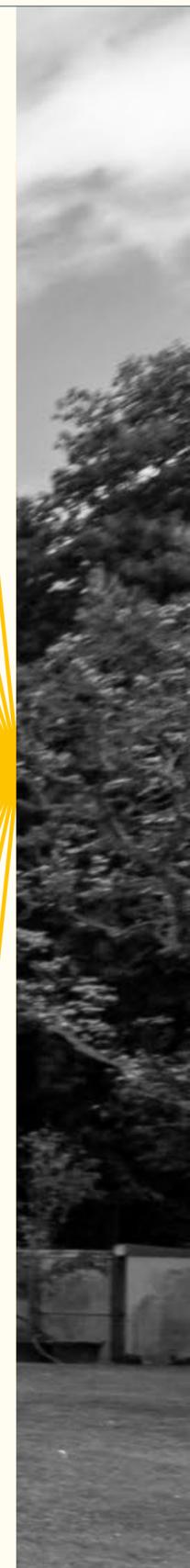
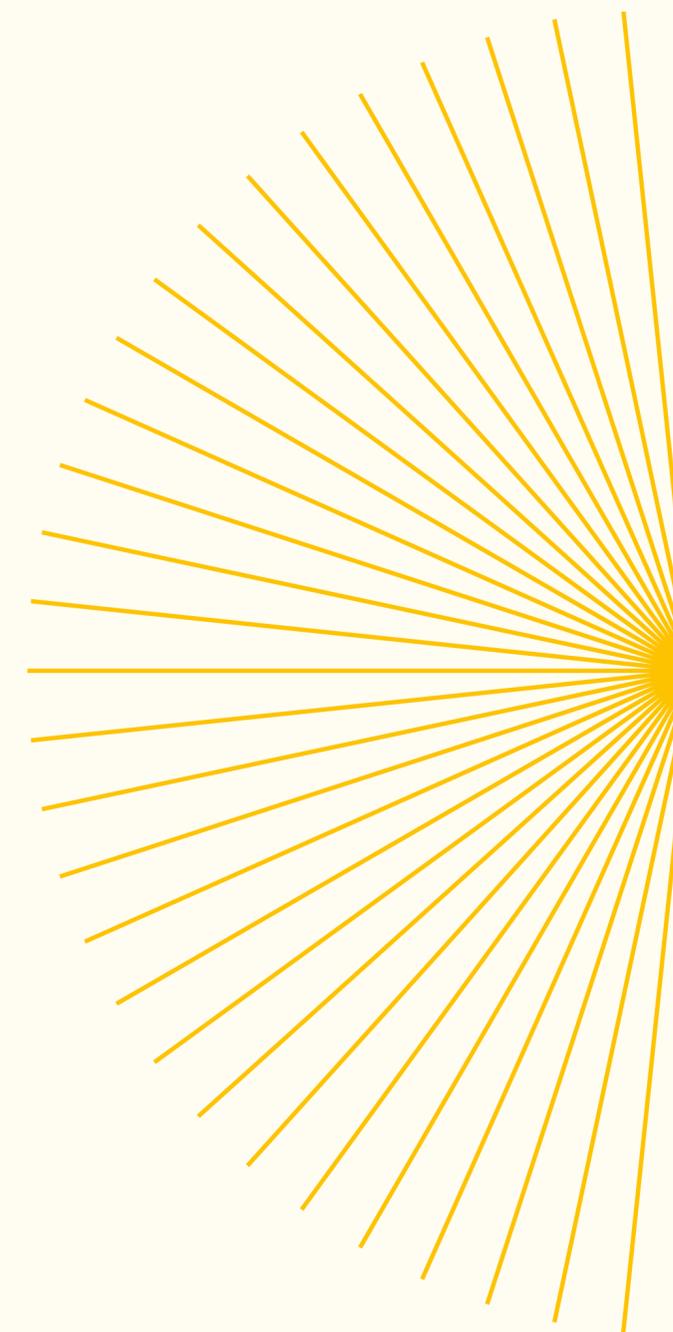
03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



02 _____ Perfil do Grupo Secil e principais indicadores





01

02

03



02 Perfil do Grupo Secil e principais indicadores



Através das suas oito fábricas de cimento e da presença em oito países e quatro continentes, o Grupo Secil garante uma capacidade anual de produção de cimento superior a 9Mt.

A Secil é um Grupo empresarial que assenta a sua atividade na produção e comercialização de cimento, betão pronto, agregados, argamassas, prefabricados de betão e cal hidráulica. Para além disto, também integra empresas que operam em áreas complementares como o desenvolvimento de soluções no domínio da preservação do ambiente e a utilização de resíduos como fonte de energia.

O grupo Secil consolidou-se em Portugal, de onde é originário, e expandiu-se nas últimas duas décadas para outros mercados. Atualmente opera três fábricas de cimento em Portugal (Outão, Maceira e Cibra-Pataias) e está presente no exterior em Angola, na Tunísia, no Líbano, em Cabo Verde, na Holanda, Espanha e no Brasil.

Através das suas oito fábricas de cimento e da presença em oito países e quatro continentes, o Grupo Secil garante uma capacidade anual de produção de cimento superior a nove milhões de toneladas, quer para satisfazer os seus clientes nos respetivos mercados nacionais, quer para diversos destinos de exportação.

A presença internacional do Grupo permite-lhe tirar partido de ganhos de escala, partilha de *know-how* industrial e diversificar riscos associados aos ciclos económicos dos mercados de construção nacionais em que o Grupo opera.

Hoje, o Grupo Secil é um grupo de cariz internacional, com parte significativa dos seus colaboradores e do seu volume de negócios realizado fora de Portugal.





01

02

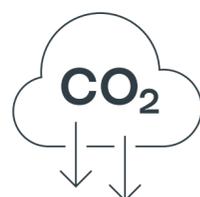
03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

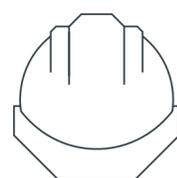
Principais Indicadores do Grupo

O grupo Secil consolidou-se em Portugal, de onde é originário, e expandiu-se nas últimas duas décadas para outros mercados.



-8%

Kg CO2 por t/cimentício
vs. emissões de 1990



-10%

Taxa de Frequência Acidentes
vs. taxa de frequência de 2020

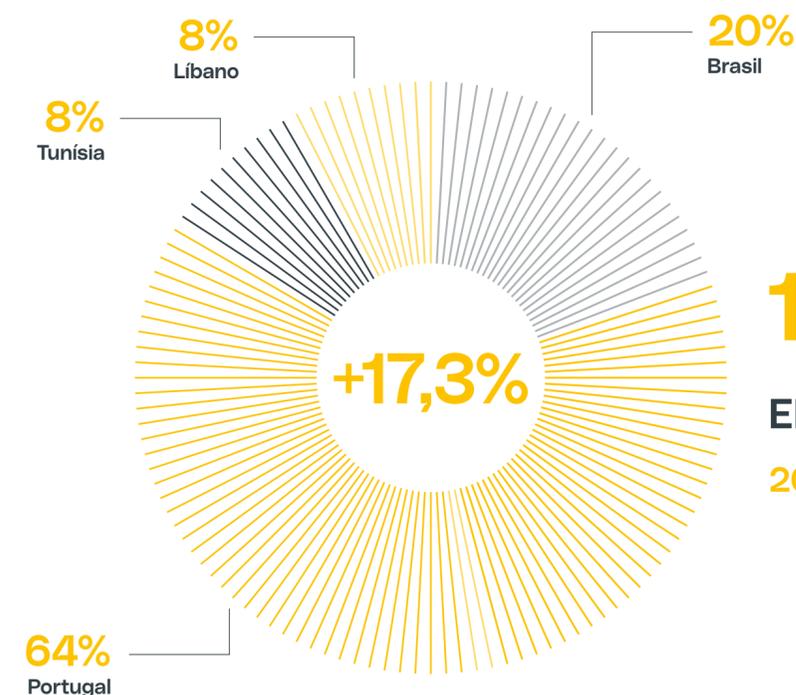
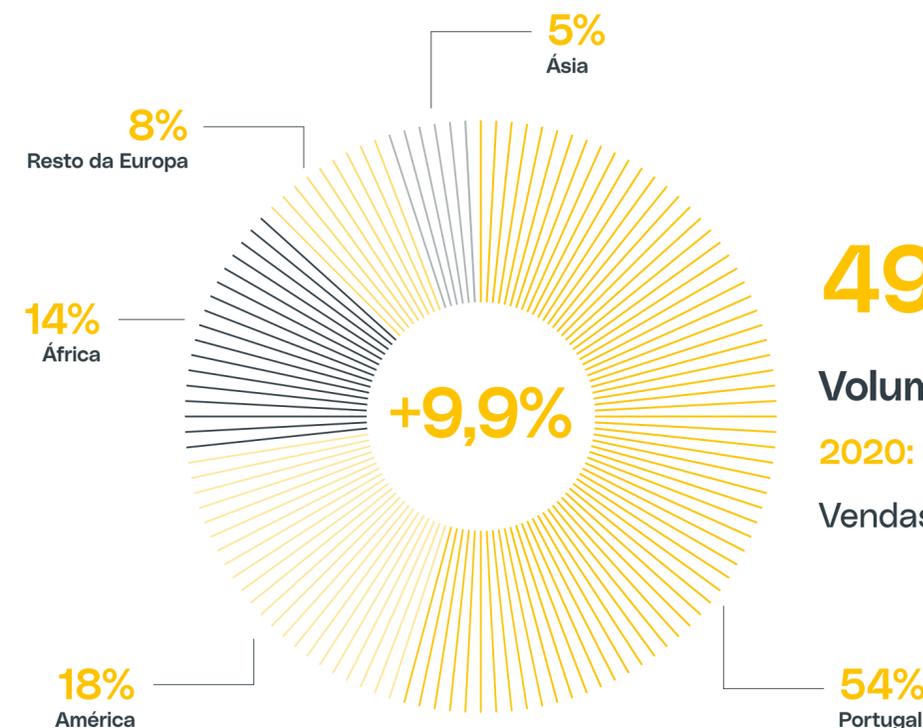
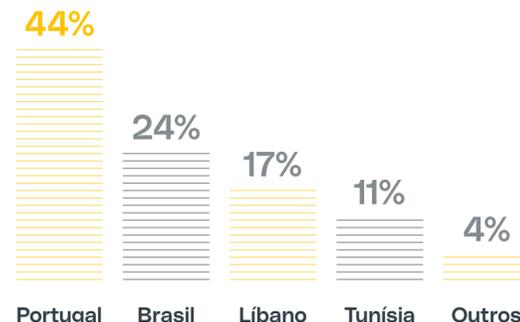
9,5Mt

Capacidade de produção de Cimento
8 fábricas



2.346

N.º de Colaboradores
-46 face a 2020





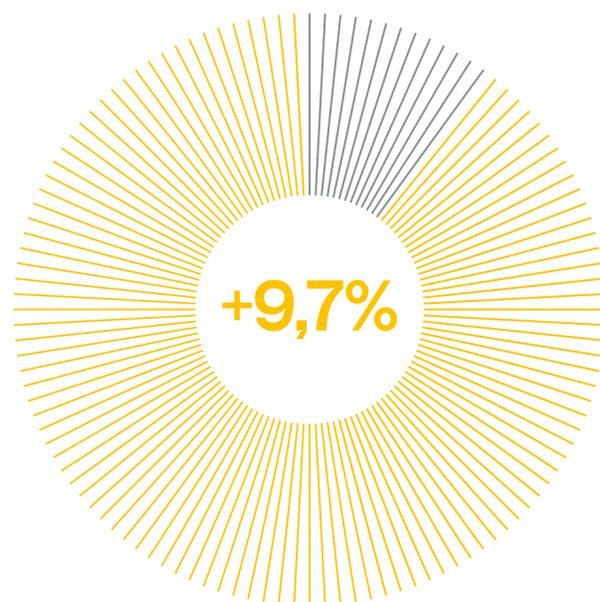
01

02

03



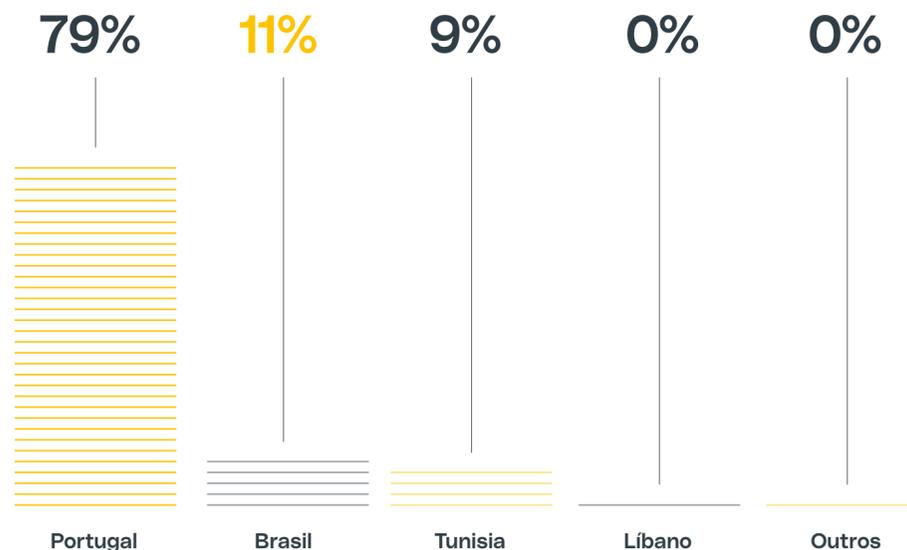
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



113,3M€

Cash flow

2020: 103,3M€

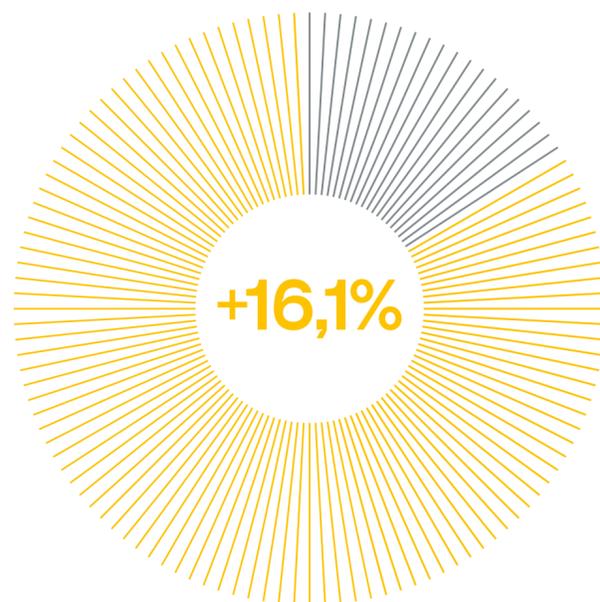


43,3M€

Investimento em Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

2020: 25,8M€

+67,8%



66,3M€

Resultado Líquido atribuível a acionistas

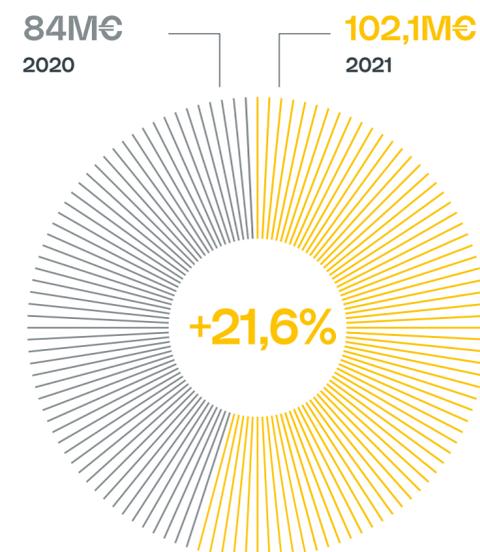
2020: 57,1M€



Margem EBITDA



EBIT



253,9M€

Dívida Líquida Remunerada

2020: 272,8M€

+6,9%



295,5M€

Dívida Líquida Remunerada + IFRS16

2020: 297,8M€

-0,8%



01

02

03

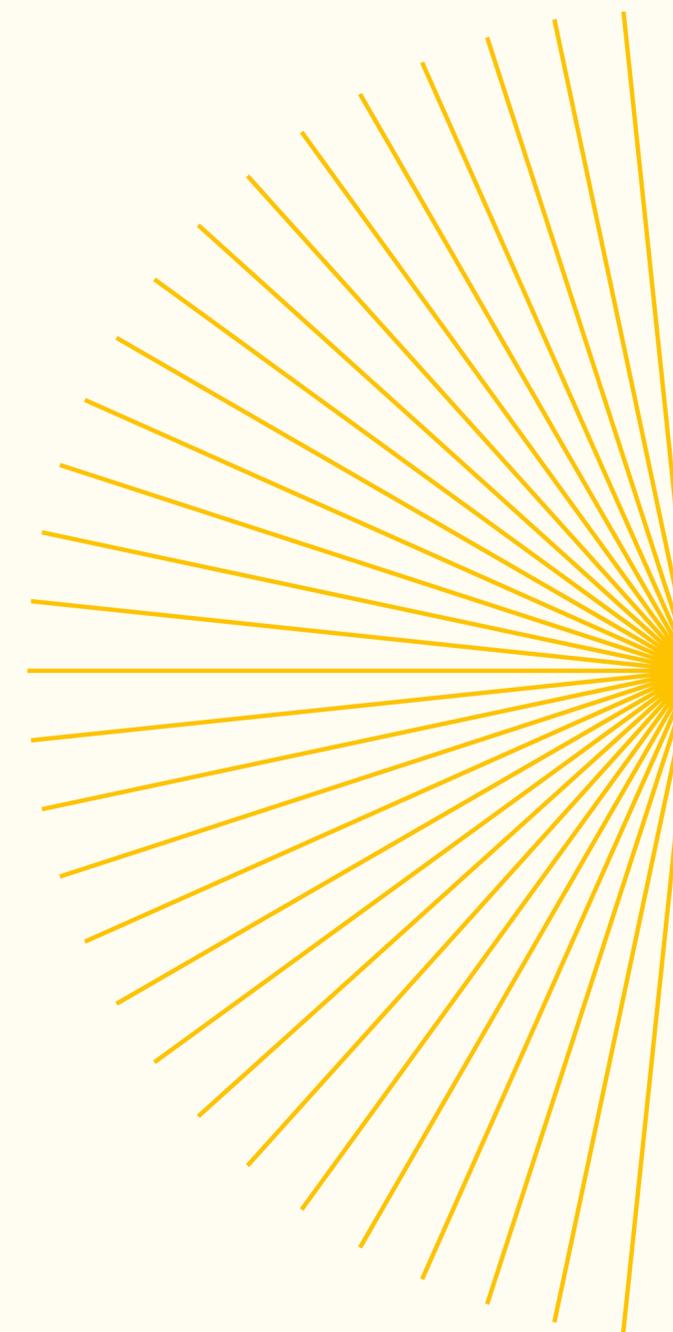


RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



03 _____

A nossa Missão, Visão e Valores





01

02

03



03 **A nossa Missão, Visão e Valores**



Três anos depois de construir a Missão, Visão e Valores para todo o grupo, a Secil lançou o projeto de Cultura & Clima

Três anos depois de construir a Missão, Visão e Valores (MVV) para todo o grupo, a Secil lançou o projeto de Cultura & Clima em fevereiro de 2021 nas 5 geografias onde está presente – Portugal (que consolida as operações em Cabo Verde, Espanha e Holanda), Tunísia, Angola, Líbano e Brasil. O diagnóstico chamado internamente de “Vamos conversar?” contou com a participação de 84% colaboradores e reforçou que a MVV já é percebida como a Cultura do Grupo.

A missão do Grupo Secil é sua razão de existir:

“Dar forma às ideias, fornecendo soluções de cimento aos nossos clientes, carreiras estimulantes às nossas pessoas, uma cidadania responsável às nossas comunidades e valor aos nossos acionistas”.

A visão do Grupo Secil é a sua ambição para a próxima década, o que se vê e o que se quer atingir:

“Empenhamo-nos em ser, nas comunidades que servimos, o fornecedor de soluções de cimento preferido dos nossos clientes”.



Código de Conduta da Secil constitui um pilar fundamental do Grupo e da sua estratégia.

O documento reúne um conjunto de princípios e regras aplicáveis a todos os colaboradores, garantindo a observância de elevados padrões de ética empresarial e de integridade pessoal por parte de todas as pessoas que compõem a organização e do Grupo em si mesmo no exercício das suas atividades.

Os princípios de atuação incluem temas como diligência, lealdade e colaboração, conflito de interesses, ofertas, urbanidade e integridade, assédio, não discriminação, confidencialidade e legalidade. O documento também contempla os compromissos do Grupo Secil com as partes interessadas e aborda os temas da sustentabilidade, direitos laborais e igualdade, saúde, segurança e ambiente.



01

02

03



Os valores do Grupo Secil

São a nossa forma de agir e liderar, os comportamentos adotados por todos os colaboradores.



Integridade

Traduz comportamentos de honestidade, retidão, imparcialidade, transparência e honradez. É a forma de estar e de agir de cada pessoa. Frases que definem este valor:

- Nós mostramos respeito e valorizamos todos os indivíduos e todas as ideias;
- Nós somos honestos e confiáveis nas nossas relações com as outras pessoas;
- Nós aderimos aos mais altos padrões de ética e segurança;
- Nós reconhecemos as melhores características dos nossos colegas e agimos em concordância.



Responsabilidade

É a qualidade individual de responder pelos seus próprios atos. Implica compreender que o sucesso ou insucesso da organização depende dos atos individuais e assumir a responsabilidade pelos mesmos. Frases que definem este valor:

- Nós somos responsáveis pelas nossas ações e pelos nossos resultados;
- Nós concentramo-nos em encontrar soluções e alcançar resultados;
- Nós adotamos práticas sustentáveis nos nossos negócios;
- Nós comprometemo-nos a construir um ambiente de trabalho saudável e seguro.



Pessoas

Pessoas alinhadas e comprometidas determinam o sucesso da organização. É o fator diferenciador nas empresas. Frases que definem este valor:

- Nós damos valor à perspetiva das outras pessoas;
- Nós ajudamos as pessoas a darem o melhor de si;
- Nós mostramos empatia e ouvimos antes de oferecer orientação;
- Nós trabalhamos incansavelmente para garantir a segurança de todos.



Desempenho

Mantemos constantemente elevados padrões de produtividade e encaramos os desafios difíceis de forma rápida, direta e eficaz. Frases que definem este valor:

- Nós somos focados nos resultados e cumprimos as nossas promessas;
- Nós temos como objetivo a nossa melhoria continua e dos nossos processos;
- Nós aprendemos com erros e sucessos em igual medida;
- Nós incentivamos a sinceridade como forma de melhorar a tomada de decisões.



Colaboração

Só se trabalharmos conjuntamente, em total ajuda e cooperação, podemos garantir a consecução dos objetivos a que nos propomos. Juntos somos mais fortes e podemos ter resultados de forma sustentável. Frases que definem este valor:

- Juntos, somos mais fortes e podemos contribuir mais;
- Nós acreditamos que objetivos partilhados e apoio mútuo levam ao sucesso;
- Nós celebramos as nossas conquistas coletivamente;
- Nós promovemos a confiança e a atenção com os outros, pois potenciam a colaboração.



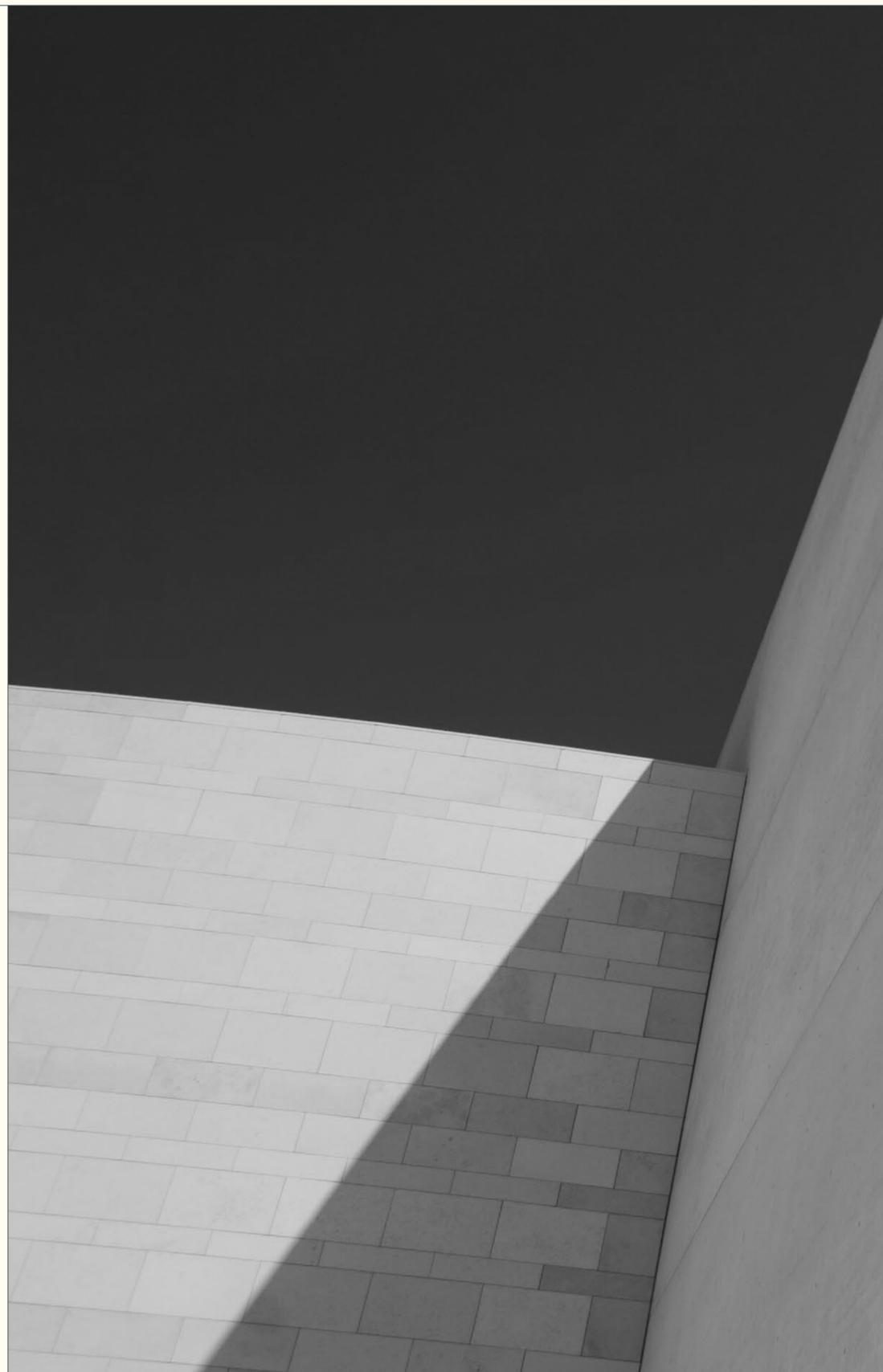
01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



04 _____ As nossas pessoas





01

02

03



04

As nossas pessoas



**A criação de valor
através das Pessoas.**

Sendo o desenvolvimento do negócio uma consequência do desenvolvimento das Pessoas, o principal desafio da gestão de Recursos Humanos é definir e implementar princípios, políticas e processos que garantam a maximização dos resultados pela criação de valor através das Pessoas. Em 2021, ano que antecedeu o novo ciclo estratégico do Grupo Secil, a equipa de Recursos Humanos avançou com quatro projetos que têm como objetivo assegurar que os princípios, políticas e processos de Gestão de Pessoas na Secil possam:

- Otimizar a execução da estratégia do negócio, através da performance das Pessoas;
- Alinhar os objetivos individuais com os objetivos estratégicos e dos negócios;
- Ter as pessoas certas no trabalho certo;
- Atrair, motivar, reter e desenvolver talento;
- Reconhecer e recompensar de forma competitiva e equitativa o desempenho.





01

02

03



Os projetos em curso são:



Gestão do Talento

Que tem como objetivo desenvolver uma política e um processo de gestão que assegure a atração, o desenvolvimento e a retenção do talento necessário para a estratégia e negócios. **Em 2021, a principal entrega deste projeto foi o Plano de Sucessão das primeiras linhas de liderança e a definição do ciclo formal de gestão de talento e, a Mobilidade Interna que, destacamos:**

Em 2021, demos passos importantes no Grupo Secil para promover a mobilidade interna.

Os alicerces dessa ação passam por, em primeiro lugar, suportar todas as pessoas no diagnóstico das suas fortalezas e no treino e desenvolvimento das suas áreas de melhoria, para que possam alcançar níveis superiores de desempenho e assumir novas responsabilidades e desafios. Em segundo lugar, criar um ambiente de liderança que promova rotinas seguras de *feedback* sobre expectativas pessoais. Em terceiro lugar, implementar processos abertos e regulares de avaliação entre as necessidades organizacionais e as necessidades e desejos pessoais.

Desta forma, os Recursos Humanos têm promovido conversas com os líderes das áreas para reforçar a busca de talentos internos para as posições abertas na organização. Só em 2021, foram mais de 25 mobilidades inter e entre geografias em todo o Grupo, em todos os níveis, incluindo a Comissão Executiva.



Gestão de Performance

Que garante o alinhamento entre objetivos individuais, de negócio e, estratégicos, bem como o *follow up* e *feedback* contínuos e o reconhecimento de contribuições individuais. **Em 2021, as principais entregas foram:** a definição de um **objetivo global de Segurança** adicional ao EBITDA que comprova a importância da Segurança para o desempenho do Grupo, a implementação da **Avaliação Intercalar**, que consiste na revisão de meio do ano dos objetivos com *feedback* formal e, o **Year-End Training**, que envolve a formação para avaliadores com introdução de um diálogo anual e formal sobre expectativas profissionais e disponibilidade para mobilidade nacional e internacional.



Gestão de Remunerações

Que estabelece as diretrizes para a política de compensação e benefícios de forma a garantir o nível de competitividade externa e equidade interna que permita atrair, motivar e reter o talento necessário em todos os mercados. Em 2021, a principal entrega deste projeto foi a realização do Job Grading das primeiras linhas de liderança.



Cultura & Clima

Três anos depois de construir a Missão, Visão e Valores (MVV) para todo o grupo, a Secil lançou o projeto de Cultura & Clima em fevereiro de 2021 nas 5 geografias onde está presente – Portugal (que consolida as operações em Cabo Verde, Espanha e Holanda), Tunísia, Angola, Líbano e Brasil. O diagnóstico chamado internamente de “Vamos conversar?” (imagem abaixo) contou com a participação de 84% colaboradores e reforçou que a MVV já é percebida como a Cultura do Grupo. O Grupo Secil começou também a medir o índice de satisfação do colaborador – eNPS – *Employee Net Promotor Score*, em que alcançou um resultado global de 35, considerado pelo *benchmark* como muito bom.

Dado que a Cultura é considerada como a personalidade da organização e que tem forte impacto na execução da estratégia e nos resultados alcançados, este diagnóstico foi realizado com o objetivo de contribuir para a identificação dos comportamentos que precisariam ser reforçados, dentro da MVV, para o sucesso do novo ciclo estratégico que se inicia em 2022.



01

02

03



Assim, definiram-se três pilares para foco de mudança cultural nos próximos anos.

Relativamente ao Clima Organizacional, os planos de ação a serem implementados em 2022 foram definidos localmente por cada geografia.



Safe Dashboard

A segurança de todos assume-se como parte integrante da cultura do Grupo a que todos os colaboradores são incentivados a contribuir e participar.

Procurando melhorar a informação disponível e a performance de segurança no Grupo foi criada, entre 2020 e 2021, uma nova ferramenta “*Safe Dashboard*”, que integra os *lagging indicators* (indicadores reativos), e *leading Indicators* (indicadores proativos).

Os primeiros são caracterizados pelos índices de frequência e de gravidade e nos segundos incluem-se os *safety talks*, *safety walks*, quase-acidentes, formação, *roadmap* e acidentes graves. Para ambos os indicadores, são definidos objetivos anuais.

Este novo *Dashboard* é uma nova forma de visualizar os dados de segurança, nas suas várias dimensões e as relações entre elas. É de fácil utilização, interativo e pode ser usado por qualquer pessoa da organização.

Esta informação é divulgada internamente, com periodicidade mensal, de forma a dar a conhecer os resultados de segurança da empresa aos seus colaboradores das diversas geografias. Um dos objetivos da ferramenta é promover a discussão e análise dos dados de segurança, entre as várias equipas, não estando apenas restrito à equipa de segurança.

A segurança não é definida pelos dados, e só por si, os dados não tem valor. A divulgação, a análise conjunta dos dados entre as equipas e a discussão com as chefias, permite a criação de conhecimento a partir destes mesmos dados, contribuindo para um reforço da cultura de segurança dentro da organização. É através da discussão e análise dos dados de segurança que poderemos retirar valor dos mesmos e, conseqüentemente, tomar decisões baseadas em evidência.



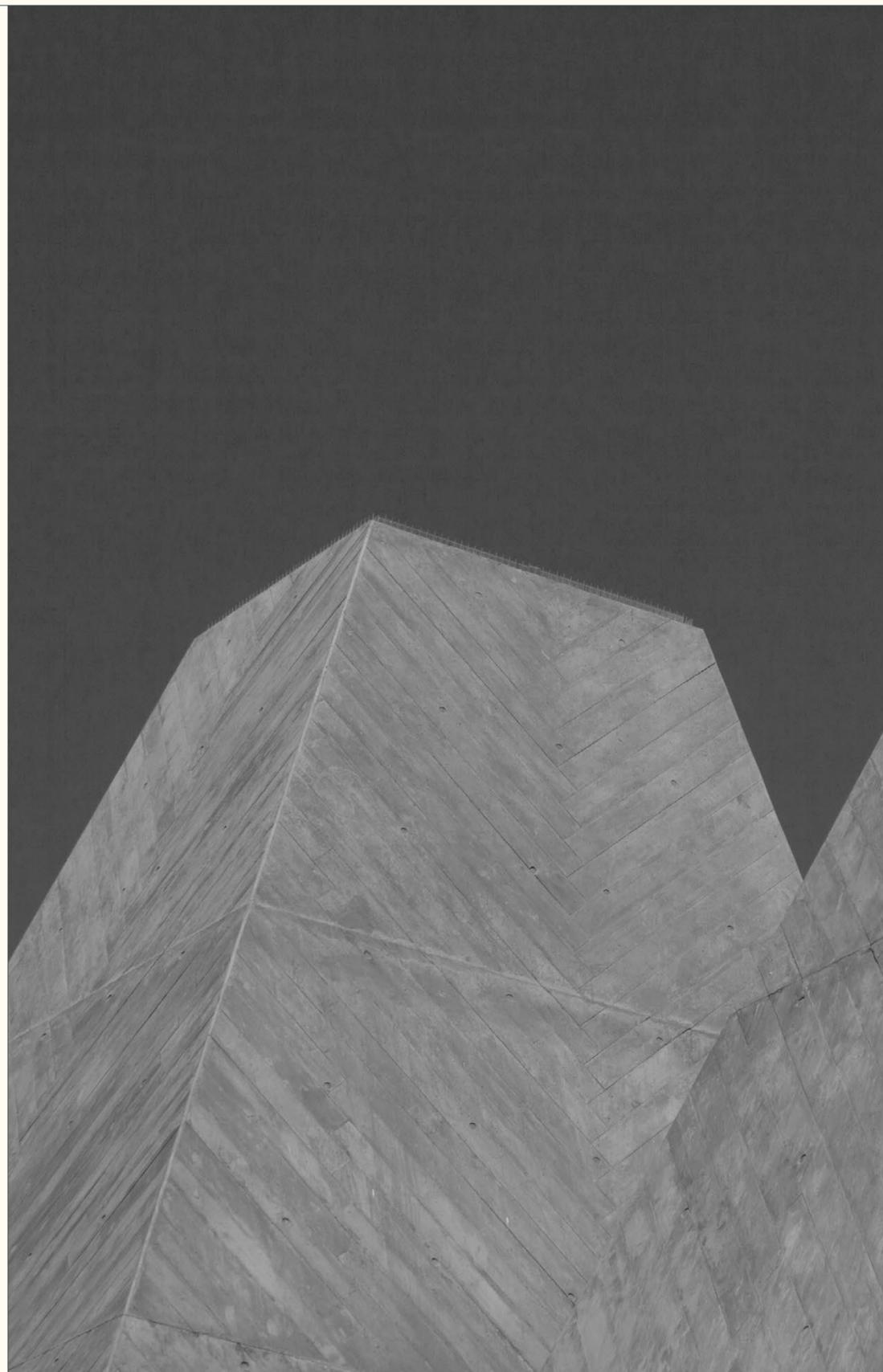
01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



05 _____ A Transformação na Secil





01

02

03



05

A Transformação na Secil

Um grupo internacional de cimento bem sucedido e respeitado.

Assim como em outras edições desse Relatório, não poderíamos deixar de fora o projeto *RETURN* e o importante impacto que este representou tanto na cultura, quanto na nossa rentabilidade.

Em 2016, estabelecemos importantes objetivos para 2021 em três frentes: em Segurança, atingir frequência inferior a 3 e zero fatalidades; em Pessoas, definir as competências chave de liderança e implementar o nosso modelo de competências para todos os níveis de liderança; e em Rentabilidade, atingir Eur140M em EBITDA.

Em 2016, estabelecemos importantes objetivos para 2021 em três frentes: em Segurança, em Pessoas e em Rentabilidade.



140M€

EBITDA
Objetivos para 2021, em Rentabilidade.

Onde estávamos EM 2016...

O nosso objetivo e alvos no *Return*



OBJETIVOS



KPI

Modelo de segurança

Alcançar **dano zero** através da implementação de uma cultura de Segurança eficaz

Alcançar um índice de frequência <3 até 2020
Atingir zero fatalidades

Desenvolver as pessoas

Desenvolver **competências e comportamentos para potenciar o desempenho e a mudança**

Desenvolver competências **core** para todos os líderes até 2020
Implementar o modelo de competências para todos os líderes até 2020

Retorno a rentabilidade

Tornar o negócio **rentável** e reduzir a nossa dívida para preparar o próximo passo

Entregar o orçamento de 2017 de 95M€ de EBITDA
Alcançar 140M€ de EBITDA até 2020, considerando as restrições de capital
Construir até 2018 e 2019 resultados que permitam alcançar de forma confortável o objetivo de 2020



01

02

03



Desde 2017 o Grupo Secil lançou-se nesse desafio transformacional, incorporando um novo modelo de gestão diária.

Para esses targets top-down, foram desenvolvidos mais de 90 projetos em todas as 5 geografias, e com o envolvimento de todos os colaboradores. Esses projetos foram acompanhados com rigor através da metodologia PMO, desenvolvida pelo Project Manager Institute®.

Portanto, desde 2017 o Grupo Secil lançou-se nesse desafio transformacional, incorporando um novo modelo de gestão diária, que trouxe uma mudança muito positiva na cultura de busca de orientação pelos resultados, baseando-se em dois pilares principais: Segurança e Pessoas.

Hoje, cinco anos depois, temos muito orgulho do caminho que percorremos juntos e dos impactos que atingimos:

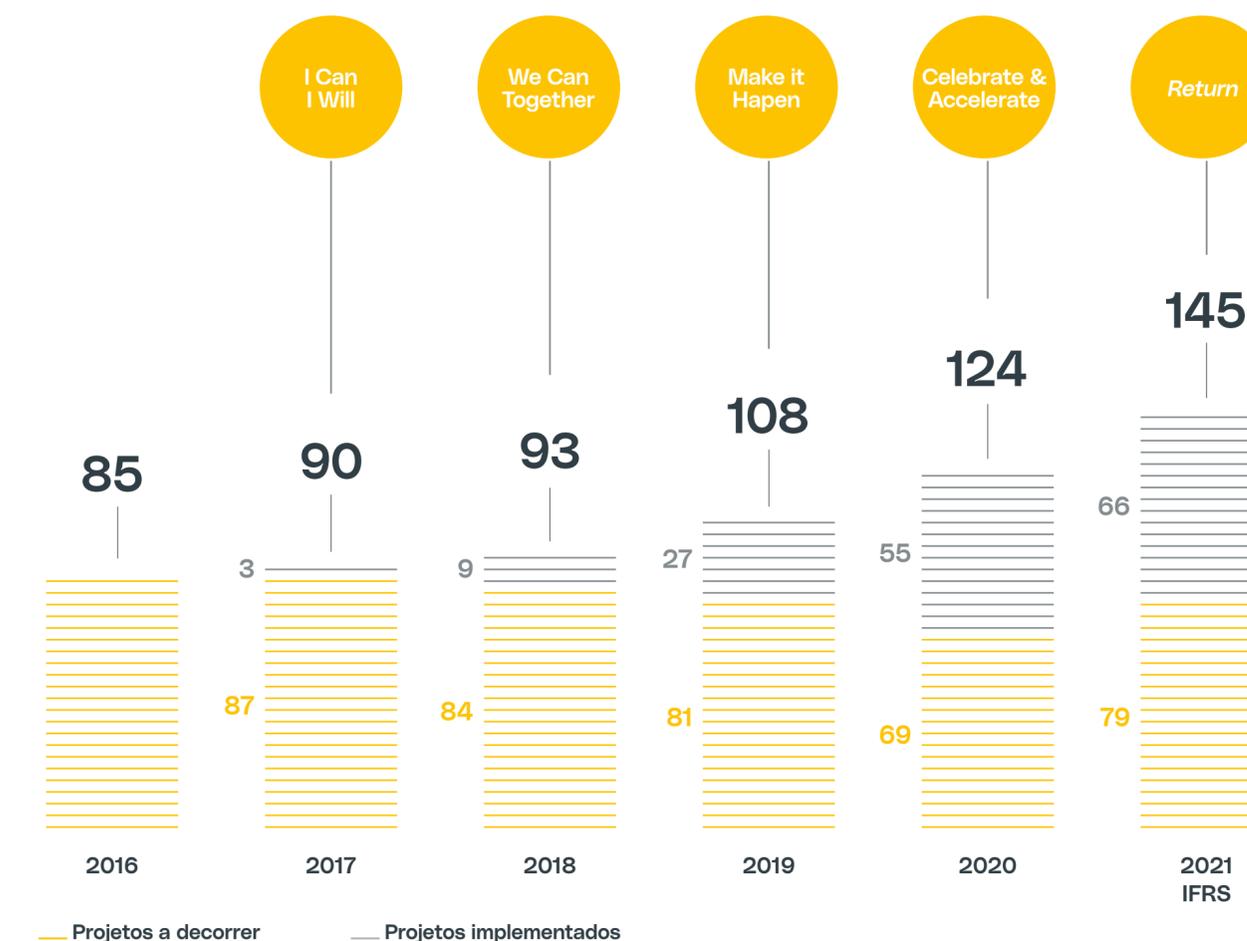
- Desenvolvemo-nos muito em Segurança, criando programas e campanhas diversas, nomeadamente os Safety Roadmaps, Safety Moments, Safety Talks, Safety Walks, Elos Project, Stop & Go Cards, Safety Trainings, entre outros;

- Em Pessoas, desenvolvemos o nosso modelo de competências, muito focado em quatro dimensões: Think the Business, Results Leadership, Personal Leadership, e People Leadership. Essas dimensões são aplicadas globalmente no processo de Performance Management dos nossos líderes. Também desenvolvemos o nosso framework MVV (Missão Visão e Valores) e implementamos programas de desenvolvimento e treino de capacidades de liderança.
- Finalmente, em termos de rentabilidade ultrapassamos o nosso objetivo: atingimos Eur 145M em EBITDA, os quais cerca de Eur66M são provenientes de impactos ocorridos através dos projetos RETURN. Alguns exemplos de projetos de grande impacto: Commercial Excellence, Procurement, e Secil Way (focado em *performance* operacional).

Regresso à RENTABILIDADE

O nosso plano era atingir 140 M€ até 2021

EBITDA M€



Portanto, em 2021, dando seguimento ao tema *Celebrate & Accelerate* lançado em 2020, temos o tema *Celebrate & Celebrate*, em que todos os colaboradores Secil ao redor do mundo estão celebrando esses excelentes resultados.



01

02

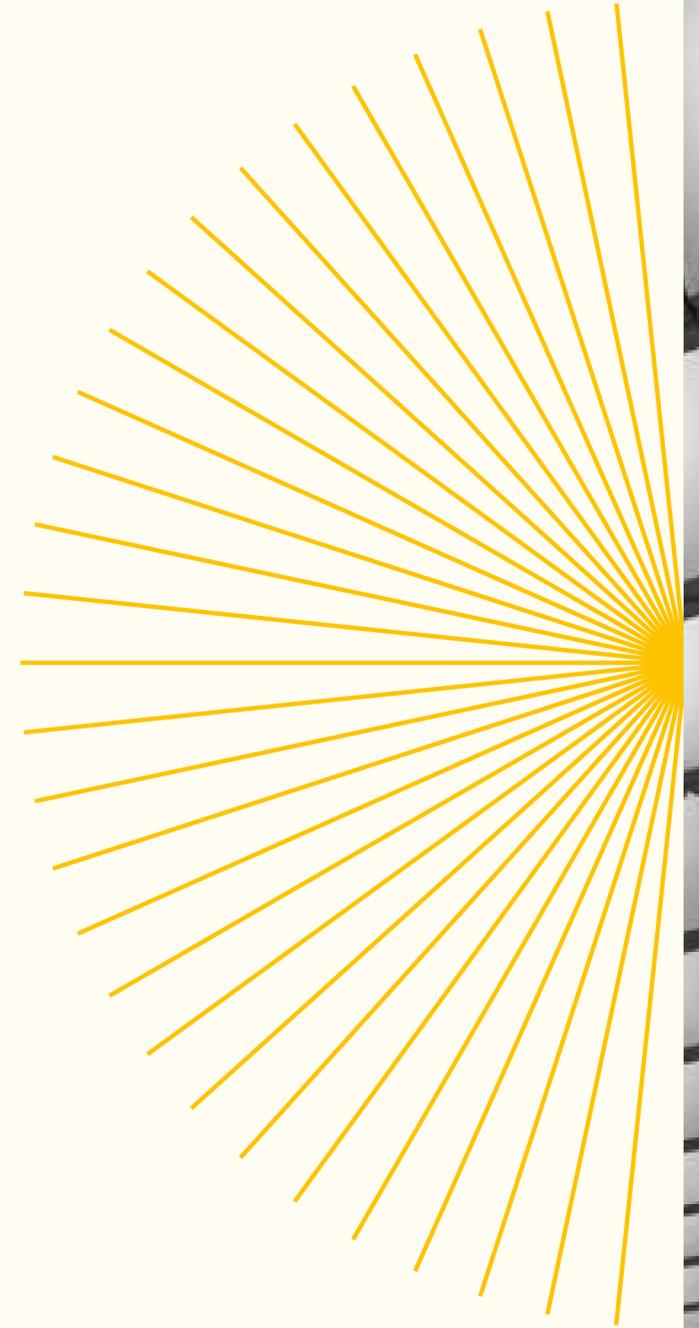
03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



06 _____ *Performance*





01

02

03



06

Performance

6.1 ___ Destaques do ano

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia, embora de forma diversa em cada geografia do Grupo, tendo-se concluído a trajetória de consolidação de melhoria encetada em anos anteriores definida no ciclo estratégico *Return*. Seguidamente, destacamos alguns dos principais acontecimentos ocorridos no Grupo Secil durante o ano 2021:

'21

1º TRIMESTRE

GRUPO

Pesquisa de Cultura & Clima – “Vamos conversar?”, com a participação de 84% dos colaboradores do Grupo.

Lançamento do Objetivo Global de Segurança para todos os colaboradores do Grupo Secil.

PORTUGAL

no negócio das argamassas, a Secil ultrapassou pela primeira vez os 2M€ em vendas, atingindo em Março, 2,5M€.

LÍBANO

a Sibline apoiou financeiramente o Hospital Governamental de Sibline para continuar a operar durante a crise no país.

2º TRIMESTRE

GRUPO

Abril é o Mês da Segurança no Grupo Secil, com ações conduzidas em todas as geografias e uma ação em comum: as Rodas de Conversa.

Em Junho, foram lançadas para todo o Grupo as Jornadas DEI, uma série de três *webinars* sobre Diversidade, Equidade e Inclusão.

PORTUGAL

Secil lança campanha de comunicação do cimento focada na confiança.

No negócio das argamassas, recorde de vendas trimestrais no mercado interno, ultrapassando os 5,5M€.

ANGOLA

Forte retoma das quantidades vendidas. Duplicação relativamente ao 1º Trimestre.

Governo Angolano anuncia a retoma da privatização da sua participação acionista na Secil Lobito.

3º TRIMESTRE

GRUPO

Apresentação para todos os colaboradores da nova estratégia do Grupo para 2022-2025, a *Ambition 2025 – Sustainable Growth*

PORTUGAL

Lançamento da Academia Secil, plataforma digital para webinars que têm o objetivo de partilha de conhecimento do mundo da construção destinada a todos os *stakeholders*.

Alcançado recorde de vendas trimestrais no negócio das argamassas técnicas

ANGOLA

A Secil Lobito foi a patrocinadora oficial da 6ª Edição do Circuito Internacional de Teatro de Luanda/Benguela, em Agosto.

TUNÍSIA

A Secil Tunisia – SCG forneceu equipamentos informáticos e construiu um muro para uma escola, localizada numa das regiões mais desfavorecidas de Gabès.

BRASIL

Recorde de geração de EBITDA com R\$ 53,6 milhões.

Início do programa de estágio.

4º TRIMESTRE

GRUPO

Conclusão do ciclo estratégico *RETURN*, que permitiu ao Grupo Secil regressar à rentabilidade.

PORTUGAL

Implementação do FlexWork – Regime de Transição, em que colaboradores que passam a ter flexibilidade no local e no horário de trabalho.

Venda da empresa de pré-fabricados Prebetão e dos ativos da Argibetão.

Lançamento do Portal de Clientes Secil, área exclusiva para consultar dados, como por exemplo encomendas.

No negócio das argamassas, recorde de vendas no mercado externo no trimestre.

ANGOLA

A 20 de Outubro de 2021 a Secil Lobito completou 2 anos sem acidentes de trabalho.

TUNÍSIA

Participação da Secil Tunisia-SCG na Mediterranean Building Exhibition MEDIBAT2021, feira do setor dos materiais de construção.

Fornecimento de cimento ao Hospital Militar de Gabès para a construção de uma nova unidade de emergência.

LÍBANO

Por ocasião do Dia Nacional da Árvore, os colaboradores da Sibline plantaram mais de mil árvores na pedreira da fábrica no dia 3 de Dezembro.

No dia Mundial da Diabetes, a Sibline, em conjunto com o MUMC – Centro de Diabetes local, organizou uma sessão aos colaboradores para esclarecimentos e prevenção da doença, que incluiu a distribuição de testes e análises de diabetes.

BRASIL

Recorde de geração de fluxo de caixa livre em 12 meses. *Trade Working Capital* com 2,8% da Receita Bruta.

Centro de Distribuição de Colombo e Fábrica de Pomerode com mais de 1 ano sem acidentes



01

02

03



6.2 ____ Enquadramento em 2021

Principais Indicadores Económico Financeiros

Milhões de Euros	'21	'20	Var.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Volume de negócios	495,9	451,0	10%
EBITDA	145,4	124,0	17%
Margem EBITDA (%)	29,3%	27,5%	7%
EBIT	102,1	84,0	22%
Margem EBIT (%)	20,6%	18,6%	11%
Posição monetária líquida	7,2	13,9	-48%
Resultados financeiros, associadas e empr. conjuntos	-26,6	-33,5	-21%
Resultados do exercício	70,0	63,3	11%
Atribuíveis aos detentores do capital	66,3	57,1	16%
CASH FLOW			
Cash-flow	113,3	103,3	10%
INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativos fixos tangíveis e intangíveis	43,3	25,8	68%
BALANÇO			
Total do Capital Próprio antes de InC	277,1	263,2	5%
Total do Capital Próprio	284,3	279,1	2%
Dívida Líquida remunerada	253,9	272,8	-7%
Dívida Líquida remunerada + IFRS 16	295,5	297,8	-1%

EBITDA: Resultados operacionais antes de Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros, Subsídios por emissões de gases com efeito estufa atribuídas a título gratuito e Provisões líquidas

EBIT: Resultado operacional

Cash flow: Resultado líquido + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros, Subsídios por emissões de gases com efeito estufa atribuídas a título gratuito e Provisões líquidas.

Principais Indicadores Operacionais

Em 1.000 ton	'21	'20	Var.
Capacidade de Produção	9.750	9.750	0%
Produção de Clínquer	4.279	4.301	-1%
Produção de Cimento	5.189	4.989	4%
Vendas			
Cimento e clínquer	5.289	5.509	
Inertes	5.083	4.550	12%
Argamassas	258	235	10%
Em 1.000m³			
Betão-pronto	1.960	1.803	9%

O ano de 2021, a pandemia SARS-COV-2 impactou de forma diversa os diferentes países e mercados em que o Grupo Secil opera tendo o EBITDA do Grupo foi impactado negativamente pela forte desvalorização cambial da libra libanesa e pelo aumento significativo dos custos dos combustíveis sólidos.

Apesar deste contexto adverso, o Grupo Secil, conseguiu aumentar significativamente os resultados

operacionais e os resultados líquidos e reduzir o seu nível de endividamento relativo à sua dívida remunerada.

Esta melhoria deve-se aos resultados positivos das ações de melhoria do plano estratégico *Return*, terminado em 2021, e forte enfoque na melhoria de rentabilidade, o que se verificou na quase generalidade das geografias em que o Grupo Secil desenvolve atividade.



01

02

03



O volume de negócios por país teve a seguinte evolução em 2021 face a 2020:

Volume de negócios (milhões de euros)	'21	'20	Var.
Portugal	323,5	306,1	6%
Tunísia	54,5	46,1	18%
Líbano	24,4	16,7	46%
Brasil	88,5	75,9	17%
Outros	5,0	6,2	-20%
Total Consolidado	495,9	451,0	10%

O volume de negócios do Grupo Secil em 2021 atingiu 496 milhões de euros, 10% acima do verificado no período homólogo, e que se traduziu num aumento de 44,9 milhões de euros.

Este aumento resulta essencialmente da evolução positiva nos mercados português, brasileiro e tunisino, tendo também existido uma ligeira recuperação no mercado libanês após o forte impacto da desvalorização cambial face ao Euro da libra libanesa em 2020. A variação cambial das moedas dos diferentes países (excluindo o Líbano, que apresenta uma situação de hiperinflação) teve um impacto negativo de cerca de 9,3 milhões de euros no volume de negócios do Grupo.

Em **Portugal**, o volume de negócios apresentou um crescimento de 17,4 milhões de euros explicado

pela evolução positiva do mercado interno de cimento e de praticamente todos os segmentos dos materiais de construção, exceto no mercado do betão.

No caso da **Tunísia**, o crescimento verificado no volume de negócios de 8,4 milhões de euros, é resultado da evolução positiva do mercado do cimento, verificada sobretudo no 1º semestre, consubstanciado no aumento das quantidades vendidas e simultaneamente do aumento dos preços de venda de cimento em moeda local, atenuada pelo efeito negativo da desvalorização cambial do dinar tunisino (-1,4 milhões de Euros).

No **Líbano**, o volume de negócios apresentou um aumento de 7,7 milhões de euros, essencialmente explicado pela recuperação do preço de venda no mercado interno, em contraponto com a elevada

desvalorização monetária efetiva da libra libanesa e a inflação verificada na economia local. Estes fatores são consequência da crise económica, política e social vivida no país, acentuada desde o último trimestre de 2019.

No **Brasil** o volume de negócios apresentou um crescimento de 12,6 milhões de euros, apesar do forte impacto negativo da desvalorização do real. Se excluirmos esse efeito negativo de 7,2 milhões de euros, o volume de negócios teria apresentado uma variação positiva de 19,4 milhões de euros, consequência da evolução positiva dos preços de venda.

Em **Angola**, o volume de negócios em euros foi impactado positivamente pelo aumento das quantidades vendidas e pela subida no preço de venda de cimento, tendo esse aumento representado 2,1 milhões de euros. No mesmo período verificou-se uma ligeira desvalorização cambial do

Kuanza face ao Euro, avaliada em 558 mil euros. Apesar da fraca recuperação do sector da construção em Angola, verificou-se um crescimento das quantidades vendidas sobretudo no 2º semestre de 2021.

O EBITDA consolidado atingiu 145,4 milhões de euros, ou seja, um aumento de 17,3% face ao período homólogo, apesar do ambiente de elevada incerteza, provocado pela crise sanitária global, da grande instabilidade económica, financeira e social que se vive no Líbano e dos efeitos negativos provocados pela forte subida do preço dos combustíveis, assim como, pela desvalorização significativa do real brasileiro, libra libanesa e dinar tunisino.

Para o resultado alcançado muito contribuíram as medidas de gestão que têm sido tomadas nos últimos anos no sentido de recuperar a rentabilidade operacional do Grupo Secil.

EBITDA (milhões de euros)	'21	'20	Var.
Portugal	92,4	88,9	4%
Tunísia	10,9	3,2	237%
Líbano	11,9	12,0	-1%
Brasil	29,4	20,8	42%
Outros	0,7	-0,9	-178%
	145,4	124,0	17%



01

02

03



O EBITDA das atividades desenvolvidas a partir de **Portugal** registou um acréscimo de 3,5 milhões de euros (4%) face ao período homólogo, apesar de muito impactado negativamente pelo decréscimo na venda de licenças de emissão de CO₂ excedentárias, que representou uma redução de 10,2 milhões de euros, face ao mesmo período de 2020, bem como pela subida dos custos energéticos.

A evolução favorável das quantidades vendidas no mercado interno, acompanhada de uma evolução positiva dos respetivos preços de venda, assim como o ganho extraordinário relativo aos juros indemnizatórios de vários processos tributários, permitiram contrabalançar os impactos negativos.

De salientar ainda o bom desempenho dos negócios de materiais, com destaque para os agregados e argamassas que totalizam um efeito positivo de 3,4 milhões de euros.

O EBITDA gerado pelas atividades na **Tunísia** registou um decréscimo face ao mesmo período de 2020 (-0,1%), refletindo o aumento significativo dos custos energéticos de produção e compensando pelo aumento do consumo de cimento registado principalmente nos dois primeiros trimestres. As quantidades vendidas e os preços médios de venda continuam a registar uma evolução favorável, mas mais modesta, quando comparada com os três trimestres anteriores. A abertura do mercado líbio permitiu aumentar as exportações de cimento e contrabalançar o aumento dos custos variáveis, sobretudo energéticos e o impacto negativo provocado pela avaria grave num dos moinhos

de cimento. Durante o ano de 2021 foi reconhecido um proveito de 1,3 M€ referente a indemnização da seguradora respeitante à avaria do moinho.

No **Libano**, o EBITDA foi impactado negativamente sobretudo pela desvalorização cambial da libra libanesa, a qual terminou o trimestre a 27.650 por 1 Usd, que compara com 8.400 por 1 Usd no final do ano homólogo, com reflexo no valor das compras de bens e serviços em moeda estrangeira.

O mercado de construção continua em queda ligeira, motivado pela grave crise social, política e económica vivida no país. Os cortes no abastecimento de energia elétrica, intensificaram-se no 2º semestre do ano de 2021, refletindo-se no decréscimo das quantidades vendidas de cimento. A subida do preço médio em moeda local, estimulada pelo ambiente inflacionista que se vive no país, permitiu compensar parcialmente as perdas provocadas pela desvalorização cambial da moeda.

No **Brasil**, o EBITDA registou um acréscimo de 8,6 milhões de euros quando comparado com o mesmo período homólogo, apesar do efeito cambial desfavorável (-2,4 milhões de euros), refletindo a evolução positiva do mercado do cimento (+8%) e dos preços de venda em moeda local (+31%), por oposição à subida dos custos de produção.

Em **Angola**, o EBITDA apresentou uma melhoria de 1,5 milhões de euros, face ao período homólogo, em resultado do aumento das quantidades vendidas (+25%), dos preços médios de venda em moeda local (+27%) e da gestão eficaz dos custos variáveis e fixos.

6.3 ____ Evolução dos negócios por segmento

PORTUGAL

Principais Indicadores

(milhões de euros)	Unidade.	'21	'20	Var.
Volume de negócios	Meur	323,5	306,1	6%
EBITDA	Meur	92,4	88,9	4%
Margem EBITDA	%	28,6%	29,0%	-2%
Produção de clínquer	1.000 t	1.787	1.778	0%
Produção de cimento	1.000 t	2.072	1.974	5%
Vendas de cimento e clínquer				
Mercado Interno	1.000 t	1.585	1.495	6%
Mercado Externo	1000 t	487	654	-26%
Total	1.000 t	2.072	2.149	-4%
Vendas de Betão	1.000 m ³	1.545	1.463	6%
Vendas de Inertes	1.000 t	5.083	4.550	12%
Vendas de Argamassas	1.000 t	258	235	10%
Vendas de Pré-fabricados	1.000 t	103	122	-16%



01

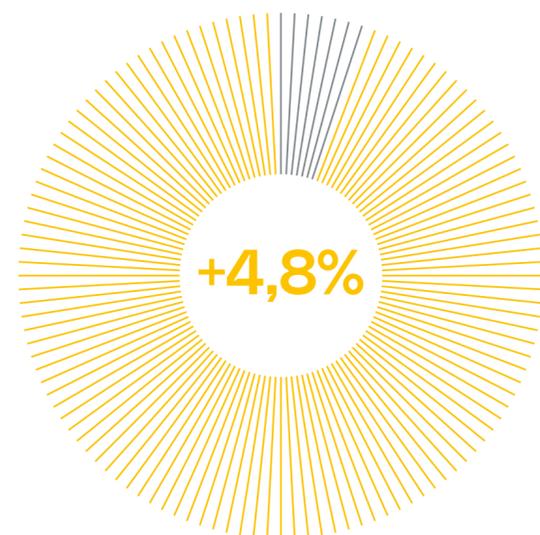
02

03



O Banco de Portugal, projetou para 2021

um crescimento económico para a economia portuguesa.



Retomando o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022

O Banco de Portugal (Projeções para a economia portuguesa – dezembro de 2021) projeta para 2021 um crescimento económico para a economia portuguesa de 4,8% e de 5,8% em 2022, retomando o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022. A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia.

Após uma redução em cadeia no primeiro trimestre, o PIB mais do que recuperou no segundo, refletindo o controlo da pandemia e os avanços no processo de vacinação, com efeitos positivos sob a confiança dos agentes.

No terceiro e quarto trimestre esse crescimento deverá ser mais moderado condicionada pelo recente agravamento da pandemia e pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios e pelo aumento dos custos das matérias-primas e dos transportes.

O índice de produção na construção registou um crescimento homólogo de 3,6% em dezembro, após ter aumentado 3,4% no mês anterior. Comparando com dezembro de 2019, o índice foi superior em 1,1%. No conjunto do ano 2021, este índice aumentou 2,9%, após ter diminuído 3,3% em 2020. (Síntese Económica de Conjuntura – janeiro de 2022, INE).

Também segundo o INE, o indicador de atividade económica, que sintetiza um conjunto de indicadores quantitativos da economia, acelerou em outubro e novembro, após ter abrandado entre maio e setembro. Por sua vez, o indicador de clima económico, que sintetiza os saldos de respostas extremas das

questões relativas aos inquéritos qualitativos às empresas, estabilizou em dezembro, tendo vindo a apresentar um comportamento irregular desde julho.

Estima-se que o consumo de cimento em Portugal, tenha registado em 2021 um crescimento, em termos acumulados, de cerca de 9,8% comparativamente ao período homólogo.

O volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas em Portugal atingiu em 2021, 323,5 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 6% comparativamente ao período homólogo de 2020.

Na unidade de negócio de Cimento em Portugal, o volume de negócios apresentou um crescimento de 6,8% face ao período homólogo (+11,5 milhões de euros) em resultado do efeito conjugado do aumento das quantidades vendidas para o mercado interno e do aumento dos respetivos preços médios.

O volume de negócios no mercado interno apresentou um crescimento de 8,1% face a 2020, resultado do aumento das quantidades vendidas de cimento (+7,5%), impulsionado pelo crescimento do consumo de cimento e do aumento dos preços médios de venda de 1,7%.

Em contrapartida, o volume de negócios de exportação, incluindo terminais do Grupo, decresceu cerca de 24,8%. Apesar do decréscimo acentuado nos volumes exportados (-49,4%), o aumento do preço médio de venda e de um “mix” de vendas mais favorável, permitiu evitar maiores perdas.

Nos restantes segmentos de negócio com atividade desenvolvida a partir de Portugal (Betão Pronto,

Inertes, Argamassas e Pré-fabricados), o volume de negócios ascendeu em 2021 a 158,8 milhões de euros, um crescimento de 7,8% face ao período homólogo.

Este crescimento ocorreu em todas as áreas dos materiais de construção, que sentiram os efeitos positivos de um maior dinamismo da construção, mas com menor expressão na unidade de negócio de **Betão**, que apresentou crescimentos nas quantidades vendidas mais modestos (+ 4,9%).

O EBITDA do conjunto das atividades em Portugal cresceu 4%, atingindo os 92,4 milhões de euros *versus* 88,9 milhões registados no mesmo período de 2020.

A unidade de negócio de **Cimento** apresentou um EBITDA de 87,0 milhões de euros, ligeiramente superior ao registado no período homólogo (+0,6%), apesar de muito impactada negativamente pelo decréscimo na venda de licenças de emissão de CO₂ excedentárias, que representou uma redução de 10,8 milhões de euros, face ao mesmo período de 2020, bem como pela subida dos custos de energia térmica, em consequência da subida no preço internacional dos combustíveis sólidos. De salientar positivamente, o aumento das quantidades vendidas no mercado interno, assim como a subida dos preços médios quer do mercado interno quer externo.

As unidades de negócio de materiais de construção apresentaram, no seu conjunto, um aumento no EBITDA de 14,1%. A evolução muito positiva verificada nos segmentos dos Agregados, Argamassas e Pré-fabricados, permitiu superar o fraco desempenho do segmento de Betão, em resultado da forte pressão do mercado para a descida dos preços de venda, e subida dos custos variáveis

01

02

03



de produção. De referir que o EBITDA de 2021 da geografia Portugal está influenciado positivamente pelas mais-valias obtidas na alienação de ativos fixos e da participação financeira no negócio dos pré-fabricados, que no conjunto representam 4,6 milhões de euros e ainda de juros indemnizatórios relativos a processos fiscais, no montante de 3,0 milhões de euros. Em contrapartida, o EBITDA

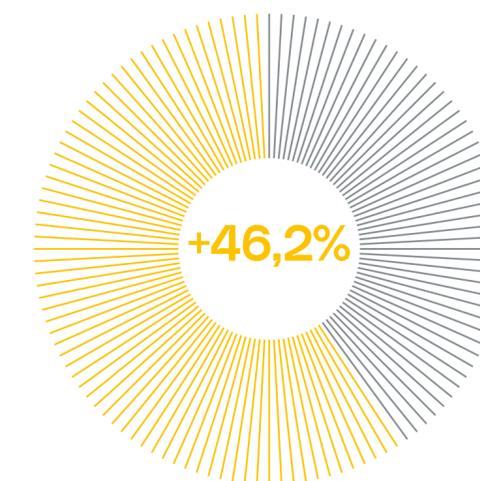
de 2020 estava influenciado positivamente pelo registo de mais-valias na alienação de ativos fixos (terrenos) no segmento dos Pré-fabricados e Agregados, que no conjunto representaram 1,2 Milhões de euros e de mais-valias obtidas na alienação de participações financeiras (+ 5 milhões de euros).

LÍBANO

Principais Indicadores

(milhões de euros)	Unidade.	'21	'20	Var.
Volume de negócios	Meur	24,4	16,7	46%
EBITDA	Meur	10,9	3,2	237%
Margem EBITDA	%	44,8%	19,4%	131%
Produção de clínquer	1.000 t	561	742	-24%
Produção de cimento	1.000 t	677	705	-4%
Vendas de cimento e clínquer				
Mercado Interno	1.000 t	670	737	-9%
Mercado Externo	1.000 t	0	171	-100%
Total	1.000 t	670	908	-26%
Vendas de Betão	1.000 m³	61	51	20%
Vendas de Pré-fabricados	1.000 t	22	35	-37%

Apesar deste contexto, o volume de negócios do conjunto das operações no Líbano registou, um crescimento de 46,2%, face ao registado no ano anterior



O Líbano sofre de uma grave crise económico-financeira e social. Apesar dos esforços empreendidos por parte das forças políticas para a estabilização da situação, o aparecimento da pandemia COVID-19 e a explosão ocorrida em agosto de 2020 no porto de Beirute, vieram contribuir ainda mais para o seu agravamento.

Com o agravamento e disseminação da pandemia, principalmente no 3º trimestre de 2021, as autoridades libanesas continuaram a impor medidas de contenção da situação sanitária. Adicionalmente, os cortes no fornecimento de energia elétrica constantes no último trimestre, impactaram negativamente as operações da Secil naquele país.

Apesar deste contexto, o volume de negócios do conjunto das operações no Líbano registou, um crescimento de 46,2%, face ao registado no ano anterior, cifrando-se o volume de negócios em 24,4 milhões de euros. Este crescimento resulta da adaptação dos preços de venda em moeda local à situação de hiperinflação e à rápida desvalorização da moeda. O volume de negócios teria sido superior em 49,7 milhões de euros se retirado o efeito da desvalorização cambial. De referir que a libra libanesa terminou o ano a 27.650 por 1 Usd, que compara com 8400 por 1 Usd no final do período homólogo.

As vendas de **cimento e clínquer** para o mercado interno decresceram 9,1% face ao período homólogo,

sendo que as estimativas (com base em dados do Banco Central do Líbano) apontam para um decréscimo do mercado do cimento libanês de 0,8%. O volume de negócios apresentou um crescimento de 38,4%, apesar da elevada desvalorização cambial da libra libanesa, que foi mais que compensada com a inflação de preços registada em moeda local.

Também o volume de negócios do **Betão** foi afetado negativamente pela desvalorização cambial da libra libanesa, tendo o volume de negócios sofrido uma redução de 53,2% comparativamente ao período homólogo, apesar do aumento de 20,2% nas quantidades vendidas.

O EBITDA gerado pelo conjunto das operações do Líbano totalizou 10,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 237%, quando comparado com o ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo à inflação registada na economia local nas medidas de contenção de custos implementadas, que mais que compensaram o efeito da desvalorização cambial registada na libra libanesa.



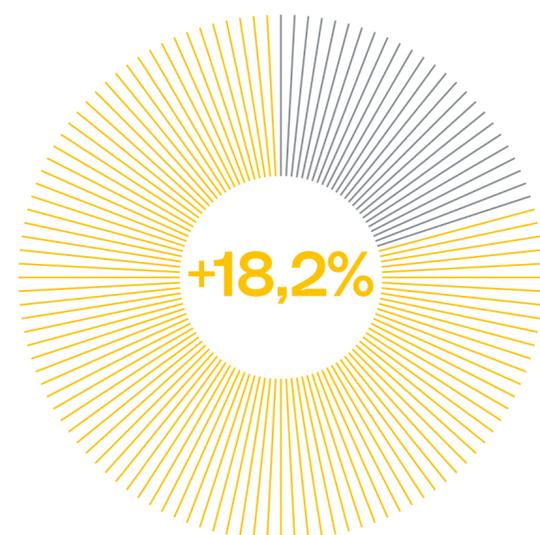
01

02

03



O volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas na Tunísia apresentou uma variação positiva de 18,2% face a igual período do ano anterior



Totalizando
54,5 milhões de euros

TUNÍSIA

Principais Indicadores

(milhões de euros)	Unidade.	'21	'20	Var.
Volume de negócios	Meur	54,5	46,1	18%
EBITDA	Meur	11,9	12,0	-1%
Margem EBITDA	%	21,8%	26,0%	-16%
Produção de clínquer	1.000 t	831	705	18%
Produção de cimento	1.000 t	846	656	29%
Vendas de cimento e clínquer				
Mercado Interno	1.000 t	578	567	2%
Mercado Externo	1.000 t	404	226	78%
Total	1.000 t	981	793	24%
Vendas de Betão	1.000 m³	127	109	16%
Vendas de Pré-fabricados	1.000 t	0	0	0%

A Tunísia continua a enfrentar desafios significativos, incluindo elevados défices externos e fiscais, aumento da dívida e um crescimento insuficiente para reduzir o desemprego. Subsiste ainda alguma instabilidade social e uma pressão nas reivindicações sindicais. O défice do Estado reflete-se nas obras públicas e o sector imobiliário enfrenta desafios devido a dificuldades de financiamento (pela fragilidade do sector bancário), com impacto no volume da construção.

Em outubro com a tomada de posse do novo governo (após a demissão do anterior em julho), composto essencialmente por personalidades qualificadas, sem ambições políticas, foi dado um sinal positivo para o controlo da recuperação económica e financeira do país.

Entretanto, no final do ano foi publicada a lei das finanças de 2022, entendida como uma lei de transição destinada a preparar as várias reformas económicas e sociais fundamentais que o governo pretende levar a cabo entre 2022 e 2026.

Neste contexto difícil, estima-se que o mercado interno de cimento tenha crescido cerca de 2,4% face ao período homólogo de 2020 (muito impactado pelo surgimento da pandemia), continuando a caracterizar-se por uma concorrência muito intensa, devido ao excesso de capacidade instalada.

O volume de negócios do conjunto das operações desenvolvidas na Tunísia apresentou uma variação positiva de 18,2% face a igual período do ano anterior, totalizando 54,5 milhões de euros, influenciado negativamente em 1,5 milhões de euros pela desvalorização do dinar tunisino face ao euro.

No segmento “**Tunísia Cimento**” o volume de negócios cresceu cerca de 17,7%, tendo-se cifrado em 51,1 milhões de euros, reflexo sobretudo do aumento verificado nas vendas de cimento no mercado externo (+199,8%), em consequência da abertura do mercado líbio, acompanhada por uma evolução também positiva do preço médio de venda (+8%). No mercado interno verificou-se uma ligeira subida das quantidades vendidas (+1,9%) e manutenção dos preços praticamente ao nível do ano anterior.

O volume de negócios de **Betão** apresentou um crescimento de 19,7% face ao período homólogo, consequência do aumento das quantidades vendidas (+16,2%).

Consequentemente, o EBITDA das atividades na Tunísia cifrou-se em 11,9 milhões de euros, ou seja, ligeiramente abaixo ao registado em 2020 (12,0 milhões de euros). O bom desempenho comercial permitiu atenuar os efeitos negativos do aumento dos custos variáveis, sobretudo energéticos e de manutenção industrial.

01

02

03

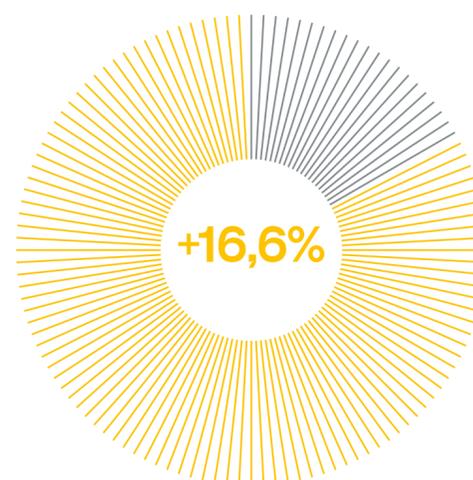


BRASIL

Principais Indicadores

(milhões de euros)	Unidade.	'21	'20	Var.
Volume de negócios	Meur	88,5	75,9	17%
EBITDA	Meur	29,4	20,8	42%
Margem EBITDA	%	33,2%	27,3%	22%
Produção de clínquer	1.000 t	1 100	1 077	2%
Produção de cimento	1.000 t	1 510	1 586	-5%
Vendas de cimento e clínquer				
Mercado Interno	1.000 t	1 497	1 560	-4%
Mercado Externo	1.000 t	14	32	-57%
Total	1.000 t	1 511	1 591	-5%
Vendas de Betão	1.000 m³	227	180	26%

O volume de negócios do conjunto das operações no Brasil registou, um crescimento de 16,6%, face ao período homólogo.



O EBITDA das atividades no Brasil atingiu 29,4 milhões de euros

o que comparado com os 20,8 milhões de euros do período homólogo, representa um crescimento de 41,7%.

De acordo com estimativas do SNIC (Resultados preliminares dezembro 2021) o consumo de cimento no Brasil terá registado um aumento de 6,6% face ao último trimestre de 2020.

Os principais motores para este desempenho continuam a ser a retoma da construção de infraestruturas (essencialmente rodovias estaduais e pavimento urbano), tal como a manutenção das obras imobiliárias e as reformas através da autoconstrução, que continua a desempenhar um papel relevante nas vendas de cimento, mesmo com a suspensão do auxílio emergencial desde janeiro.

O volume de negócios do conjunto das operações neste país atingiu em 2021 os 88,5 milhões de euros, representando um crescimento de 16,6%, face ao período homólogo. Contudo, descontando o efeito da desvalorização cambial do real face ao euro, com um impacto negativo de cerca de 7,2 milhões de euros, o volume de negócios teria sido superior em 19,8 milhões de euros (+26%).

As vendas de Cimento em quantidade registaram um decréscimo de 5,1% face ao período homólogo, tendo os preços médios de venda registado um crescimento de 18,2%.

O EBITDA das atividades no Brasil atingiu 29,4 milhões de euros, o que comparado com os 20,8 milhões de euros do período homólogo, representa um crescimento de 41,7%. Se excluirmos o efeito cambial desfavorável (-2,4 milhões de euros), o EBITDA registaria um acréscimo de 53%, refletindo o bom desempenho da atividade, que permitiu contrabalançar o impacto negativo da subida dos custos variáveis de produção, principalmente energéticos.



01

02

03



ANGOLA

Principais Indicadores

(milhões de euros)	Unidade.	'21	'20	Var.
Volume de negócios	Meur	6,3	4,2	50%
EBITDA	Meur	0,7	-0,8	-188%
Margem EBITDA	%	10,9%	-18,6%	-159%
Produção de cimento	1.000 t	84	67	25%
Vendas de cimento e clínquer	1.000 t	85	68	25%

Estima-se que o mercado angolano de cimento, de acordo com os dados disponíveis, terá apresentado uma variação positiva de 9%.

O impacto das medidas adotadas no âmbito do confinamento contra a expansão do coronavírus terá contribuído para o agravamento da situação económica, que vem recuperando nos últimos meses, em linha com o aumento no preço do petróleo verificado desde a forte queda em abril de 2020.

Estima-se que o mercado angolano de cimento, de acordo com os dados disponíveis, terá apresentado uma variação positiva de 9% relativamente ao mesmo período de 2020.

As quantidades de cimento vendidas pela Secil apresentaram um crescimento de 25,1% face ao período homólogo. Num contexto de forte inflação e de uma ligeira desvalorização média do kwanza face ao euro, a Secil Lobito tem vindo a implementar uma rigorosa política de preços que lhe permite fazer face ao agravamento dos custos expressos tanto em moeda nacional como os decorrentes das importações necessárias. Nestes termos o preço do cimento, em moeda local, aumentou em cerca de 27% face a igual período de 2020.

Em consequência, o volume de negócios atingiu um total de 6,3 milhões de euros, ou seja, 49,7% acima do valor registado no último trimestre de 2020, ainda assim influenciado pela desvalorização cambial média, que teve um impacto negativo de 558 mil euros. Excluindo o efeito cambial, o volume de negócios teria sido superior em 63%.

O EBITDA atingido no ano de 2021 foi positivo em 681 mil euros, o que comparando com o valor negativo de 778 mil euros, registado no período homólogo, representa uma melhoria significativa.

6.4 ___ Desempenho financeiro

Os resultados financeiros líquidos, incluindo associadas e empreendimento conjuntos, do Grupo Secil apresentaram uma melhoria muito significativa face ao período homólogo, tendo passado de -33,5 milhões de euros, para -26,6 milhões de euros. Este diferencial positivo resulta dos efeitos conjugados de uma redução do custo líquido de financiamento (+4,2 milhões de euros) e de uma diminuição das diferenças cambiais (+2,4 milhões de euros), principalmente pela existência de perdas cambiais de 2020 resultantes da desvalorização do Real brasileiro, as quais diminuíram muito substancialmente no período de 2021.

Os resultados líquidos atribuíveis aos acionistas da Secil atingiram em 2021, um valor positivo de 66,3 milhões de euros, que compara com o valor de 57,1 milhões de euros registados no período homólogo. Esta variação positiva resulta da melhoria dos resultados financeiros e sobretudo dos resultados operacionais, compensando o efeito negativo da rubrica de impostos.

A dívida líquida do Grupo em dezembro de 2021 cifrou-se em 295,5 milhões de euros o que relativamente a dezembro de 2020, representa uma redução de 2,3 milhões de euros. Para esta evolução da dívida contribuiu negativamente o reembolso de 40,5 milhões de euros de prestações suplementares ao acionista, assim como os gastos de CAPEX que se cifraram em 43,3 milhões de euros (excluindo direitos de uso).

O Grupo Secil mantém uma liquidez muito elevada, com linhas contratadas num valor global acima de 584,1 milhões de euros. As linhas de financiamento estão repartidas pelas várias geografias em função das necessidades do Grupo, sendo em Portugal onde se verifica a folga mais acentuada.

A 31 de dezembro o Grupo Secil dispunha de disponibilidades de caixa e equivalentes de 75,2 milhões de euros, apresentando uma forte situação de liquidez.

6.5 ___ Gestão de risco

Este capítulo encontra-se detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Secil.

6.6 ___ Sustentabilidade e regulamento europeu sobre taxonomia

O Grupo Secil irá divulgar separadamente o seu relatório de sustentabilidade, o qual incluirá a informação detalhada relativa ao regulamento europeu sobre a taxonomia verde e outras informações no âmbito dos aspetos de sustentabilidade do Grupo.



01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



07 _____ Perspetivas para 2022





01

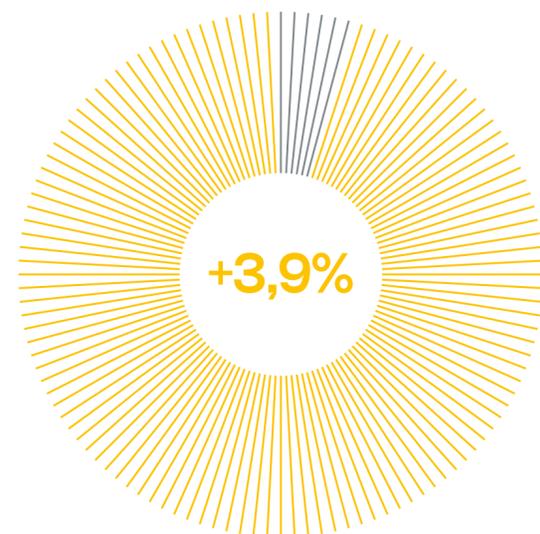
02

03



07

Perspetivas para 2022



**O PIB da Zona Euro
deverá crescer 3,9%
em 2022**

O ano inicia-se com os investidores a acompanharem de perto três grandes temas: a pandemia, a inflação e as tensões geopolíticas. Apesar da elevada propagação a nível mundial da variante ómicron, a relativa menor gravidade levou a menores receios do seu impacto na recuperação económica. As pressões inflacionistas em quase todos os países obrigaram os bancos centrais a alterar o seu posicionamento retirando incentivos monetários nas economias avançadas e a aumentar taxas de juro, o que se prevê que continue.

Nas últimas projeções do *World Economic Outlook Update (WEO Update)* do FMI, publicado em janeiro de 2022, a previsão do crescimento global da economia para 2022 é de 4,4% (revisão em baixa de 0,5 p.p., face à previsão de outubro). O aumento dos preços da energia e as ruturas das cadeias de abastecimento resultaram numa inflação mais elevada e ampla do que o previsto, principalmente nos Estados Unidos e em muitas economias emergentes. A contenção verificada no setor imobiliário na China e uma recuperação mais lenta do que o previsto do consumo privado também se prevê que impactem o crescimento mundial.

O PIB da Zona Euro deverá crescer 3,9% em 2022 (revisão em baixa de 0,4 p.p., face à estimativa de outubro) motivado por riscos COVID-19 e pelas ruturas das cadeias de abastecimento, com destaque para a Alemanha, devido à exposição da economia a choques na cadeia de abastecimento.





01

02

03



Cimento e outros materiais de construção

A subida de preço de vários fatores de produção, com destaque para a componente energética, e a rutura nos fornecimentos de matérias-primas ou de cadeias logísticas a nível internacional, influenciarão a recuperação económica e poderão enfraquecer o seu ritmo. A Secil encontra-se a implementar as medidas de gestão de aprovisionamentos e dos seus custos de produção de forma a mitigar os potenciais impactos.

Para **Portugal**, o *World Economic Outlook* (WEO) do FMI, publicado em outubro de 2021, prevê um crescimento do PIB de 4,4% em 2021 e de 5,1% em 2022. As estimativas de dezembro do Banco de Portugal apontam para que o crescimento do PIB seja de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. Esta previsão revê em alta o crescimento do PIB para 2022 em 0,2 p.p. (de 5,6% na previsão do Boletim Económico de Junho).

O Banco de Portugal estima que a inflação seja 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022 (valor revisto em alta face à projeção de junho de 0,9%), fixando-se em 1,1% em 2023 e 1,3% em 2024. Este perfil de subida e posterior moderação reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais.

A AICCOPN e a AECOPS esperam que a atividade do setor da construção permaneça favorável, atingindo uma taxa de crescimento em redor dos +5,5% em termos reais. A expectativa é que o Valor Bruto da Produção aumente em todos os segmentos da construção.

A Secil encontra-se a avaliar potenciais oportunidades de investimento, com ênfase na área de descarbonização dos seus processos industriais e I&D em produtos e soluções nos sectores em que atua, encontrando-se em análise o seu enquadramento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Espera-se que a execução deste Plano contribua positivamente para a recuperação económica em Portugal. Até final de 2022, a Secil espera concluir o investimento na instalação industrial no Outão, CCL- *Clean Cement Line*.

Para o **Brasil**, o FMI no *World Economic Outlook Update* (WEO Update), publicado em janeiro de 2022, prevê uma retoma da economia brasileira de 4,7%, em 2021 e 0,3% em 2022. A inflação prevista (WEO outubro 2021) é de 7,7% e 5,3% para 2021 e 2022, respetivamente. A subida da inflação e sobretudo das taxas de juro poderá condicionar financiamentos imobiliários e respetivos investimentos o que poderá ser compensado com investimentos públicos previstos em infraestruturas.

No **Libano**, o ambiente político e económico enfrenta, desde o último trimestre de 2019, momentos de grande incerteza, com o país mergulhado numa grave crise económico-social. Os efeitos das medidas de contenção da pandemia que praticamente paralisou o país e, posteriormente a explosão ocorrida no porto de Beirute vieram exacerbar ainda mais a situação.

Com uma dívida externa das mais altas do mundo, o país anunciou em março de 2020 o seu primeiro incumprimento de pagamento, após vários meses de declínio das reservas em divisas estrangeiras

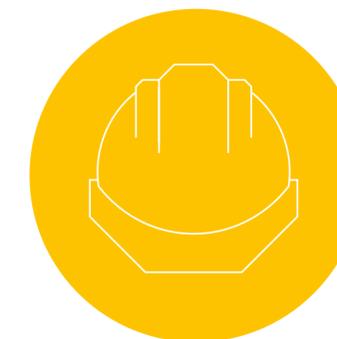
e de uma acentuada depreciação da Libra libanesa no mercado paralelo. O FMI no *World Economic Outlook* (5), publicado em outubro de 2021 para o período 2021-26 não apresenta quaisquer estimativas devido ao alto grau de incerteza.

Em setembro de 2021 foi nomeado um novo governo com vista a criar condições para abrir negociações com o Fundo Monetário Internacional que possibilitem o reequilíbrio financeiro do país.

Para a **Tunísia**, os últimos dados publicados pelo FMI (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2021), preveem um crescimento do PIB de 3,0% em 2021 e de 3,3% em 2022. A inflação prevista é de 5,7% e 6,5% para 2021 e 2022, respetivamente.

A Tunísia já se encontrava numa difícil situação financeira, com grande instabilidade social devido à pandemia e a instabilidade política agravada em julho com a demissão do governo, só veio aumentar o grau de incerteza sobre a evolução do país. A nomeação de um novo governo em outubro de 2021 poderá possibilitar a retoma de negociações com o Fundo Monetário Internacional e abrir oportunidades de crescimento económico no médio prazo.

As perspetivas para Angola (*World Economic Outlook*, FMI outubro 2021) são de uma contração de -0,7% para 2021 seguida de uma retoma de 2,4% para 2022. A inflação prevista é de 24,4% e 14,9% para 2021 e 2022, respetivamente.



A expectativa é que o Valor Bruto da Produção aumente em todos os segmentos da construção.



01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Ciclo Estratégico *Ambition 2025 – Sustainable Growth*

Em 2022, cinco anos depois do início do *RETURN*, temos muito orgulho do caminho que percorremos juntos e dos impactos que atingimos. Não só o Grupo Secil se encontra num momento de saúde financeira, como também evoluímos muito no desenvolvimento das nossas pessoas e na cultura de segurança operacional. Neste momento estamos a lançar o nosso próximo ciclo estratégico – o *Ambition 2025, Sustainable Growth*.

O *Ambition 2025* tem foco no crescimento sustentável do Grupo até 2025. Acreditamos que podemos lá chegar oferecendo localmente aos nossos clientes as melhores propostas de valor, através de negócios de cimento, agregados e outros complementares, garantindo uma exposição equilibrada entre mercados maduros e emergentes; além de também combinar o talento e as melhores práticas da Secil com uma cultura de segurança, responsabilidade e autonomia das nossas pessoas.

Em linha com as três maiores tendências da indústria do cimento e de construção civil, que foram aceleradas através da pandemia SARS COVID-19, nomeadamente a digitalização, a sustentabilidade e a “*productization*”; e através da contribuição dos colaboradores Secil, o *Ambition 2025* possui sete elementos que representam o ponto de conexão entre as iniciativas desenvolvidas:



Sustentabilidade

Queremos ser reconhecidos como uma empresa responsável e sustentável, atingindo a neutralidade carbónica até 2050



Escala e Diversificação

Queremos diversificar mais a nossa exposição de caixa



Financeiro

Queremos aumentar a criação de valor para nossos acionistas



Inovação

Queremos que grande parte de nosso impacto EBITDA venha de projetos de inovação desenvolvidos durante esse período



Foco no Cliente

Queremos oferecer localmente aos nossos clientes as melhores propostas de valor, através de negócios de cimento, agregados e outros complementares



Performance Operacional

Queremos ser os melhores da nossa indústria em performance operacional (custo e eficiência), garantindo melhorias contínuas



Pessoas

Queremos ser o melhor lugar para trabalhar para as pessoas que precisamos atrair, desenvolver e reter, para podermos operar e crescer com excelência

7 Elementos da *Ambição 2025*

O *Ambition 2025* tem foco no crescimento sustentável do Grupo até 2025

Finalmente, o nosso programa estratégico até 2025 é focado em crescimento. Entendemos claramente o que são os nossos fatores diferenciadores que nos permitirão alcançar os nossos objetivos, assim como os desafios que temos derivado das diferentes dinâmicas nos mercados em que estamos inseridos. Além disso, possuímos uma metodologia interna de acompanhamento que já foi previamente testada e que será adaptada conforme for necessário ao longo dos anos. Estamos muito confiantes que temos o que é preciso para lá chegar!

Eventos subsequentes

Este assunto encontra-se detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Secil.



01

02

03



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

08 _____ Proposta de aplicação de resultados





01

02

03



08

Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos positivos do período da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. são de 66.305.752 euros. O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Outras Reservas: 66.305.752 euros

O Conselho de Administração,
9 de fevereiro de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Presidente

Otmar Hübscher
Vice-Presidente

Carlos Alberto Medeiros Abreu
Vogal

Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros
Vogal

Manuel António de Sousa Martins
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

Francisco Javier de Benito Fernandez
Vogal

Sérgio António Alves Martins
Vogal

Vítor Paulo Paranhos Pereira
Vogal



01

02

03



02

Demonstrações Financeiras Consolidadas

SÓLIDOS NA TRANSFORMAÇÃO



02

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
DO EXERCÍCIO DE 2021 E 2020

Valores em Euros	Nota	'21	'20
Réditos	2.1	495.863.777	451.000.152
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	66.357.184	69.860.181
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1	(150.103.844)	(136.771.995)
Variação da produção	4.1	3.313.990	1.183.668
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(157.576.119)	(154.416.503)
Gastos com o pessoal	7.1	(71.518.539)	(70.139.665)
Outros gastos e perdas operacionais	2.4	(3.786.156)	(5.505.356)
Provisões líquidas	9.1	(44.265.198)	(36.205.999)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros	3.7	(36.198.636)	(35.027.084)
Resultado operacional		102.086.459	83.977.399
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	9.1 e 10.3	1.767.749	1.490.685
Rendimentos e ganhos financeiros	5.10	14.188.486	33.036.756
Gastos e perdas financeiras	5.10	(42.550.399)	(68.002.478)
Posição monetária líquida (ganhos/ (perdas))	5.11	7.214.110	13.940.475
Resultado antes de impostos		82.706.405	64.442.837
Imposto sobre o rendimento	6.1	(12.688.696)	(1.153.544)
Resultado líquido do período		70.017.709	63.289.293
Atribuível aos detentores do capital da Secil		66.305.752	57.104.623
Atribuível a interesses que não controlam	10.1	3.711.957	6.184.670
Resultado por ação			
Resultado básico por ação	5.5	1,361	1,172
Resultado diluído por ação	5.5	1,361	1,172

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
DO EXERCÍCIO DE 2021 E 2020

Valores em Euros	Nota	'21	'20
Resultado líquido do período antes de interesses que não controlam		70.017.709	63.289.293
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Instrumentos financeiros derivados de cobertura			
Variações no justo valor			
Efeito de imposto	8.2.1	846.981	(144.701)
Diferenças de conversão cambial		(232.920)	39.793
Itens que não poderão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		(25.968.970)	(137.317.945)
Remensuração de benefícios pós-emprego			
Remensurações	7.2.5	351.253	422.747
Efeito de imposto	7.2.5	(93.931)	(115.955)
Economias hiperinflacionárias			
Líbano	5.11	1.309.352	4.706.657
Efeito de imposto	5.11	(234.349)	(926.406)
Total de outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(24.022.584)	(133.335.810)
Total dos rendimentos integrais		45.995.125	(70.046.517)
Atribuível a:			
Detentores do capital da Secil			
Interesses que não controlam		54.390.871	(34.967.476)
		(8.395.746)	(35.079.041)

As Notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

01

02

03





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Valores em Euros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativos não correntes			
Goodwill	3.1	134.765.512	134.347.420
Ativos intangíveis	3.2	89.437.689	69.005.228
Ativos fixos tangíveis	3.3	400.570.737	402.465.994
Ativos sob direito de uso	3.4	43.450.287	26.296.904
Propriedades de investimento	3.5	275.707	276.473
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3	629.077	3.117.098
Outros investimentos financeiros	8.3	378.651.\$3	376.689
Valores a receber não correntes	4.2	3.105.590	2.096.105
Ativos por impostos diferidos	6.2	49.460.949	56.842.985
		722.074.199	694.824.896
Ativos correntes			
Inventários	4.1	71.371.000	58.690.039
Valores a receber correntes	4.2	93.998.015	80.924.456
Imposto sobre o rendimento	6.1	13.798.134	14.399.277
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	75.222.758	130.609.827
Ativos não correntes detidos para venda	3.6	4.162.459	4.162.459
		258.552.366	288.786.058
Ativo total		980.626.565	983.610.954

Valores em Euros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital social	5.2	100.395.212	224.183.484
Outros instrumentos de capital próprio	5.3	72.800.000	113.300.000
Reserva de conversão cambial	5.4	(258.502.377)	(245.167.554)
Reserva de justo valor	5.4	462.926	(151.135)
Reserva legal	5.4	20.079.044	42.276.241
Outras reservas	5.4	247.203.690	43.856.507
Resultados transitados	5.4	28.324.622	27.775.832
Resultado líquido do período	5.5	66.305.752	57.104.623
Capital Próprio atribuível aos detentores do capital da Secil		277.068.869	263.177.998
Interesses que não controlam	10.1	7.214.604	15.915.951
Total do Capital Próprio		284.283.473	279.093.949
Passivos não correntes			
Passivos por impostos diferidos	6.2	45.421.230	45.597.461
Responsabilidades por benefícios aos empregados de longo prazo	7.2	409.146.\$3	1.046.916
Provisões	9.1	68.253.869	59.525.113
Financiamentos obtidos	5.6	218.713.406	295.231.238
Passivos de locação	5.7	32.640.299	18.683.350
Valores a pagar não correntes	4.3	7.462.387	-
		372.900.337	420.084.078
Passivos correntes			
Financiamentos obtidos	5.6	110.367.613	108.184.945
Passivos de locação	5.7	8.965.972	6.282.928
Valores a pagar correntes	4.3	195.559.024	161.728.371
Imposto sobre o rendimento	6.1	8.550.146	8.236.683
		323.442.755	284.432.927
Passivo total		696.343.092	704.517.005
Capital Próprio e passivo total		980.626.565	983.610.954

As Notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em Euros	Nota	Capital social	Instrumentos de capital próprio	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2021		224.183.484	113.300.000	(245.167.554)	(151.135)	42.276.241	43.856.507	27.775.832	57.104.623	263.177.998	15.915.951	279.093.949
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	66.305.752	66.305.752	3.711.957	70.017.709
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	(13.334.823)	614.061	-	257.091	-	-	(12.463.671)	(12.633.916)	(25.097.587)
Outras operações - Economias hiperinflacionárias		-	-	-	-	-	-	548.790	-	548.790	526.213	1.075.003
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	(13.334.823)	614.061	-	257.091	548.790	66.305.752	54.390.871	(8.395.746)	45.995.125
Aplicação do lucro do período 2020:												
- Transferência para resultados transitados e reservas	5.4	-	-	-	-	2.560.457	54.544.166	-	(57.104.623)	-	-	-
Reembolso de prestações acessórias	5.3	-	(40.500.000)	-	-	-	-	-	-	(40.500.000)	-	(40.500.000)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	5.2	(123.788.272)	-	-	-	(24.757.654)	148.545.926	-	-	-	-	-
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	10.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(305.601)	(305.601)
Total de transações com acionistas		(123.788.272)	(40.500.000)	-	-	(22.197.197)	203.090.092	-	(57.104.623)	(40.500.000)	(305.601)	(40.805.601)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2021		100.395.212	72.800.000	(258.502.377)	462.926	20.079.044	247.203.690	28.324.622	66.305.752	277.068.869	7.214.604	284.283.473

As Notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em Euros	Nota	Capital social	Instrumentos de capital próprio	Reserva de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2020		224.183.484	133.000.000	(150.986.421)	(46.227)	40.874.278	16.912.287	25.868.818	28.039.255	317.845.474	53.914.585	371.760.059
Resultado Líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	57.104.623	57.104.623	6.184.670	63.289.293
Outro rendimentos integrais (líquidos de imposto)		-	-	(94.181.133)	(104.908)	-	306.928	(22.804)	-	(94.001.917)	(43.114.144)	(137.116.061)
Realização do excedente de revalorização (líquido de imposto)		-	-	-	-	-	-	1.929.818	-	1.929.818	1.850.433	3.780.251
Total dos rendimentos integrais do período		-	-	(94.181.133)	(104.908)	-	306.928	1.907.014	57.104.623	(34.967.476)	(35.079.041)	(70.046.517)
Aplicação do lucro do período 2019:												
- Transferência para resultados transitados e reservas	5.4	-	-	-	-	1.401.963	26.637.292	-	(28.039.255)	-	-	-
Reembolso de prestações acessórias	5.3	-	(19.700.000)	-	-	-	-	-	-	(19.700.000)	-	(19.700.000)
Dividendos pagos por subsidiárias a interesses que não controlam	10.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.919.593)	(2.919.593)
Total de transações com acionistas		-	(19.700.000)	-	-	1.401.963	26.637.292	-	(28.039.255)	(19.700.000)	(2.919.593)	(22.619.593)
Capital próprio em 31 de dezembro de 2020		224.183.484	113.300.000	(245.167.554)	(151.135)	42.276.241	43.856.507	27.775.832	57.104.623	263.177.998	15.915.951	279.093.949

As Notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 E 2020

Valores em Euros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		587 703 332	552 540 412
Pagamentos a fornecedores		(385 537 321)	(341 670 698)
Pagamentos ao pessoal		(42 572 162)	(46 181 481)
Fluxos gerados pelas operações		159 593 849	164 688 233
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(281 125)	(9 286 229)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(47 939 816)	(26 277 733)
Fluxos das atividades operacionais (1)		111 372 908	129 124 271
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 516 020	1 009 771
Investimentos financeiros		5 776 164	9 500 000
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos		496 133	772 090
		9 788 317	11 281 861
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(34 963 702)	(20 384 888)
Outros ativos		-	(211 548)
		(34 963 702)	(20 596 436)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(25 175 385)	(9 314 575)

Valores em Euros	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	5.9	258 251 102	728 731 284
		258 251 102	728 731 284
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5.9	(328 804 235)	(743 691 229)
Amortização de contratos de locação	5.9	(10 413 050)	(9 876 381)
Juros e gastos similares		(17 417 098)	(19 185 092)
Dividendos		(392 133)	(889 684)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(40 500 000)	(19 700 000)
		(397 526 516)	(793 342 386)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(139 275 414)	(64 611 102)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA(1)+(2)+(3)		(53 077 891)	55 198 594
Efeito das diferenças de câmbio		(97 943)	(21 836 089)
Efeito da Hiperinflação em caixa e seus equivalentes		(469 363)	(297 787)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5.8	127 455 986	94 159 498
Imparidades decorrentes da aplicação da IFRS 9		1 189 441	231 770
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.8	75 000 230	127 455 986

As Notas no Anexo constituem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Índice

01 ____ Introdução

1.1	____	Apresentação do Grupo	50
1.2	____	Eventos relevantes do período	50
1.3	____	Eventos subsequentes	51
1.4	____	Bases de preparação	51
1.5	____	Novas normas IFRS adotadas e a adotar	54
1.6	____	Estimativas e julgamentos contabilísticos Relevantes	59

02 ____ Performance operacional

2.1	____	Rédito	61
2.2	____	Outros rendimentos e ganhos Operacionais	63
2.3	____	Fornecimentos e serviços externos	63
2.4	____	Outros gastos e perdas operacionais	64

03 ____ Investimentos

3.1	____	<i>Goodwill</i>	66
3.2	____	Ativos intangíveis	69
3.3	____	Ativos fixos tangíveis	73
3.4	____	Ativos sob direito de uso	76
3.5	____	Propriedades de investimento	77
3.6	____	Ativos não correntes detidos para venda	78
3.7	____	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	78

04 ____ Fundo de manei

4.1	____	Inventários	80
4.2	____	Valores a receber	82
4.3	____	Valores a pagar	84

05 ____ Estrutura de capital

5.1	____	Gestão de capital	87
5.2	____	Capital social e ações próprias	88
5.3	____	Outros instrumentos de capital próprio	89
5.4	____	Reservas e resultados transitados	89
5.5	____	Resultado por ação	91
5.6	____	Financiamentos obtidos	92
5.7	____	Passivos de locação	94
5.8	____	Caixa e equivalentes de caixa	95
5.9	____	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	95
5.10	____	Rendimentos e gastos financeiros	96
5.11	____	Economias hiperinflacionárias Líbano	96

06 ____ Imposto sobre o rendimento

6.1	____	Imposto sobre o rendimento do período	98
6.2	____	Impostos diferidos	101

07 ____ Pessoal

7.1	____	Gastos com o pessoal	107
7.2	____	Benefícios aos empregados	108
7.3	____	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	114

08 ____ Instrumentos financeiros

8.1	____	Gestão do risco financeiro	116
8.2	____	Instrumentos financeiros derivados	123
8.3	____	Outros investimentos financeiros	126
8.4	____	Ativos e passivos financeiros	127

09 ____ Provisões, compromissos e contingências

9.1	____	Provisões	129
9.2	____	Compromissos	130

10 ____ Estrutura do Grupo

10.1	____	Empresas incluídas na consolidação	133
10.2	____	Variações do perímetro de consolidação	135
10.3	____	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	136
10.4	____	Transações com partes relacionadas	138

11 ____ Gestão de riscos operacionais



01

02

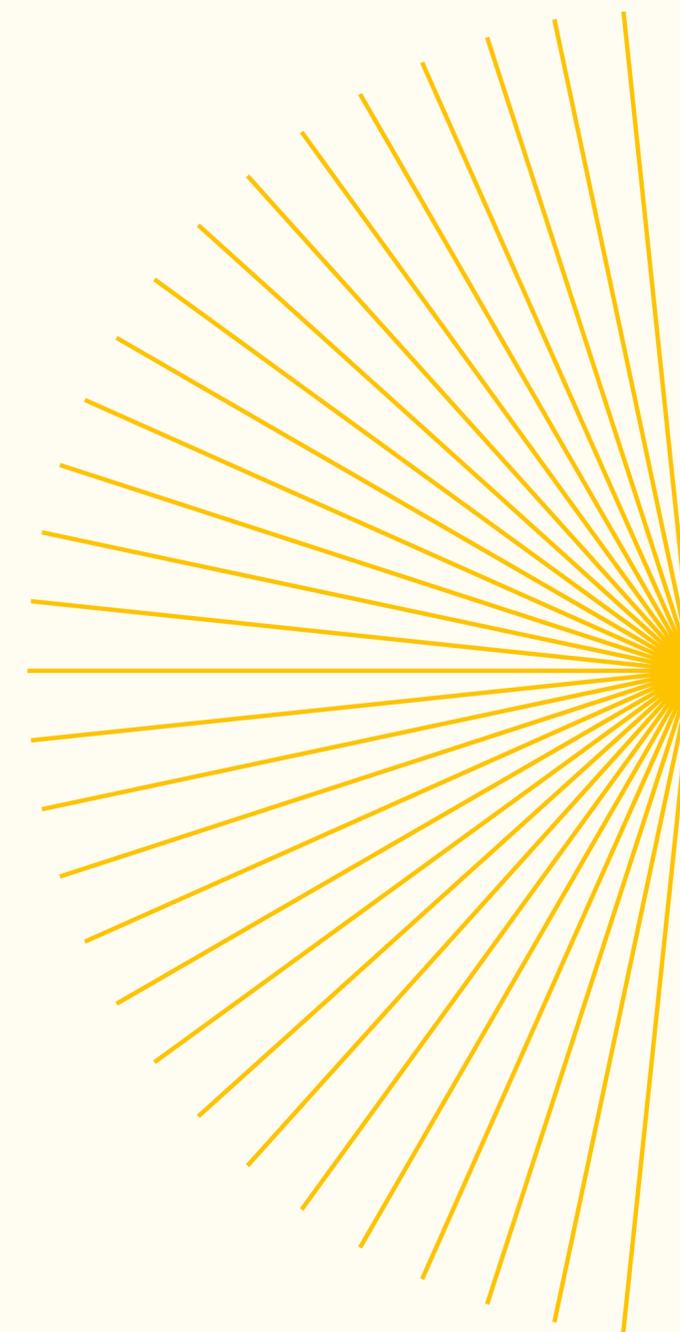
03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



01 _____ Introdução





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

01

Introdução

As Notas às demonstrações financeiras encontram-se organizadas em 11 blocos, agregados conforme a relevância da sua leitura conjunta para a compreensão da performance, posição financeira e movimentos em fluxos de caixa da Empresa para os períodos apresentados.

As políticas contabilísticas relevantes e os principais julgamentos e estimativas relativos a cada rubrica das demonstrações financeiras encontram-se divulgadas no início da respetiva Nota.

Na apresentação das Notas às demonstrações financeiras, são utilizados os seguintes símbolos



Este símbolo indica a divulgação de políticas de gestão especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



Este símbolo indica a divulgação de políticas contabilísticas especificamente aplicáveis aos itens na respetiva Nota.



Este símbolo indica a divulgação das estimativas e/ou julgamentos realizados em relação aos itens na respetiva Nota.



Este símbolo indica uma referência a outra Nota ou outra secção do Relatório e Contas onde é apresentada mais informação sobre os itens divulgados.





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.1 __ Apresentação do Grupo

O Grupo SECIL (Grupo) é constituído pela Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (Sociedade ou Secil) e subsidiárias. A Secil, sediada no Outão, Setúbal, foi constituída em 27 de junho de 1918 e tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento, produzido nas suas fábricas do Outão, Maceira e Pataias, e distribuído pelos diversos entrepostos comerciais presentes por todo o país.

A Secil lidera um Grupo empresarial com atividades operacionais em Portugal, Espanha, Holanda, Cabo Verde, Tunísia, Angola, Líbano e Brasil, destacando-se: (i) a produção de cimento diretamente e através das suas subsidiárias, nas fábricas de Gabès (Tunísia), Lobito (Angola), Beirute (Líbano), Pomerode (Brasil) e Adrianópolis (Brasil), (ii) a produção e comercialização de betão em Portugal, Espanha, Tunísia, Líbano e Brasil e (iii) a produção de inertes e exploração de pedreiras em Portugal e Cabo Verde.

» Uma descrição mais detalhada da atividade em cada ramo de negócio do Grupo encontra-se divulgada na **Nota 2.1 – Rédito**.

A Secil é incluída no perímetro de consolidação da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., empresa-mãe, e da Sodim – SGPS, S.A., entidade controladora final.

1.2 __ Eventos relevantes do período

Coronavírus

O Grupo Secil mantém o acompanhamento e monitorização da evolução da situação pública de emergência sanitária, com atualizações constantes dos planos de contingência em vigor nas diversas unidades industrial e geografias que o compõem.

O Grupo continua a analisar os potenciais impactos da pandemia COVID-19 na sua posição financeira, na sua performance e nos fluxos de caixa decorrentes dos impactos que esta tem tido na sua atividade económica, designadamente os impactos nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes. Dessa análise não resultaram quaisquer indícios de imparidade no exercício de 2021.

Num contexto adverso, o Grupo Secil evidenciou uma forte flexibilidade e resiliência nos seus modelos de negócio, ajustando-se de forma ágil às alterações de mercado e atuando significativamente nas suas bases de custos fixos e variáveis. O Grupo evidencia assim boa capacidade de geração de *cash-flow* livre e uma posição financeira reforçada, sendo convicção do Conselho de Administração que, face à sua situação financeira e de liquidez, continuará a superar os impactos negativos da crise motivada pela pandemia, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A Secil analisou o impacto da pandemia de COVID-19 na sua posição financeira, na performance e nos fluxos de caixa do Grupo:

Recuperabilidade do *Goodwill* e Marcas

O Grupo avaliou a existência de indícios de imparidade decorrentes dos impactos da COVID-19, de acordo com as atuais previsões, baseadas nas projeções do crescimento do PIB e da inflação de cada uma das Geografias, que poderiam indiciar a existência de imparidade do *goodwill*.

Não foram identificadas imparidades sobre o *goodwill*, sendo a quantia recuperável superior à quantia escriturada dos ativos associados a cada unidade geradora de caixa. Conclusões semelhantes foram alcançadas na avaliação efetuada à marca Supremo.

Recuperabilidade, vida útil e depreciações de ativos fixos tangíveis

O Grupo avaliou a existência de indícios de imparidade sobre os seus ativos fixos tangíveis.

Considerando a performance dos segmentos geográficos do Grupo e as perspetivas futuras, não foram identificados indícios de imparidades sobre os ativos fixos tangíveis.

Inventários

Face aos impactos na procura, o Grupo considera que, com as margens praticadas durante a pandemia, o valor realizável líquido dos seus inventários é superior ao valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados.

Recuperabilidade de saldos de clientes e de outros valores a receber

As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9, registando

as perdas esperadas até à maturidade. No Grupo Secil, os impactos da IFRS 9 na demonstração da posição financeira consolidada são reduzidos tendo em conta que parte significativa das suas vendas são seguradas ou devidamente colateralizadas.

Ainda assim, o Grupo avalia periodicamente as perdas com crédito esperadas e os impactos em todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Neste sentido, o Grupo avaliou a atual exposição ao risco de crédito e o eventual impacto das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto desta componente é reduzido.

Pressupostos atuariais

O Grupo avaliou a taxa de desconto aplicável ao plano de benefícios definidos para empregados e outros benefícios pós-emprego. Decorrente dessa avaliação e tendo por base o estudo atuarial a 31 de dezembro de 2021, decidiu manter a taxa de desconto em 1,25%.

O Grupo apresenta na **Nota 7.2** uma análise de sensibilidade que permite avaliar o impacto de uma eventual alteração da taxa de desconto.

Impacto cambial

O Grupo Secil desenvolve atividades fora de Portugal através das suas subsidiárias estando desta forma exposta ao risco cambial das atividades operacionais denominadas em moedas distintas da sua moeda funcional. O impacto mais relevante registou-se na geografia do Líbano.

As limitações provocadas pela pandemia nomeadamente no que se refere à circulação de pessoas impactaram a economia e acresceram incerteza aos mercados. Desta forma, verificou-se um impacto cambial significativo no exercício de 2021,



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

decorrente da conversão dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, reconhecido nos capitais próprios na rubrica de reserva de conversão cambial (**Nota 5.4**), bem como impactos cambiais decorrentes da operação das subsidiárias, os quais são reconhecidos na demonstração de resultados.

Liquidez

O Grupo dispõe atualmente de uma situação de liquidez confortável, em resultado de uma gestão criteriosa de fundo de maneo.

A 31 de dezembro de 2021 o Grupo dispõe de linhas de crédito contratadas e não utilizadas no montante de aproximadamente 230 milhões de euros (**Nota 8.1.3**).

O Grupo tem trabalhado e continuará a trabalhar de forma exaustiva naquilo que está ao seu alcance, nomeadamente ao nível do seu planeamento operacional e comercial, na sua eficiência de custos, na alocação do seu *cash-flow* e na gestão eficaz da sua liquidez para garantir a continuidade das suas operações e a saúde dos seus trabalhadores.

De salientar, que o Grupo se encontra em situação de cumprimento dos *covenants* negociados sendo a margem de segurança dos referidos *covenants*, em 31 de dezembro de 2021 confortável.

Apoios governamentais

O Governo Português instituiu diversas medidas excecionais e temporárias de apoio aos trabalhadores e às empresas afetados pela pandemia de COVID-19, tendo em vista a manutenção dos postos de trabalho e a mitigação de situações de crise empresarial. O Grupo Secil não recorreu a nenhum apoio atribuído pelo Governo no âmbito da pandemia COVID-19.

Alienação de participações financeiras

Em novembro de 2021 a Secil alienou a participação financeira detida na subsidiária Secil Prebetão - Prefabricados de betão, S.A. a qual era detida em 100% no período findo a 31 de dezembro de 2020, bem como a totalidade da participação financeira (50%) detida no empreendimento conjunto Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda..

Os impactos das referidas alienações encontram-se detalhados nas notas 10.2 e 10.3 respetivamente.

1.3 ___ Eventos subsequentes

Entre 1 de janeiro de 2022 e 9 de fevereiro de 2022 não ocorreram eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço ou proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço.

1.4 ___ Bases de preparação

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de fevereiro de 2022 estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Os responsáveis do Grupo, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), em vigor em 1 de janeiro de 2021 e conforme adotadas pela União Europeia.

Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os seus aspetos materialmente relevantes com as do exercício anterior de 2020.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (**Nota 10.1**), e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados ou ao justo valor através de capital (**Nota 8.3**), nos quais se incluem os instrumentos financeiros derivados (**Nota 8.2**).

Bases de consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de Interesses não controlados, respetivamente, na Demonstração da posição financeira consolidada em linha própria no capital próprio e na demonstração de resultados consolidada. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na **Nota 10.1**.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo, que se encontra detalhado na **Nota 3.1**.



01

02

03



As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respectivo valor de aquisição é registrado diretamente em capitais próprios na rubrica Resultados transitados (**Nota 5.4**).

Quando à data de aquisição do controle o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controle é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controle sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registrado por contrapartida de resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controle, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contábilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/ atribuição é contingente

à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/ acionista (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a transferir pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses não controlados são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*Goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados na rubrica Outros proveitos operacionais. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

As políticas contábilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, mas não possui controle, geralmente com investimento representando

entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *Goodwill* e mantidas na rubrica Investimento em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registradas como proveito do período na rubrica Apropriação de resultados em empresas associadas. Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registradas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contábilísticas de associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na **Nota 10.3**.

Acordos conjuntos

Os acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos em função dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor. Os empreendimentos conjuntos são contabilizados e mensurados através do método de equivalência patrimonial.

As operações conjuntas são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em função da quota-parte de ativos detidos e passivos assumidos conjuntamente, assim como os rendimentos do output da operação conjunta e gastos incorridos conjuntamente. Os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser contabilizados de acordo com as IFRS aplicáveis.

Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que o Grupo tenha um interesse.

As entidades conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com o qual as participações financeiras são registradas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) e pelos dividendos recebidos.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Grupo é equivalente, ou excede o valor da participação



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

financeira nos empreendimentos conjuntos, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício dos empreendimentos conjuntos.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Grupo e os seus empreendimentos conjuntos são eliminados na proporção do interesse do Grupo nos empreendimentos conjuntos. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Grupo.

Moeda de apresentação e transações em moeda diferente da moeda de apresentação e economias hiperinflacionárias

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se apresentadas em Euros.

Todos os ativos e passivos do Grupo expressos em moeda diferente da moeda de apresentação foram transpostos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da Posição financeira consolidada (Nota 8.1.1).

As diferenças de câmbio, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças,

pagamentos ou à data da Posição financeira consolidada, são registadas como rendimentos e gastos do período (Notas 5.10).

As rubricas de resultados das unidades operacionais estrangeiras foram transpostas ao câmbio médio do período. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram refletidas na Reserva de conversão cambial no capital próprio (Nota 5.4). Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados consolidados como parte do ganho ou perda na venda.

Para unidades operacionais estrangeiras em economias hiperinflacionárias as demonstrações financeiras em moeda local são reexpressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira, de forma a refletir o impacto da inflação antes da transposição para a moeda de apresentação do Grupo. A IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias requer que as quantias ainda não expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da posição financeira sejam reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços, levando a um potencial ganho ou perda na posição monetária. A norma exige também que todos os itens da demonstração de fluxos de caixa sejam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data de balanço.

Quando a moeda de apresentação do Grupo não for hiperinflacionária, a IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio exige que os valores comparativos sejam aqueles que foram apresentados nas demonstrações financeiras anteriores, sendo o ganho ou perda na posição monetária líquida relacionada

com alterações de preços em períodos anteriores reconhecida diretamente nos Capitais Próprios.

Adicionalmente, o Grupo avalia o valor escriturado dos ativos não correntes em conformidade com a IAS 36 – Imparidade de ativos, pelo que a quantia reexpressa é reduzida à quantia recuperável, assegurando que o valor escriturado reflete o valor económico dos ativos.

Os resultados e a posição financeira das operações estrangeiras em economias hiperinflacionárias são

transpostas à taxa de fecho na data da posição financeira. No caso do Líbano, o Grupo usa a taxa de câmbio aplicável aos dividendos e repatriamento de capital, porque é a taxa que, à data da posição financeira, o investimento na operação estrangeira será recuperado.

As taxas de câmbio utilizadas na transposição dos ativos e passivos expressos em moeda diferente do Euro, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalham-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020	Valorização / (desvalorização)
TND (dinar tunisino)			
Câmbio médio do período	3,2889	3,1998	(2,78%)
Câmbio de fim do período	3,2673	3,2879	0,63%
LBP (libra libanesa)			
Câmbio médio do período	31 316,40	10 307,60	(203,82%)
Câmbio de fim do período	31 316,40	10 307,60	(203,82%)
USD (dólar americano)			
Câmbio médio do período	1,1828	1,1422	(3,55%)
Câmbio de fim do período	1,1326	1,2271	7,70%
BRL (real brasileiro)			
Câmbio médio do período	6,3773	5,8978	(8,13%)
Câmbio de fim do período	6,3199	6,3768	0,89%
AOA (kwanza angolano)			
Câmbio médio do período	751,3343	689,8670	(8,91%)
Câmbio de fim do período	632,4237	822,3820	23,10%



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.5 ____ Novas normas IFRS adotadas e a adotar

Normas, alterações e interpretações adotadas em 2021

Sem impacto nas demonstrações financeiras

Covid 19 –
Concessões
de rendas Alteração
à IFRS 16

Em maio de 2020, o IASB emitiu “Covid-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações.

Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com o Covid-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.

Em 2021, o IASB, estendeu o expediente prático por 12 meses - ou seja, permitindo que os locatários apliquem a concessões de renda para as quais qualquer redução nos pagamentos da locação afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

As alterações de 2021 são efetivas para períodos de relatório anuais com início em ou após 1 de abril de 2021.

Sem impacto nas demonstrações financeiras

Reforma de referenciais
de Taxa de Juro –
Fase 2 (alterações
à IFRS 9, IAS 39,
IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.

O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').

As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.

Extensão da isenção
temporária de aplicação
da IFRS 9 (alterações
à IFRS 4)

O IASB emitiu “Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) em 25 de junho de 2020.

O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 (ou seja, para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17 Contratos de Seguro.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As normas, alterações e interpretações acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações de aplicação obrigatória em ou após 1 de janeiro de 2022.

Norma	Alteração	Data da Aplicação
Sem impacto nas demonstrações financeiras		
Normas e alterações endossadas pela União Europeia que a Empresa optou pela não aplicação antecipada		
Referências à Estrutura Conceptual (alterações à IFRS 3)	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu “Referências à Estrutura Conceptual”, alterando a IFRS 3 Concentração de Negócios.</p> <p>As alterações atualizaram a IFRS 3, substituindo a referência a uma versão antiga da Estrutura Conceptual por uma referência à versão mais recente, que foi emitida em março de 2018.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas a concentrações de negócios para as quais a data de aquisição é no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se, ao mesmo tempo ou antes, uma entidade também aplicar todas as alterações feitas em “Alterações às referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS”, emitidas em março de 2018.</p>	1 de janeiro de 2022
Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do uso pretendido, alterações à IAS 16 Ativos fixos tangíveis	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu “Ativos fixos tangíveis - Receitas antes do Uso Pretendido”, que alterou a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.</p> <p>As alterações proíbem a dedução ao custo de um item do ativo fixo tangível, de qualquer receita da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela administração. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer em resultados essas receitas de vendas.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.</p>	1 de janeiro de 2022
Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato	<p>Em maio de 2020, o IASB emitiu “Contratos Onerosos - Custo de cumprir um contrato”, que alterou a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p> <p>O objetivo das alterações é o de esclarecer os requisitos da IAS 37 sobre contratos onerosos no que diz respeito à avaliação se, num contrato, os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam receber do mesmo.</p> <p>As alterações devem ser aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, sendo permitida a sua aplicação antecipada.</p>	1 de janeiro de 2022



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Norma	Alteração	Data da Aplicação
Sem impacto nas demonstrações financeiras		
Melhoramentos do ciclo 2018-2020	<p>Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 2018–2020 contendo as seguintes alterações às IFRSs:</p> <p>a) permitir que uma entidade, enquanto subsidiária, associada ou joint venture, que adota as IFRS pela primeira vez depois da sua controladora e opta por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, possa mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os valores relatados pela controladora, com base na respetiva data de transição para as IFRS;</p> <p>b) esclarecer que a referência às taxas no teste de 10 por cento inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro (IFRS 9);</p> <p>c) remover a confusão potencial em relação ao tratamento de incentivos de locação aplicando a IFRS 16 Locações, conforme ilustrado no Exemplo Ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16; e</p> <p>d) remover o requisito do parágrafo 22 da IAS 41 Agricultura para que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o justo valor aplicando a IAS 41.</p> <p>As alterações serão aplicadas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022, com aplicação antecipada permitida.</p>	1 de janeiro de 2022
Normas e alterações ainda não endossadas pela União Europeia		
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgações de políticas contabilísticas	<p>Na sequência de feedback obtido sobre a necessidade de existir mais orientação que ajude as empresas a decidir sobre que informação divulgar relativamente às políticas contabilísticas, o IASB emitiu em 12 de fevereiro de 2021 alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e à IFRS Practice Statement 2 – Fazendo julgamentos de materialidade.</p> <p>As principais alterações à IAS 1 incluem: i) exigir que as entidades divulguem informação relativa a políticas contabilísticas materiais em vez de políticas contabilísticas significativas, ii) esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transações imateriais são igualmente imateriais e como tal não precisam de ser divulgadas e iii) esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transações materiais são, elas mesmas, materiais para as demonstrações financeiras de uma entidade.</p> <p>O IASB também alterou a IFRS Practice Statement 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais na aplicação de materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. Estas alterações são consistentes com a definição revista de material:</p> <p>“A informação relativa a políticas contabilísticas é material se, quando considerada em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, é razoavelmente esperado que influencie as decisões que os principais utilizadores das demonstrações financeiras de uma forma geral tomem com base nessas demonstrações financeiras.” As alterações entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023, mas a sua aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2023



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Norma	Alteração	Data da Aplicação
Sem impacto nas demonstrações financeiras		
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas	O IASB emitiu alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros para clarificar como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas, com foco principal na definição e esclarecimentos sobre as estimativas contabilísticas.	
	As alterações introduzem uma nova definição para estimativas contabilísticas: clarificando que são valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	
	As alterações também clarificam a relação entre as políticas contabilísticas e as estimativas contabilísticas, especificando que uma entidade desenvolve uma estimativa contabilística para atingir o objetivo estabelecido por uma política contabilística. Os efeitos das alterações em tais dados ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
	As alterações são efetivas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e serão aplicadas prospectivamente às alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas ocorridas no ou após o início do primeiro período de relatório anual ao qual a entidade aplica as alterações.	
IFRS 17 – Contratos de Seguro	O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro.	
	A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira.	1 de janeiro de 2023
	A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.	
Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)	O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.	
	As alterações esclarecem um critério da IAS 1 para classificar um passivo como não corrente: a exigência de uma entidade ter o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de relatório.	
	As alterações visam:	
	(a) especificar que o direito de uma entidade de diferir a liquidação deve existir no final do período de relatório;	1 de janeiro de 2023
	(b) esclarecer que a classificação não é afetada pelas intenções ou expectativas da administração sobre se a entidade exercerá seu direito de adiar a liquidação;	
(c) esclarecer como as condições de empréstimo afetam a classificação; e		
(d) esclarecer os requisitos para classificar passivos que uma entidade irá liquidar, ou possa liquidar, através da emissão dos seus próprios instrumentos patrimoniais.		
	Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2023.	



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Norma	Alteração	Data da Aplicação
Sem impacto nas demonstrações financeiras		
Alterações à IAS 12: imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021.	
	<p>As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.</p> <p>Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.</p> <p>As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.</p>	1 de janeiro de 2023
Alterações à IFRS 17 - Contratos de seguro: aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	O IASB emitiu alterações à IAS 12 - 'Impostos sobre o Rendimento', em 7 de maio de 2021.	
	As alterações exigem que as empresas reconheçam impostos diferidos sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.	
	Em determinadas circunstâncias, as empresas estão isentas de reconhecer impostos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Anteriormente, havia alguma incerteza sobre se a isenção se aplicava a transações como locações e provisões para desmantelamento, isto é, transações no âmbito das quais as empresas reconhecem um ativo e um passivo. As alterações esclarecem que a isenção não se aplica a este tipo de transações e que as empresas são obrigadas a reconhecer impostos diferidos. O objetivo das alterações é reduzir a diversidade na divulgação de impostos diferidos sobre locações e provisões para desmantelamento.	
	As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A aplicação antecipada é permitida.	
	O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao âmbito dos requisitos de transição da IFRS 17 - Contratos de Seguro, proporcionando às seguradoras uma opção com o objetivo de melhorar a utilidade das informações para os investidores na aplicação inicial da nova Norma.	1 de janeiro de 2023
A alteração não afeta quaisquer outros requisitos da IFRS 17.		
A IFRS 17 e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros têm requisitos diferentes de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa que apresentam nas demonstrações financeiras ao aplicar a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez.		
A alteração ajudará as seguradoras a evitar esses desfasamentos contabilísticos temporários e, portanto, aumentará a utilidade da informação comparativa para os investidores.		
A IFRS 17, incluindo esta alteração, é efetiva para os períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.		



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1.6 __ Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que sejam efetuadas estimativas e julgamentos que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data da posição financeira consolidada. Para o efeito, o Conselho de Administração do Grupo baseia-se:

- (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e
- (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro.

Na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

Estimativas e julgamentos mais significativos

As estimativas e os pressupostos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos, no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

Estimativas e julgamentos

Nota

Recuperabilidade do <i>goodwill</i> e marcas	3.1 - <i>Goodwill</i> 3.2 - Ativos intangíveis
Incerteza quanto ao tratamento do imposto sobre o rendimento	6.1 - Imposto sobre o rendimento do período 6.2 - Impostos diferidos
Pressupostos atuariais	7.2 - Benefícios aos empregados
Reconhecimento de provisões	9.1 - Provisões
Recuperabilidade, vida útil e depreciação de ativos fixos tangíveis	3.3 - Ativos fixos tangíveis





01

02

03

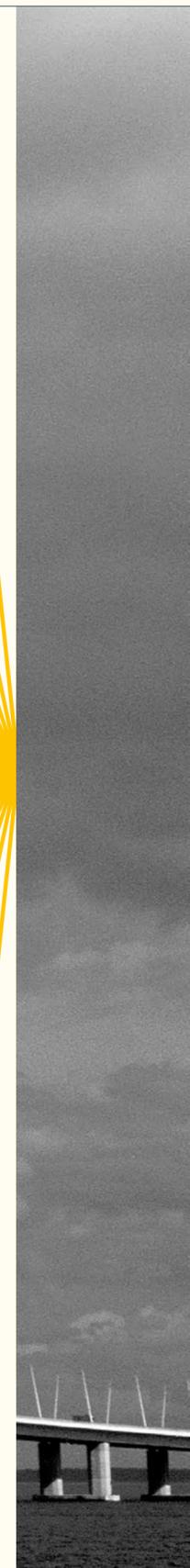
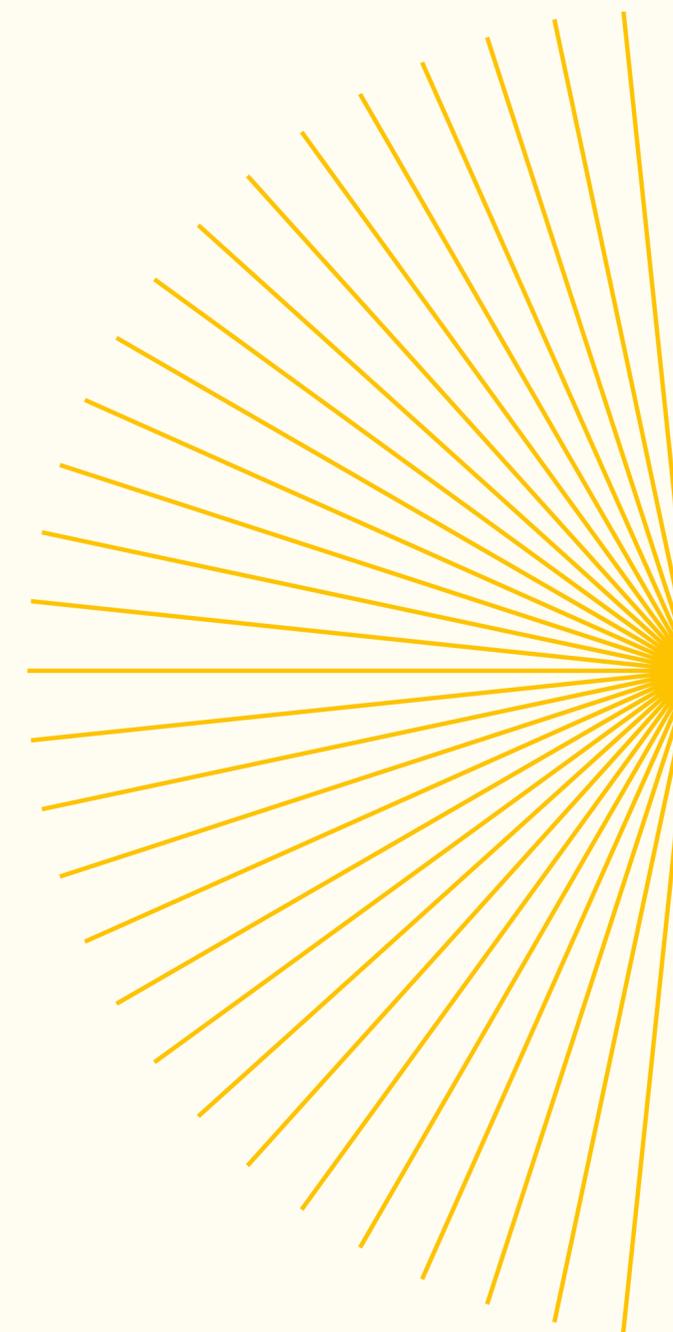


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



02 _____

Performance operacional





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

02 _____ Performance operacional

Valores em Euros

	Nota	'21	'20
Réditos	2.1	495.863.777	451.000.152
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.2	66.357.184	69.860.181
		562.220.961	520.860.333
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1	(150.103.844)	(136.771.995)
Varição da produção	4.1	3 313.990	1 183.668
Fornecimentos e serviços externos	2.3	(157.576.119)	(154.416.503)
Gastos com o pessoal	7.1	(71.518.539)	(70.139.665)
Outros gastos e perdas operacionais	2.4	(3 786.156)	(5 505.356)
		(379.670.668)	(365.649.851)
		182.550.293	155.210.482

2.1 __ Rédito

!! Política de gestão dos negócios

A Comissão Executiva do Grupo Secil é a principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, analisando periodicamente, e de forma consistente, os relatórios da informação financeira e operacional de cada segmento geográfico. Os relatórios são utilizados para monitorizar a performance operacional dos seus negócios e decidir sobre a melhor alocação de recursos ao segmento, bem como a avaliação do seu desempenho, e tomadas de decisão estratégicas.

Foram identificados cinco segmentos operacionais, com base nas áreas geográficas a partir das quais o Grupo desenvolve a sua atividade: Portugal, Líbano, Tunísia, Brasil e Angola. Refira-se que a geografia Portugal inclui Cabo Verde, Holanda e Espanha, pois as exportações para estes países realizam-se a partir de Portugal e são monitorizadas em conjunto com as vendas nacionais.

☰ Políticas contabilísticas

Rédito

O Grupo apresenta nesta Nota o rédito desagregado por área geográfica, com base no país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo.



01

02

03



Cimento

Parte significativa do rédito do Grupo Secil refere-se à venda de cimento cinzento, a granel ou ensacado, em palete ou pacotões. A forma de acondicionamento do cimento e ponto de entrega, depende da dimensão do cliente e da utilização final do produto.

Os principais clientes do Grupo Secil são empresas industriais na área do betão, pré-fabricados e construção civil e consórcios associados à construção de obras de elevada complexidade técnica como barragens e pontes. A venda de cimento ensacado para o consumidor final é residual, sendo assegurada através de revendedores locais.

A Secil fornece os seus produtos nas suas fábricas e entrepostos e assegura o transporte até às instalações do cliente, mediante subcontratação do transporte, existindo neste caso duas obrigações de performance, às quais a Secil aloca o preço da transação baseado nos preços de venda.

O rédito reconhecido pela venda de cimento nos entrepostos resulta das tabelas de preços em vigor ajustadas por descontos de pronto pagamento e descontos de quantidade, atribuídos aos clientes, consoante se tratem de clientes revendedores ou clientes industriais, tal como descrito nas condições gerais de venda. No que se refere aos grandes clientes e projetos específicos os preços e condições de desconto são fixadas contrato a contrato.

Os descontos atribuídos constituem uma componente variável do preço que é considerada na determinação do rédito registado na data da entrega do produto ao cliente, que corresponde à data da transferência do controlo dos produtos.

No caso da exportação, a transferência de controlo dos produtos ocorre na sua generalidade quando os produtos passam para o controlo do cliente, conforme os Incoterms negociados.

Materiais

A linha de negócio dos Materiais respeita aos “derivados” do cimento: betão pronto, agregados, argamassas e pré-fabricados de betão.

O rédito dos Materiais é reconhecido na data da entrega do produto ao cliente, mesmo que o contrato implique entregas faseadas, devido às diferentes fases da obra e quantidades a movimentar.

O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de performance satisfeita, sendo que o preço da transação corresponde a uma quantia fixa faturada em função das quantidades vendidas, com concessão de descontos de quantidade (*rappel*) determináveis com fiabilidade.

No que se refere às argamassas, o aluguer de equipamentos de obra, para a armazenagem, mistura e aplicação de argamassas, corresponde a uma obrigação de performance separada com preço de venda autónomo deduzido de eventuais descontos concedidos.

A área de pré-fabricados de betão, refere-se essencialmente à comercialização de materiais pré-fabricados standard, não existindo produção de pré-fabricados mediante pedido específico dos

clientes. Nesta área de negócio o Grupo reconhece o rédito de todos os produtos com a entrega do produto ao cliente

Rédito por segmento geográfico, tendo por base o país de destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo

Nos exercícios de 2021 e 2020 o rédito do Grupo, tendo por base o destino dos bens e serviços vendidos, é como se segue:

Valores em Euros

	'21	'20
Portugal	270.073.035	252.228.098
Resto da Europa	40.838.204	36.755.017
América	90.554.519	79.105.003
África	69.877.919	66.388.378
Ásia	24.520.101	16.523.656
	495.863.777	451.000.152



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.2 ___ Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos exercícios de 2021 e 2020, os Outros rendimentos e ganhos operacionais decompõem-se como segue:

Valores em Euros	'21	'20
Ganhos na alienação de ativos não correntes	4.918.510	8.272.409
Subsídios - Licenças de emissão CO ₂	37.199.306	31.253.827
Alienação de licenças de emissão CO ₂ (Nota 3.2)	5.194.370	16.043.290
Rendimentos com tratamento de resíduos	1.049.311	846.082
Trabalhos para a própria empresa	2.994.607	1.896.622
Rendimentos suplementares	876.774	995.417
Subsídios à exploração	401.464	445.138
Acerto ao preço de aquisição de investimentos financeiros	-	498.455
Interruptibilidade energia - REN	4.392.012	4.596.624
Juros indemnizatórios (contencioso fiscal)	3.052.898	85.485
Outros rendimentos operacionais	6.277.932	4.926.832
	66.357.184	69.860.181

O valor mostrado na rubrica Subsídios – licenças de emissão de CO₂, corresponde ao reconhecimento em resultados do subsídio, originado na atribuição de licenças a título gratuito (conforme descrito na Nota 3.2).

2.3 ___ Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2021 e 2020, os Fornecimentos e serviços externos decompõem-se como segue:

Valores em Euros	'21	'20
Energia e fluídos	39.026.799	38.952.706
Transporte de mercadorias	45.670.110	45.777.267
Trabalhos especializados	35.250.549	31.092.266
Conservação e reparação	20.044.946	21.492.431
Serviços diversos	11.714.057	12.209.383
Honorários	824.239	813.947
Seguros	3.779.154	3.058.770
Subcontratos	817.079	555.064
Outros	449.186	464.669
	157.576.119	154.416.503



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Honorários faturados por serviços de revisão legal de contas e auditoria

Nos exercícios de 2021 e 2020, os honorários faturados e reconhecidos em gastos são como se segue:

Valores em Euros	'21		'20	
	Gastos do período	Honorários faturados	Gastos do período	Honorários faturados
KPMG (SROC) e outras entidades pertencentes à mesma rede				
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	300.084	261.353	266.508	297.053
Outros serviços de garantia de fiabilidade	30.760	26.574	34.153	34.153
	330.844	287.927	300.661	331.206

Os serviços indicados em Outros serviços de garantia de fiabilidade dizem essencialmente respeito a emissão de relatórios sobre informação financeira.

O Conselho de Administração entende existirem suficientes procedimentos de salvaguarda da independência dos auditores através dos processos de análise do Conselho Fiscal relativamente aos trabalhos propostos e da sua definição criteriosa em sede de contratação.

2.4 ____ Outros gastos e perdas operacionais

Nos exercícios de 2021 e 2020, os Outros gastos e perdas operacionais decompõem-se como se segue:

Valores em Euros	'21	'20
Imparidades em dividas a receber (Nota 8.1.4)	155.856	680.459
Imparidades em inventários (Nota 4.1)	(390.847)	23.246
Donativos	539.554	457.881
Despesas bancárias	539.478	680.520
Perda na alienação de ativos não correntes	212.792	131.647
Impostos indiretos e Taxas	1.172.855	1.278.829
Quotizações	522.498	892.173
Multas e Penalidades	98.621	94.682
Outros gastos operacionais	935.349	1.265.919
	3.786.156	5.505.356



01

02

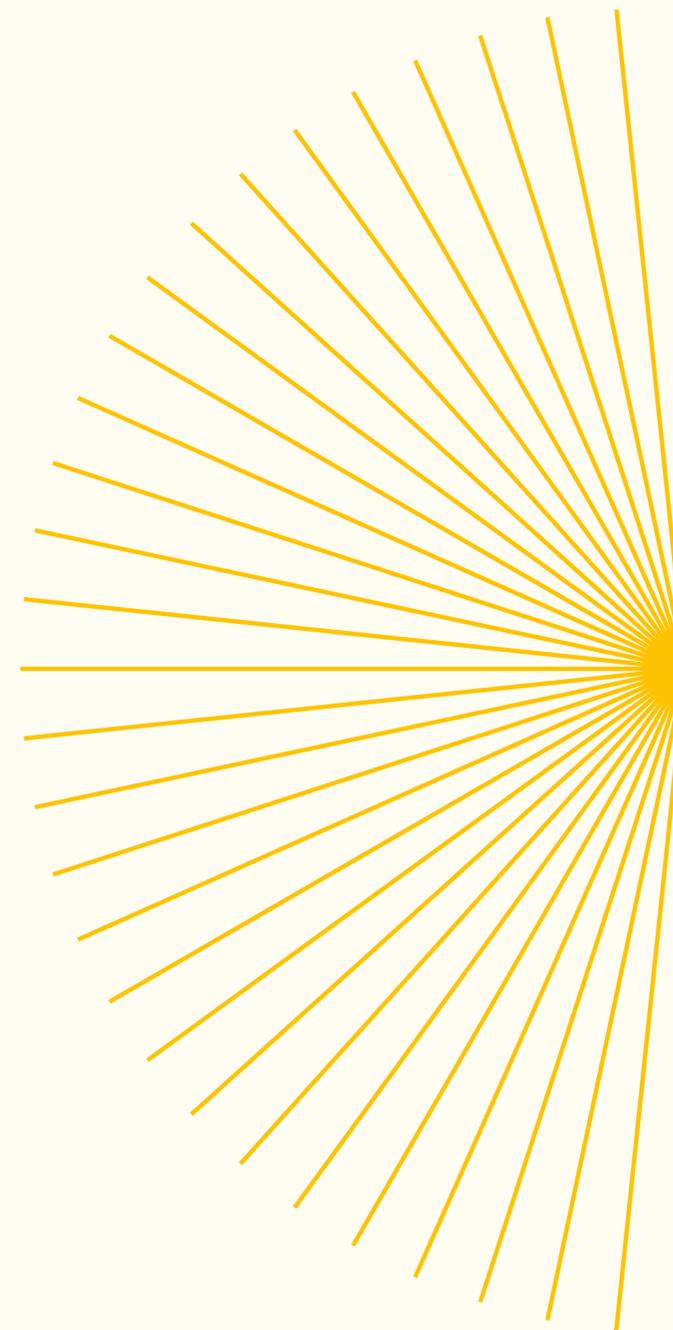
03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



03 _____ Investimentos





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

03

Investimentos

Valores em Euros

	Nota	'21	'20
Demonstração da posição financeira			
ATIVO			
Goodwill	3.1	134.765.512	134.347.420
Ativos intangíveis	3.2	89.437.689	69.005.228
Ativos fixos tangíveis	3.3	400.570.737	402.465.994
Ativos sob direitos de uso	3.4	43.450.287	26.296.904
Propriedades de investimento	3.5	275.707	276.473
Ativos não correntes detidos para venda	3.6	4.162.459	4.162.459
		672.662.391	636.554.478
Demonstração dos resultados			
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	3.7	(36.198.636)	(35.027.084)

3.1 — Goodwill

Políticas contabilísticas

O *goodwill* representa a diferença entre o justo valor do custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, das subsidiárias incluídas na consolidação, na data de aquisição do controlo e é alocado a cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou Grupo de UGCs mais baixas a que pertence.

Amortização e imparidade	O <i>goodwill</i> não é amortizado. O Grupo realiza testes de imparidade ao <i>goodwill</i> anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados como o maior entre o valor de uso e o justo valor menos custo de venda. As perdas por imparidade relativas ao <i>goodwill</i> não podem ser revertidas.
Alienações e perdas de controlo	Ganhos ou perdas decorrentes da venda ou perda de controlo sobre uma entidade ou negócio ao qual o <i>goodwill</i> está alocado incluem o valor do <i>goodwill</i> correspondente.
Aquisições em moeda diferente da moeda de apresentação	O <i>goodwill</i> originado na aquisição de uma entidade estrangeira, encontra-se registado na moeda funcional dessa mesma entidade, sendo convertido para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão cambial (Nota 5.4) como outro rendimento integral.
Dedutibilidade fiscal	À luz da legislação fiscal atualmente vigente em Portugal, não se espera que o <i>goodwill</i> reconhecido ou a reconhecer venha a ser dedutível em termos fiscais. Noutras geografias onde o Grupo opera o tratamento fiscal é diferenciado.

01

02

03



Estimativas e julgamentos contabilísticos

Testes de imparidade

Para efeitos de testes de imparidade às UGCs, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. O valor recuperável das UGC deriva de pressupostos relativos à atividade, designadamente, volumes de vendas, preços médios de venda e custos variáveis que nos períodos de projeção resultam de uma combinação de previsões económicas para as regiões e mercados onde o Grupo opera, previsões da indústria, incluindo alterações nos mercados derivadas de alteração de capacidades instaladas para cada atividade operacional, projeções internas da Gestão e performance histórica.

Estas projeções resultam dos orçamentos para o ano seguinte e da estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de quatro anos refletida nos Planos de Médio Longo Prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

O Grupo na sua análise identifica primordialmente as unidades geradoras de caixa, que se consubstanciam nas geografias onde opera.

No desenvolvimento dos testes de análise de recuperação dos ativos foram considerados pressupostos de projeção diferenciados em função das geografias relevantes.

Pressupostos na base dos planos de negócios

Pressupostos (CAGR 2022-2026)	Portugal	Tunísia	Líbano	Brasil	Angola
Vendas em quantidade (kt)					
Referência	Cimento e clínquer				
CAGR Vendas em quantidade (kt)	-0,06%	3,49%	7,26%	2,94%	3,97%
Preço Médio de Venda ML/t					
Referência	Cimento cinzento no mercado interno				
CAGR Vendas em quantidade (kt)	1,35%	1,68%	24,35%	5,10%	7,94%
Pressupostos (CAGR 2022-2026)					
Vendas em quantidade (kt)					
Referência	Cimento e clínquer				
CAGR Vendas em quantidade (kt)	-1,24%	8,16%	-2,70%	1,67%	6,17%
Preço Médio de Venda ML/t					
Referência	Cimento cinzento no mercado interno				
CAGR Preço Médio de Venda ML/t	0,86%	2,30%	25,74%	7,41%	12,14%

Pressupostos macroeconómicos e financeiros

Os principais pressupostos considerados a nível macroeconómico são as projeções de taxa de crescimento do PIB e de inflação nos mercados onde o Grupo atua. As fontes das projeções são o FMI e o Banco de Portugal.

A taxa de crescimento na perpetuidade reflete a visão da Gestão a médio/ longo prazo para as diferentes UGCs, tendo presente os pressupostos macroeconómicos.

31/12/2021

Pressupostos financeiros

	Taxa WACC	Taxa de Imposto	Taxa de cresc. Perpetuidade
Portugal (EUR)			
Período de Planeamento explícito	4,47%	27,50%	-
Perpetuidade	6,30%	27,50%	1,71%
Tunísia (TND)			
Período de Planeamento explícito	12,65%	15,00%	-
Perpetuidade	13,62%	15,00%	5,00%
Líbano (LBP)			
Período de Planeamento explícito	30,60%	17,00%	-
Perpetuidade	18,62%	17,00%	8,68%
Brasil (BRL)			
Período de Planeamento explícito	8,33%	34,00%	-
Perpetuidade	8,80%	34,00%	3,06%
Angola (AOA)			
Período de Planeamento explícito	18,16%	25,00%	-
Perpetuidade	16,24%	25,00%	6,78%



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

	31/12/2020		
Pressupostos financeiros	Taxa WACC	Taxa de Imposto	Taxa de cresc. Perpetuidade
Portugal (EUR)			
Período de Planeamento explícito	4,61%	27,50%	-
Perpetuidade	6,50%	27,50%	1,70%
Tunísia (TND)			
Período de Planeamento explícito	13,17%	25,00%	-
Perpetuidade	14,26%	25,00%	4,01%
Líbano (LBP)			
Período de Planeamento explícito	21,93%	17,00%	-
Perpetuidade	14,53%	17,00%	2,43%
Brasil (BRL)			
Período de Planeamento explícito	8,35%	34,00%	-
Perpetuidade	9,03%	34,00%	3,25%
Angola (AOA)			
Período de Planeamento explícito	24,49%	30,00%	-
Perpetuidade	18,62%	30,00%	6,00%

Teste de imparidade

Em resultado dos testes de imparidade efetuados nos períodos de 2021 e 2020, não foram identificadas perdas por imparidade relacionadas com o *goodwill*.

Análise de sensibilidade

Foi realizada uma análise de sensibilidade, aos pressupostos considerados chave (de forma independente para cada pressuposto) conforme se segue:

Variação do Enterprise Value por variação de	31/12/2021	31/12/2020
PORTUGAL		
1) Redução de 1% na taxa de crescimento na perpetuidade		
Redução no valor de avaliação:	-13,50%	-13,80%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
2) Aumento de 50 pontos base na taxa de desconto (WACC)		
Redução no valor de avaliação:	-7,24%	-9,23%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
TUNÍSIA		
1) Redução de 1% na taxa de crescimento na perpetuidade		
Redução no valor de avaliação:	-7,45%	-5,49%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
2) Aumento de 50 pontos base na taxa de desconto (WACC)		
Redução no valor de avaliação:	-4,18%	-4,95%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
BRASIL		
1) Redução de 1% na taxa de crescimento na perpetuidade		
Redução no valor de avaliação:	-11,76%	-11,21%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
2) Aumento de 50 pontos base na taxa de desconto (WACC)		
Redução no valor de avaliação:	-6,16%	-7,79%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
ANGOLA		
1) Redução de 1% na taxa de crescimento na perpetuidade		
Redução no valor de avaliação:	-5,33%	-0,15%
Resultado	Sem imparidade	Sem imparidade
2) Aumento de 50 pontos base na taxa de desconto (WACC)		
Redução no valor de avaliação:	-3,41%	-4,03%
Resultado:	Sem imparidade	Sem imparidade

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Goodwill – valor líquido

O goodwill é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGCs) do Grupo, as quais correspondem às geografias onde o Grupo opera, conforme segue:

Valores em Euros	'21	'20
Portugal	82.293.103	82.293.103
Tunísia	18.858.561	18.740.403
Brasil	33.613.848	33.313.914
	134.765.512	134.347.420

Valores em Euros	'21	'20
Valor líquido no início do período	134.347.420	150.374.678
Alienações	-	(1.782.200)
Ajustamento Cambial	418.092	(14.245.058)
Valor líquido no final do período	134.765.512	134.347.420

3.2 ____ Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

Direitos de emissão de gases com efeito de estufa (CO₂)

Dada a ausência de normativo contabilístico para o reconhecimento e mensuração das licenças de CO₂ a política definida pela gestão é como segue:

Reconhecimento e mensuração inicial	As licenças de emissão de CO ₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeito de estufa) 2013-2021, a título gratuito, são registadas na rubrica “Ativos intangíveis”, ao justo valor na data da atribuição, por contrapartida de um subsídio, reconhecido na rubrica “Valores a pagar correntes” (Nota 4.3). As licenças de emissão de CO ₂ adquiridas para utilização são registadas pelo seu custo de aquisição na rubrica “Ativos intangíveis”.
Mensuração subsequente e imparidades	As licenças de emissão de CO ₂ são mensuradas pelo seu justo valor. Assim, à data de relato, caso o valor de mercado das licenças seja inferior ao valor escriturado das licenças em carteira, é reconhecida uma imparidade, por contrapartida da rubrica “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros” (Nota 3.7).
Reconhecimento em resultados	Pela emissão de CO ₂ efetuada, o Grupo regista um gasto, na rubrica Provisões por contrapartida de uma responsabilidade na rubrica “Provisões” (Nota 9.1). A emissão de CO ₂ é mensurada ao valor contabilístico das licenças detidas, segundo a fórmula de custeio FIFO. Caso as emissões efetuadas venham a ser liquidadas, no ano seguinte, com licenças em carteira atribuídas a título gratuito, é reconhecido um ganho, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” (Nota 2.2), pelo reconhecimento do subsídio correspondente, por contrapartida da rubrica “Valores a pagar correntes” (Nota 4.3). Na data da liquidação das emissões efetuadas, com a entrega das licenças de emissão de CO ₂ , o ativo intangível e a provisão constituída (Nota 9.1) são desreconhecidos. A alienação de licenças de emissão de CO ₂ dá origem a um ganho ou perda, apurado entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, deduzido do correspondente subsídio, registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos operacionais” (Nota 2.2) ou “Outros gastos e perdas operacionais” (Nota 2.4), respetivamente.

Marcas

Reconhecimento e mensuração inicial	Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado, mensuradas ao justo valor na data da aquisição. O justo valor das marcas reconhecido na data da aquisição encontra-se deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas até 31 de dezembro de 2017, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
Mensuração subsequente e imparidades	Ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. As marcas não se encontram sujeitas a amortização por se considerar não terem vida útil definida. O Grupo realiza testes de imparidade às marcas anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o desenvolvimento do ativo e que este está disponível para uso próprio ou comercialização. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, nomeadamente as despesas com investigação, são registados como custo quando incorrida.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Marcas - Testes de imparidade

Para efeitos de testes de imparidade às marcas, são preparadas avaliações anuais por entidade independente com base no *income-split method*, um modelo de fluxos de caixa pós-imposto associados à influência da marca (diferença entre a margem líquida da marca deduzida de investimentos em marketing e a margem líquida da marca branca associada), descontados para o momento da avaliação com base numa taxa de desconto específica, tendo em consideração as diferentes dinâmicas expectadas de mercado.

Teste de imparidade

Em resultado das avaliações efetuadas em 2021 e 2020, não foi identificada qualquer perda por imparidade na marca Supremo Cimentos.

Análise de sensibilidade

Foram efetuadas análises de sensibilidade aos pressupostos fundamentais considerados nas avaliações realizadas, nomeadamente: 1) redução do indicador EVA em 5%, face ao utilizado no cenário base, e 2) aumento de 50 pontos base na taxa WACC em euros utilizada no cenário base. Estas análises de sensibilidade foram realizadas de forma independente para cada pressuposto. Caso tivessem sido adotados estes pressupostos às marcas identificadas, esta análise de sensibilidade não determinaria qualquer perda por imparidade.

'21

Marca	Mercado	Taxa de desconto	Taxa crescimento	Taxa Imposto
Supremo Cimentos	Brasil	8,80%	3,06%	34,00%

'20

Marca	Mercado	Taxa de desconto	Taxa crescimento	Taxa Imposto
Supremo Cimentos	Brasil	8,35%	3,25%	34,00%



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Movimentos em ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na rubrica Ativos intangíveis e nas respectivas amortizações e perdas de imparidade é conforme se segue:

VALOR BRUTO	Marcas	Propriedade industrial e outros direitos	Licenças de Emissão de CO₂	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2020	20.337.645	302.225	57.235.697	295.054	-	78.170.620
Aquisições/Atribuições	-	-	43.176.035	1 790.876	-	44.966.911
Alienações	-	-	(15.411.735)	-	-	(15.411.735)
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	-	(29.972.395)	-	-	(29.972.395)
Regularizações, transferências e abates	8 049	-	-	331.423	-	339.472
Ajustamento cambial	(5 890.671)	-	-	-	-	(5 890.671)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	14.455.023	302.225	55.027.602	2 417.353	-	72.202.202
Variação de perímetro	-	-	-	-	-	-
Aquisições/Atribuições	-	-	48.558.892	4 149.036	2 737.943	55.445.871
Alienações	-	-	(2 905.080)	-	-	(2 905.080)
Licenças devolvida à Entidade Coordenadora do Licenciamento	-	-	(32.204.852)	-	-	(32.204.852)
Regularizações, transferências e abates	(8 049)	27.763	-	(19.714)	-	-
Ajustamento cambial	130.071	-	-	-	-	130.071
Saldo a 31 de dezembro de 2021	14.577.045	329.987	68.476.563	6 546.675	2 737.943	92.668.213
Amort. acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo a 1 de janeiro de 2020	(4 067.529)	(292.198)	(1 782.393)	-	-	(6 142.120)
Amortizações do período (Nota 3.7)	-	(15.381)	-	-	-	(15.381)
Perdas por imparidade do período (Nota 3.7)	-	-	1 782.393	-	-	1 782.393
Ajustamento cambial	1 178.133	-	-	-	-	1 178.133
Saldo a 31 de dezembro de 2020	(2 889.396)	(307.579)	-	-	-	(3 196.974)
Amortizações do período (Nota 3.7)	-	(7 535)	-	-	-	(7 535)
Ajustamento cambial	(26.014)	-	-	-	-	(26.014)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	(2 915.410)	(315.114)	-	-	-	(3 230.524)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2020	11.565.627	(5 354)	55.027.602	2 417.353	-	69.005.228
Valor líquido a 31 de dezembro de 2021	11.661.635	14.873	68.476.563	6 546.675	2 737.943	89.437.689



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Marcas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o valor líquido das marcas detalha-se como segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Supremo (Brasil)	11.661.635	11.565.627
	11.661.635	11.565.627

Licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CO₂)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo detinha licenças de CO₂ registadas em conformidade com a política acima descrita, com o seguinte detalhe:

	31-12-2021	31-12-2020
Licenças CO ₂ (ton)	2.349.519	2.423.234
Valor unitário médio	29,1	22,71
	68.476.563	55.027.602
Cotação de mercado	53,7	24,8

Licenças de de gases com efeito de estufa (CO₂) – movimentos do período

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas licenças de emissão de gases com efeito de estufa é conforme segue:

Valores em Euros	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
		'21		'20
Saldo inicial	2.423.234	55.027.602	2.515.733	57.235.697
Licenças atribuídas gratuitamente	1.440.082	48.558.892	1.958.846	43.150.505
Licenças alienadas	(129.000)	(2.905.080)	(603.500)	(15.386.205)
Licenças devolvidas à Entidade Coordenadora de Licenciamento	(1.384.797)	(32.204.852)	(1.447.845)	(29.972.395)
Saldo final	2.349.519	68.476.563	2.423.234	55.027.602

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo alienou 129.000 e 603.500 toneladas de licenças de CO₂, respetivamente, pelo valor de Euros 5.194.370 e Euros 16.043.290 (Nota 2.2).

Ativos intangíveis em curso

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo procedeu à capitalização de

gastos internos nos montantes de Euros 2.724.356 e Euros 1.694.870, respetivamente, no âmbito do projeto CCL - *Clean Cement Line*, projeto este de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, que recorre à utilização de tecnologias maduras mais eficientes e a tecnologias inovadoras e que irão permitir a redução das emissões carbónicas e um consumo de energia elétrica e térmica mais eficiente.



01

02

03



3.3 ____ Ativos fixos tangíveis

Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis do Grupo são constituídos pelo equipamento básico utilizado na extração de calcário e britas (britadores) e na produção de clínquer, cimento (fornos, moinhos) e betão (centrais de betão e pás carregadoras).

Reconhecimento e mensuração inicial	Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2019 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.																		
	Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade.																		
	As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta, a partir do momento em que o bem se encontra disponível para uso, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada.																		
	A depreciação dos terrenos de exploração resulta da estimativa de vida útil média das reservas, tendo em consideração o período de extração.																		
Depreciações e imparidade	<table border="1"> <tr> <td>Vida útil média estimada (anos):</td> <td>Terrenos de exploração</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Edifícios e outras construções</td> <td>7 - 50</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Equipamento básico</td> <td>3 - 20</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Equipamento de transporte</td> <td>6 - 20</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Equipamento administrativo</td> <td>4 - 16</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Outros ativos fixos tangíveis</td> <td>4 - 20</td> </tr> </table>	Vida útil média estimada (anos):	Terrenos de exploração	14		Edifícios e outras construções	7 - 50		Equipamento básico	3 - 20		Equipamento de transporte	6 - 20		Equipamento administrativo	4 - 16		Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20
Vida útil média estimada (anos):	Terrenos de exploração	14																	
	Edifícios e outras construções	7 - 50																	
	Equipamento básico	3 - 20																	
	Equipamento de transporte	6 - 20																	
	Equipamento administrativo	4 - 16																	
	Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20																	
	Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data da Posição financeira consolidada. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 3.7).																		

Gastos subsequentes	Os gastos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.
	Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.
Peças de reserva	As peças de reserva são consideradas estratégicas quando a sua utilização não se destina ao consumo no âmbito do processo produtivo e se espera que a sua utilização se venha a prolongar por mais que um período económico, e ainda as peças de manutenção consideradas como “peças de substituição críticas” são reconhecidas no ativo não corrente, como Ativos fixos tangíveis. Respeitando esta classificação, as peças de reserva são depreciadas desde o momento em que se tornam disponíveis para uso e é-lhes atribuída uma vida útil que segue a natureza dos equipamentos onde se prevê que venham a ser integradas, não ultrapassando a vida útil remanescente destes.
	As peças de manutenção de valores considerados imateriais e cuja utilização prevista seja por período inferior a um ano são classificadas como inventários.
Encargos financeiros com empréstimos	Os encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) de ativos fixos são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.
	No decurso dos períodos apresentados, não foram capitalizados quaisquer encargos financeiros de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis.
Abates e alienações	Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações quando aplicável deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, em Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Outros gastos e perdas operacionais (Nota 2.4).
Subsídios ao investimento -Reconhecimento inicial e em resultados	Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis são registados a deduzir ao ativo e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados, sendo deduzido à depreciação do período, para efeitos de apresentação.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis

A recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis requer a definição de estimativas e pressupostos por parte da Gestão, nomeadamente, quando aplicável, no que diz respeito ao apuramento do valor de uso no âmbito dos testes de imparidade às unidades geradoras de caixa do Grupo.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Vida útil e depreciação

Os ativos fixos tangíveis representam a componente mais significativa do Ativo total do Grupo. Estes ativos são sujeitos a uma depreciação sistemática pelo período que se determina ser a sua vida útil económica. A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional e a evolução das condições económicas em que o Grupo atua.

A existência de unidades de produção localizadas em países com risco político relevante, incluindo geografias com risco de/ou conflito efetivo, exige uma maior monitorização e acompanhamento no desenvolvimento de testes de imparidade regulares.

Movimentos em ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações e perdas de imparidade é conforme se segue:

Valores em Euros	Terrenos e recursos naturais	Recuperação paisagística	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Subsídios ao Investimento	Total
CUSTO DE AQUISIÇÃO								
Saldo em 1 de janeiro de 2020	224.283.533	14.365.561	469.476.481	1.462.503.231	38.467.861	1.731.616	-	2.210.828.283
Variação de perímetro	-	-	(9.137)	(662.550)	(43.478)	-	-	(715.165)
Aquisições	92.016	-	143.879	532.987	22.619.885	607.199	-	23.995.966
Alienações	(512.981)	-	(1.962.799)	(7.716.014)	-	-	-	(10.191.794)
Regularizações, transferências e abates	1.769.939	2.025.732	6.045.544	29.702.456	(42.215.871)	(972.526)	-	(3.644.727)
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	17.210.206	111.313	4.546.115	46.651.609	480.471	97.459	-	69.097.172
Ajustamento cambial	(35.391.138)	(444.711)	(68.123.859)	(201.001.785)	(8.963.221)	(520.212)	-	(314.444.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	207.451.574	16.057.894	410.116.223	1.330.009.934	10.345.646	943.536	-	1.974.924.808
Variação de perímetro	(1.106.923)	-	(2.643.111)	(13.865.415)	-	-	-	(17.615.449)
Aquisições	-	-	70.294	1.174.517	26.319.575	6.862.989	-	34.427.375
Alienações	(467.295)	-	(3.184.006)	(12.312.323)	(4.208)	-	-	(15.967.831)
Regularizações, transferências e abates	520.168	491.045	(1.469.709)	(5.143.691)	(12.113.691)	(940.237)	-	(18.656.116)
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	17.423.483	142.797	4.883.434	49.324.921	566.288	18.524	-	72.359.447
Ajustamento cambial	(13.394.043)	(133.327)	(8.079.722)	(48.609.656)	(205.825)	(117.145)	-	(70.539.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	210.426.964	16.558.409	399.693.402	1.300.578.288	24.907.785	6.767.668	-	1.958.932.515
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE								
Saldo em 1 de janeiro de 2020	(54.217.189)	(3.927.026)	(355.914.868)	(1.271.487.423)	1.809.596	(267.500)	(592.310)	(1.684.596.720)
Variação de perímetro	-	-	76	6.474	-	-	-	6.550
Depreciações do período (Nota 3.7)	(2.533.391)	(700.066)	(5.967.265)	(17.380.621)	-	-	117.881	(26.463.462)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores em Euros	Terrenos e recursos naturais	Recuperação paisagística	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos	Subsídios ao Investimento	Total
Alienações	(10.688)	-	1.924.910	7.669.356	-	-	-	9.583.578
Perdas por imparidade (Nota 3.7)	-	-	-	(560.924)	-	-	-	(560.924)
Reversões de perdas por imparidade (Nota 3.7)	-	-	-	259.564	-	-	-	259.564
Regularizações, transferências e abates	324.154	-	1.846.620	3.139.451	-	-	-	5.310.226
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	(5.517.563)	(2.941)	(2.905.424)	(39.877.933)	-	-	-	(48.303.862)
Ajustamento cambial	4.083.972	-	31.036.142	137.185.478	-	-	644	172.306.236
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(57.870.705)	(4.630.034)	(329.979.808)	(1.181.046.579)	1.809.596	(267.500)	(473.785)	(1.572.458.814)
Variação de perímetro	-	-	2.091.190	13.233.240	-	-	-	15.324.430
Depreciações do período (Nota 3.7)	(2.859.724)	(3.311.673)	(5.515.223)	(17.811.357)	-	-	118.516	(29.379.461)
Alienações	10.898	-	3.130.383	10.684.393	-	-	-	13.825.674
Perdas por imparidade (Nota 3.7)	1.614.061	-	-	1.010.731	-	-	-	2.624.792
Reversões de perdas por imparidade (Nota 3.7)	-	-	(592.583)	(429.384)	-	-	-	(1.021.966)
Regularizações, transferências e abates	52.754	88.675	7.327.020	16.212.377	-	-	-	23.680.826
Economias hiperinflacionárias (Líbano)	(6.165.694)	(12.889)	(3.351.201)	(52.561.336)	-	-	-	(62.091.120)
Ajustamento cambial	3.990.395	5.333	5.423.545	41.714.662	-	-	(74)	51.133.861
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(61.228.014)	(7.860.588)	(321.466.678)	(1.168.993.252)	1.809.596	(267.500)	(355.343)	(1.558.361.778)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	149.580.869	11.427.860	80.136.415	148.963.355	12.155.243	676.036	(473.785)	402.465.994
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	149.198.950	8.697.821	78.226.724	131.585.035	26.717.381	6.500.168	(355.343)	400.570.737

No período findo em 31 de dezembro de 2021, continuam a ser reconhecidos como ativos não correntes detidos para venda, equipamentos industriais adquiridos no período de 2016, os quais se encontram totalmente em imparidade (Nota 3.6).

Em 2021 e 2020, as Regularizações, transferências e abates referem-se, essencialmente, à transferência de investimentos em curso para as restantes rubricas de ativos fixos tangíveis firmes, efetivada no momento em que os mesmos ficaram disponíveis para o uso pretendido.

» Os compromissos assumidos pelo Grupo para a aquisição de ativos fixos tangíveis são detalhados na Nota 9.2 – Compromissos.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.4 ____ Ativos sob direito de uso

Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração inicial	<p>Na data da entrada em vigor da locação, o Grupo reconhece um ativo sob direito de uso pelo valor do seu custo o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de:</p> <p>i) quaisquer pagamentos antecipados; ii) incentivos à locação recebidos; e iii) custos diretos iniciais incorridos.</p> <p>Ao ativo sob direito de uso, poderá crescer a estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa, quando exigido pelo contrato de locação.</p>
Depreciações, remensurações e imparidades	<p>O ativo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método linear a partir da data de entrada em vigor até ao menor entre o final da vida útil do ativo e o termo da locação. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação. A vida útil considerada para cada classe de ativos sob direito de uso é igual à vida útil dos ativos fixos tangíveis (Nota 3.3) na mesma classe quando existe opção de compra e o Grupo espera exercê-la.</p>

Movimentos em ativos sob direito de uso

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos Ativos sob direito de uso e nas respectivas depreciações é conforme se segue:

Valores em Euros	Propriedade industrial e outros direitos	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamentos e outros tangíveis	Total
CUSTO DE AQUISIÇÃO					
Saldo em 1 de janeiro de 2020	853.231	12.142.646	4.220.890	16.857.319	34.074.086
Aquisições (Nota 5.9)	3.935	406.037	930.115	5.983.418	7.323.505
Regularizações, transferências e abates	(23.368)	(488.267)	(599.283)	(1.782.141)	(2.893.059)
Ajustamento cambial	-	(534.074)	(795.498)	(661.592)	(1.991.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	833.798	11.526.343	3.756.224	20.397.004	36.513.369
Aquisições (Nota 5.9)	-	9.113.386	1.348.592	17.375.629	27.837.607
Regularizações, transferências e abates	(215)	(1.888.455)	(384.346)	(2.509.205)	(4.782.221)
Ajustamento cambial	(0)	(55.559)	(141.418)	(16.445)	(213.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	833.583	18.695.716	4.579.051	35.246.983	59.355.333
AMORTIZAÇÕES, DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo em 1 de janeiro de 2020	(70.683)	(1.662.169)	(1.626.821)	(3.426.174)	(6.785.847)
Depreciações (Nota 3.7)	(69.835)	(1.478.717)	(946.588)	(4.163.791)	(6.658.931)
Regularizações, transferências e abates	-	168.794	276.399	1.676.056	2.121.249
Ajustamento cambial	-	155.987	652.599	298.477	1.107.064
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(140.517)	(2.816.104)	(1.644.412)	(5.615.432)	(10.216.466)
Depreciações (Nota 3.7)	(69.279)	(1.416.624)	(1.025.636)	(6.967.303)	(9.478.843)
Regularizações, transferências e abates	-	1.706.474	222.447	1.663.885	3.592.805
Ajustamento cambial	-	31.329	145.397	20.731	197.458
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(209.796)	(2.494.926)	(2.302.204)	(10.898.119)	(15.905.046)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	693.281	8.710.238	2.111.813	14.781.572	26.296.904
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	623.787	16.200.790	2.276.847	24.348.864	43.450.287



01

02

03



3.5 — Propriedades de investimento

Políticas contabilísticas

O Grupo classifica como propriedades de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas os imóveis detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas de terceiros.

Mensuração	<p>Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos das transações que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.</p> <p>Os custos subsequentes com as propriedades de investimento só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.</p>
------------	---

Movimentos em propriedades de investimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas Propriedades de investimento e nas respetivas amortizações é conforme se segue:

Valores em Euros	Terrenos	Edifícios	Total
Valor bruto			
Saldo em 1 de janeiro de 2020	246.596	38.304	284.900
Saldo em 31 de dezembro de 2020	246.596	38.304	284.900
Saldo em 31 de dezembro de 2021	246.596	38.304	284.900
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo em 1 de janeiro de 2020	-	(7.662)	(7.662)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 3.7)	-	(766)	(766)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(8.428)	(8.428)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 3.7)	-	(766)	(766)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(9.194)	(9.194)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	246.596	29.876	276.473
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	246.596	29.110	275.707

Estes ativos compostos essencialmente por terrenos e imóveis detidos para obtenção de rendas e/ou valorizações do capital não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.6 — Ativos não correntes detidos para venda

Políticas contabilísticas

Os ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável principalmente através de uma transação de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando i) a venda é muito provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; ii) o Grupo assumiu um compromisso de vender; e iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses.

Mensuração e apresentação	A partir do momento em que ativos tangíveis são classificados como ativos não correntes, detidos para venda, são mensurados pelo menor do valor contabilístico ou do justo valor deduzido dos custos de venda, cessando a sua depreciação. Quando o justo valor deduzido dos custos de venda é inferior ao valor contabilístico, a diferença é reconhecida em resultados na rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não financeiros (Nota 3.7)
Alienações	Os ganhos ou perdas nas alienações de ativos não correntes, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor líquido contabilístico, são reconhecidos em resultados como Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2) ou Outros gastos e perdas operacionais (Nota 2.4).

Composição dos Ativos detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Ativos detidos para venda apresentam a seguinte composição:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Equipamentos industriais		
Valor bruto	15.136.213	15.136.213
Perdas por imparidade acumuladas	(15.136.213)	(15.136.213)
Ativos por impostos diferidos	4.162.459	4.162.459
Ativos detidos para venda	4.162.459	4.162.459

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos apresentados como não correntes detidos para venda correspondem a equipamentos industriais adquiridos à Massa Insolvente de CNE – Cimentos Nacionais ou Estrangeiros, S.A..

No exercício de 2020, o Grupo reconheceu imparidades sobre os equipamentos industriais no montante de Euros 5.030.000 (Nota 3.7).

3.7 — Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Depreciações, amortizações e perdas por imparidade” apresentam a seguinte composição:

Valores em Euros	'21	'20
Depreciações de ativos fixos tangíveis do período	29.497.977	26.581.343
Utilização de subsídios ao investimento	(118.516)	(117.881)
Depreciações de ativos fixos tangíveis, líquidos de subsídios utilizados (Nota 3.3)	29.379.461	26.463.462
PIS e COFINS sobre depreciações	(1.065.143)	(1.660.424)
Imparidades em ativos fixos tangíveis do período (Nota 3.3)	(1.602.826)	301.361
Amortizações em ativos intangíveis do período (Nota 3.2)	7.535	15.381
Imparidades em ativos intangíveis do período (Nota 3.2)	-	(1.782.393)
Depreciações de ativos sob direito de uso do período (Nota 3.4)	9.478.843	6.658.931
Imparidades em ativos detidos para venda (Nota 3.6)	-	5.030.000
Depreciações de propriedades de investimento (Nota 3.5)	766	766
	36.198.636	35.027.084



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



04 _____

Fundo de maneiro





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

04

Fundo de manei

Valores em Euros

	Nota	31-12-2021	31-12-2020
Demonstração da posição financeira			
ATIVO			
Inventários	4.1	71.371.000	58.690.039
Valores a receber não correntes	4.2	3.105.590	2.096.105
Valores a receber correntes	4.2	93.998.015	80.924.456
PASSIVO			
Valores a pagar não correntes	4.3	7.462.387	-
Valores a pagar correntes	4.3	195.559.024	161.728.371
		371.496.015	303.438.970
Demonstração dos Resultados			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4.1	(150.103.844)	(136.771.995)
Imparidade em Inventários	4.1	(390.847)	23.246
Variação da produção	4.1	3.313.990	1.183.668

4.1 __ Inventários

Políticas contabilísticas

Mercadoria e Matérias Primas

Mensuração inicial Ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

Mensuração subsequente As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidade de inventários".

Custeio Custo médio ponderado.

Produtos acabados, intermédios e trabalhos em curso

Valorização Ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização.

As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidade de inventários".

Custeio Custo médio ponderado.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Inventários – detalhe por natureza

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os inventários líquidos de perdas por imparidade acumuladas, apresentam o seguinte detalhe:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Matérias primas	42.524.965	36.634.109
Mercadorias	10.487.262	6.272.373
Subtotal	53.012.227	42.906.482
Produtos acabados e intermédios	17.228.029	14.673.653
Produtos e trabalhos em curso	1.126.487	1.105.683
Subtotal	18.354.516	15.779.336
Adiantamento por conta de compras	4.257	4.221
Total	71.371.000	58.690.039

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem inventários cuja posse seja restrita e/ou penhorados como garantia de passivos.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhado conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	42.906.482	66.068.643
Compras	160.209.589	113.609.834
Saldo Final	53.012.227	42.906.482
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(150.103.844)	(136.771.995)

Variação da produção no período

A variação da produção reconhecida nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhada conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	(15.779.336)	(21.647.633)
Regularizações	412.083	1.575.333
Ajustamento cambial	326.727	5.476.632
Saldo Final	18.354.516	15.779.336
Variação da produção	3.313.990	1.183.668

Movimentos em perdas por imparidade em inventários

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas em inventários, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo Inicial	8.355.148	13.769.204
Aumentos	329.024	459.772
Reposições	(719.871)	(436.526)
Impacto em resultados do período (Nota 2.4)	(390.847)	23.246
Variação de perímetro	(254.933)	-
Utilizações	72.552	(2.701.797)
Economias Hiperinflacionárias	-	287.836
Ajustamento cambial	(520.745)	(3.023.341)
Saldo Final	7.261.175	8.355.148



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4-2 — Valores a receber

Políticas contabilísticas

Clientes e outros devedores	
Classificação	Os saldos a receber de clientes resultam das atividades principais do Grupo e o modelo de negócio seguido é “deter para cobrar”, embora pontualmente o Grupo utilize o <i>confirming</i> . Saldos de outros devedores são tipicamente do modelo “deter para cobrar”.
Mensuração inicial	Ao justo valor.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.
Imparidade de clientes	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente (ver Nota 8.1.4).
Imparidade de outros devedores	As perdas por imparidade são registadas com base no modelo geral de perdas de crédito estimadas da IFRS 9 (ver Nota 8.1.4).

Valores a receber – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os valores a receber, líquidos de perdas de imparidade acumuladas, são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Clientes	-	56.370.752	56.370.752	-	48.596.482	48.596.482
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 10.4)	-	736.759	736.759	-	1.130.237	1.130.237
Estado	-	12.067.190	12.067.190	-	12.891.972	12.891.972
Adiantamentos a fornecedores	-	6.047.344	6.047.344	-	2.634.126	2.634.126
Acréscimos de rendimento	-	1.814.744	1.814.744	-	403.890	403.890
Acréscimo de rendimento - Partes relacionadas (Nota 10.4)	-	-	-	-	3.600	3.600
Gastos diferidos	-	2.055.282	2.055.282	-	768.047	768.047
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.2)	-	1.435.707	1.435.707	-	3.312.331	3.312.331
Cauções prestadas a favor de terceiros	1.645.762	-	1.645.762	1.637.054	-	1.637.054
Depósito caução	229.935	-	229.935	338.240	-	338.240
Ativos de locação	1.127.602	537.469	1.665.072	-	-	-
Penhor sobre depósitos	-	4.693.095	4.693.095	-	6.027.759	6.027.759
Outros	102.290	8.239.673	8.341.963	120.811	5.156.012	5.276.823
	3.105.590	93.998.015	97.103.605	2.096.105	80.924.456	83.020.560

» Os valores acima são apresentados líquidos de perdas de imparidade acumuladas. A análise de imparidade dos valores a receber é apresentada na **Nota 8.1.4** - Risco de crédito.



01

02

03

**Estado – detalhe**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Estado detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.054.629	550.398
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):		
Programa Paraná Competitivo	1.477.913	1.381.325
ICMS - Outros	720.250	515.339
PIS e COFINS sobre ativos fixos	7.725.406	9.764.901
Restantes Impostos	88.991	680.009
	12.067.190	12.891.972

O Programa Paraná Competitivo, concedido pelo Governo do Estado do Paraná à subsidiária Margem – Companhia de Mineração, SA, refere-se a um incentivo fiscal que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural por um período de 96 meses, com início em agosto de 2015; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial; e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o PIS e COFINS sobre ativos fixos, no montante de Euros 7.725.406 e de Euros 9.764.901, respectivamente, refere-se à estimativa de crédito de PIS e COFINS das subsidiárias Supremo Cimentos, SA e Margem Companhia de Mineração, SA, sobre itens específicos dos ativos fixos, conforme previsto na Lei 10.673/2002 (PIS) e Lei 10.833/2003 (COFINS) o qual está a ser recuperado na mesma cadência da depreciação dos respectivos ativos.

Acréscimos de rendimentos – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acréscimos de rendimentos detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Acréscimos de rendimento		
Juros a receber	13.758	40.268
Partes relacionadas (Nota 10.4)	-	3.600
Descontos em compras	382.582	289.949
Indemnizações a receber	1-363-452	32.965
Outros	54-951	40.708
	1.814.744	407.490

Gastos diferidos – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos diferidos detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Rendas e alugueres	74.502	64.947
Seguros	1.578.799	343.720
Outros	401.981	359.380
	2.055.282	768.047

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

4.3 — Valores a pagar

Políticas contábilísticas

Passivos financeiros ao custo amortizado	
Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
Mensuração subsequente	A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida nos resultados ao longo do período da dívida em “Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado” (Nota 5.10).

Valores a receber – detalhe

Os valores a pagar, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021		31-12-2020
	Não Corrente	Corrente	Corrente
Fornecedores c/c	-	86.834.852	66.814.102
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 10.4)	-	5.024.373	4.345.996
Estado	-	34.463.337	26.475.879
Fornecedores de investimentos c/c	-	4.487.617	3.630.790
Adiantamentos de clientes	-	2.013.941	1.912.970
Outros credores	-	3.085.102	2.813.759
Acréscimos de gastos	-	23.916.032	22.515.936
Acréscimos de gastos - Partes relacionadas (Nota 10.4)	-	401.821	7.624
Rendimentos diferidos	7.462.387	33.650.667	33.002.852
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.2)	-	1.681.283	208.463
	7.462.387	195.559.024	161.728.371

Estado – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Estado detalha-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	970.800	1.438.422
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.265.583	4.204.196
Contribuições para a Segurança Social	1.651.211	1.647.185
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços:		
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)	653.577	627.605
Programa Paraná Competitivo	25.598.165	17.398.977
ICMS - Outros	570.096	375.222
Outros	753.905	784.273
	34.463.337	26.475.879

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na rubrica “Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)”, no montante de Euros 653.577 e de Euros 627.605, respetivamente, refere-se a um benefício fiscal atribuído à subsidiária Supremo Cimentos S.A., que consiste no diferimento, por um período de 48 meses, do prazo de pagamento do ICMS devido sobre a receita de vendas, cujo pagamento se iniciou em 10 de abril de 2014. Os montantes apresentados encontram-se descontados para o seu valor presente.

O Programa Paraná Competitivo, concedido pelo Governo do Estado do Paraná à subsidiária Margem –

Companhia de Mineração, SA, refere-se a um incentivo fiscal que tem os seguintes benefícios:

- parcelamento do ICMS incremental;
- diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural por um período de 96 meses, com início em agosto de 2015;
- parcelamento, até ao vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial; e
- concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Acréscimos de gastos – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os acréscimos de gastos detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Acréscimos de gastos		
Gastos com o pessoal	11.304.654	11.537.692
Juros a pagar	2.603.188	2.568.825
Consultoria	866.072	1.407.323
Gastos com energia	1.863.217	2.287.637
Outros	7.278.900	4.714.459
	23.916.032	22.515.936

Rendimentos diferidos – detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os rendimentos diferidos detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021		31-12-2020
	Não Corrente	Corrente	Corrente
Rendimentos diferidos			
Licenças de emissão CO ₂	-	31.001.180	22.622.883
Tratamento de resíduos	-	1.623.479	938.731
Subsídios do Governo	7.462.387	758.879	9.425.477
Outros	-	267.129	15.760
	7.462.387	33.650.667	33.002.851





01

02

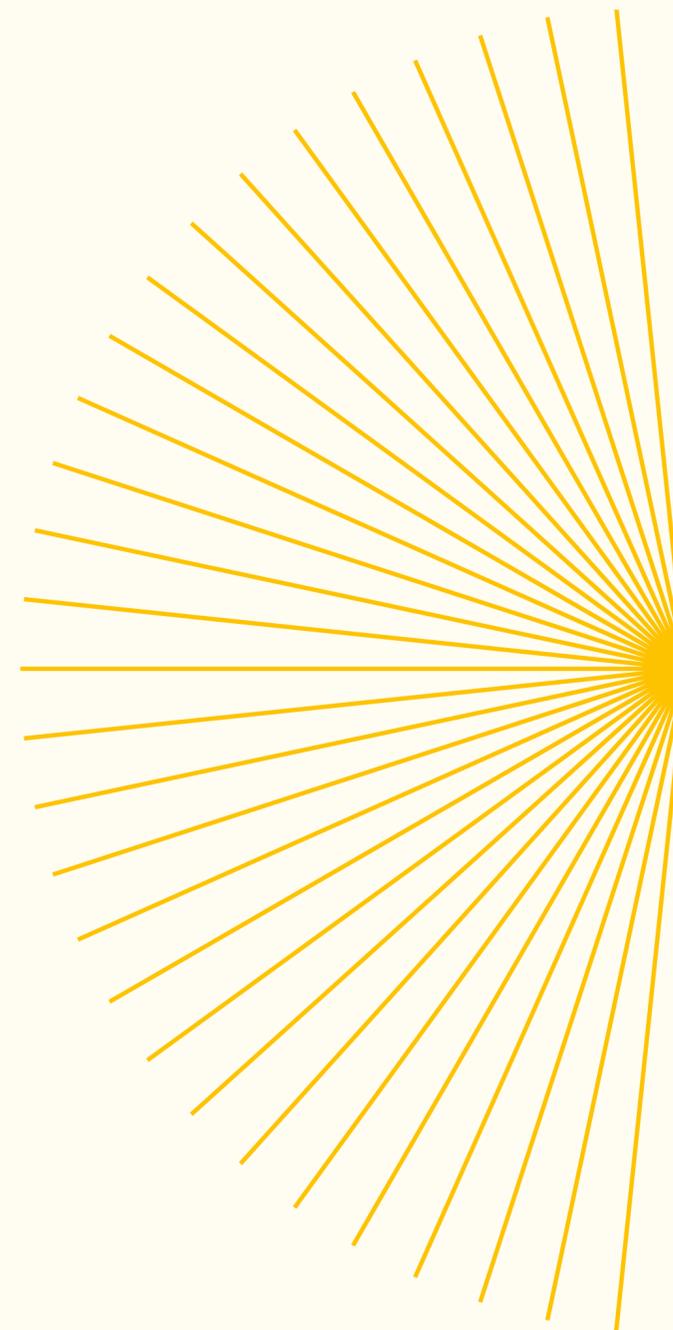
03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



05 _____ Estrutura de capital





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

05

Estrutura de capital

Valores em Euros

Demonstração da posição financeira

Capital próprio

	Nota	31-12-2021	31-12-2020
Capital social	5.2	100.395.212	224.183.484
Outros instrumentos de capital	5.3	72.800.000	113.300.000
Reservas	5.4	9.243.283	(159.185.941)
Resultados transitados	5.4	28.324.622	27.775.832
Resultados do período	5.5	66.305.752	57.104.623
		277.068.869	263.177.998

Passivo

Financiamentos obtidos	5.6	329.081.019	403.416.183
Passivos de Locação	5.7	41.606.271	24.966.278
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	75.222.758	130.609.827
		445.910.048	558.992.288

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa de atividades de financiamento	5.9	(139.275.414)	(64.611.102)
--	-----	---------------	--------------

Demonstração dos resultados

Rendimentos e gastos financeiros	5.10	(28.361.913)	(34.965.722)
----------------------------------	------	--------------	--------------

5.1 __ Gestão de capital

!! Política de gestão de capital

Para efeitos de gestão de capital, considera-se o Capital Próprio e a Dívida Líquida levantada pelo Grupo junto de terceiros.

A política de gestão de capital do Grupo visa a otimização da estrutura de capitais de modo a:

- Manter níveis de financiamento adequados à operação e desenvolvimento de cada unidade de negócio;
- Reduzir o custo do capital minimizando custos e potenciando o resultado do Grupo;
- Proporcionar o retorno acionista e o pontual cumprimento com os credores;
- Assegurar a liquidez e a solvabilidade do Grupo.

O Grupo monitoriza o seu nível de endividamento essencialmente através do rácio de Dívida Líquida/EBITDA e do rácio de Autonomia Financeira.

O Grupo tem como política privilegiar a contratação de financiamento local, de modo a manter em cada geografia estruturas de financiamento equilibradas, a fomentar o relacionamento com o mercado financeiro local e a assegurar uma cobertura natural do risco de câmbio.

O Grupo Secil tem ainda como política efetuar a renegociação/renovação dos financiamentos antes da sua maturidade, de forma a manter um nível adequado de linhas de crédito disponíveis e os prazos de vencimento da dívida fixados no médio/longo prazo.



01

02

03



5.2 — Capital social e ações próprias

Políticas contabilísticas

Capital social	
Reconhecimento	O capital subscrito e não realizado é registado na rubrica “Valores a receber”.
Emissão de novas ações	Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor de compra.
Ações próprias	
Reconhecimento	Ao valor de aquisição, como uma redução do capital próprio.
Aquisições por empresa do Grupo	Quando alguma empresa do Grupo adquire ações da empresa-mãe, o pagamento, que inclui os custos incrementais diretamente associados, é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as ações sejam canceladas, reemitidas ou alienadas.
Alienação de ações próprias	Quando as ações próprias são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, líquido de custos de transação diretamente atribuíveis e de impostos, é refletido no capital próprio dos detentores do capital da empresa em Outras reservas (Nota 5.4).
Extinção de ações próprias	A extinção de ações próprias é refletida nas demonstrações financeiras consolidadas como uma redução do Capital social e na rubrica Ações próprias, pelo valor equivalente ao valor nominal e de aquisição, respetivamente, sendo o diferencial apurado entre os dois montantes registado em Outras reservas.

Detentores de capital da Secil

O capital social da Secil encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo totalmente representado por 48.735.540 ações com o valor nominal de Euros 2,06 (2020: Euros 4,60).

O capital social da sociedade, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detido pelas seguintes pessoas coletivas:

Denominação	31-12-2021		31-12-2020	
	Nº de Ações	%	Nº de Ações	%
Ações com valor nominal de 4,60 Euros				
Semapa, S.G.P.S., S.A.	48.734.540	100,00%	48.734.540	100,00%
CIMO - Gestão de participações, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	48.735.540	100,00%	48.735.540	100,00%

Redução de capital social

Por deliberação da Assembleia geral realizada em 30 de junho de 2021, o capital social foi reduzido no montante de Euros 123.788.271,60, da seguinte forma:

- Redução em Euros 2,54 do valor nominal das 48.735.540 ações, utilizado para reforço da rubrica “Outras reservas” no montante de 123.788.271,60 (Nota 5.4).

Em resultado desta operação, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Empresa passou a ser representado por 48.735.540 ações com o valor nominal de 2,06 (previamente 4,60), encontrando-se totalmente subscrito e realizado.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.3 — Outros instrumentos de capital próprio

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos Outros instrumentos de capital próprio é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	113.300.000	133.000.000
Reembolso de Prestações acessórias	(40.500.000)	(19.700.000)
Saldo final	72.800.000	113.300.000

Os montantes registados nesta rubrica respeitam a prestações acessórias concedidas pelo acionista Semapa-Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A..

Nos termos estatutários, estas prestações apenas podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

5.4 — Reservas e resultados transitados

Políticas contabilísticas

Reserva de conversão cambial

Reconhecimento A reserva de conversão cambial corresponde ao montante acumulado relativo à apropriação pelo Grupo das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas (*goodwill*, Nota 3.1) e empréstimos que qualificam como extensões do investimento líquido) que operam fora da zona Euro, essencialmente no Brasil, Tunísia, Líbano e Angola.

Reserva de justo valor

Reconhecimento Corresponde à variação acumulada do justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura (Nota 8.2), e dos investimentos financeiros mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (Nota 8.3), líquida de impostos diferidos.

Reserva legal

Reconhecimento A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade. Poderá, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização

Reconhecimento Corresponde à reavaliação dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, efetuada nos termos da legislação aplicável, que ainda não foi realizada. Esta reserva não se encontra disponível para distribuir aos acionistas do Grupo.

Excedentes de revalorização

Reconhecimento Esta rubrica corresponde a reservas constituídas através da transferência de resultados de períodos anteriores e outros movimentos.



01

02

03

**Reservas - detalhe**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as Reservas são detalhadas conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Reserva de conversão cambial	(258.502.377)	(245.167.554)
Reserva de justo valor	462.926	(151.135)
Reserva legal	20.079.044	42.276.241
Outras reservas	247.203.690	43.856.507
	9.243.283	(159.185.941)

Reserva de conversão cambial

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na Reserva de conversão cambial, por divisa, é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	(245.167.554)	(150.986.421)
Real Brasileiro	1.000.947	(44.573.550)
Dinar Tunisino	365.640	(2.190.120)
Libra Libanesa	(14.496.061)	(46.196.978)
Dólar Americano	1.455.638	(3.072.118)
Kwanza Angolano	(1.660.987)	1.828.828
Metical Moçambicano	-	22.804
Saldo final	(258.502.377)	(245.167.554)

Reserva de justo valor

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na Reserva de justo valor é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	(151.135)	(46.227)
Aumentos de justo valor (Nota 8.2.1)	846.981	(144.701)
Efeito de imposto	(232.920)	39.793
Saldo final	462.926	(151.135)

Reserva legal

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na Reserva legal é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	42.276.241	40.874.278
Aplicação do resultado do período anterior	2.560.457	1.401.963
Reduções de capital	-	-
Saldo final	44.836.698	42.276.241

Decorrente da redução de capital ocorrida no período de 2021 (Nota 5.2) o excesso de reserva legal no montante de Euros 24.757.654 foi transferido para a rubrica "Outras reservas".

01

02

03



Outras reservas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas Outras reservas é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	43.856.507	16.912.287
Aplicação do resultado do período anterior	54.544.166	26.637.292
Remensuração de benefícios pós-emprego		
Remensurações	350.982	422.908
Efeito de imposto	(93.891)	(115.980)
Reduções de capital (Nota 5.2)	-	-
Saldo final	98.657.764	43.856.507

A rubrica Outras reservas inclui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Reservas de reavaliação no montante de Euros 539.168.

Resultados transitados - movimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos Resultados transitados é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	27.775.832	25.868.818
Transferência de diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	(22.804)
Economias hiperinflacionárias	548.790	1.929.818
Saldo final	28.324.622	27.775.832

5.5 — Resultado por ação

Políticas contábilísticas

Reconhecimento	O resultado básico por ação é apurado com base na divisão dos lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores de capital próprio ordinário da Secil pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.
	Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Secil ajusta os lucros ou prejuízos atribuíveis aos detentores ordinários de capital próprio, bem como o número médio ponderado de ações em circulação, para efeitos de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado por ação é determinado conforme se segue:

Valores em Euros	'21	'20
Resultado atribuível aos Acionistas da Secil	66.305.752	57.104.623
Número médio ponderado de ações (Nota 5.2)	48.735.540	48.735.540
Resultado básico por ação	1,361	1,172
Resultado diluído por ação	1,361	1,172

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da Secil, pelo que não existe diluição dos resultados.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.6 — Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos incluem empréstimos por obrigações, papel comercial, empréstimos bancários e outros financiamentos.

Políticas contabilísticas

Mensuração inicial	Ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos.
Mensuração subsequente	Ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. A diferença entre o valor de reembolso e o valor da mensuração inicial é reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período da dívida em “Juros suportados com outros empréstimos obtidos” na Nota 5.10 – Rendimentos e gastos financeiros.
Justo valor	O valor contabilístico dos financiamentos obtidos de curto prazo ou contratados com taxas de juro variáveis aproxima-se do seu justo valor. O justo valor dos financiamentos obtidos que são remunerados a taxa fixa é divulgado na Nota 8.4 – Ativos e passivos financeiros .
Apresentação	No passivo corrente, exceto se o Grupo detiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data de relato.

Estimativas e julgamentos

Papel comercial

O Grupo tem diversos programas de emissão de papel comercial negociados, de acordo com os quais é frequente a realização de emissões com maturidade contratual inferior a um ano, mas com natureza *revolving*. Nos casos em que o Grupo espera realizar o *roll over* destes financiamentos, apresenta os mesmos como passivos não correntes.

Financiamentos obtidos - detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os financiamentos obtidos são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos por obrigações	155.714.286	20.000.000	175.714.286	225.714.286	26.000.000	251.714.286
Papel Comercial	-	8.000.000	8.000.000	-	15.000.000	15.000.000
Empréstimos bancários	63.701.569	83.007.395	146.708.964	70.777.772	65.055.972	135.833.744
Encargos com emissão de empréstimos	(702.449)	(862.310)	(1.564.759)	(1.260.820)	(1.054.771)	(2.315.591)
Dívida bancária remunerada	218.713.406	110.145.085	328.858.491	295.231.238	105.001.201	400.232.439
Descobertos bancários	-	222.528	222.528	-	3.153.841	3.153.841
Outros não remunerados	-	-	-	-	29.903	29.903
Outros financiamentos obtidos	-	222.528	222.528	-	3.183.744	3.183.744
Total financiamentos obtidos	218.713.406	110.367.613	329.081.019	295.231.238	108.184.945	403.416.183

Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os empréstimos por obrigações são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020	Vencimento	Taxa de Juro
Secil 2016 / 2021	-	26.000.000	2021	Fixa
Secil 2017 / 2022	20.000.000	20.000.000	2022	Fixa
Secil 2016 / 2023	25.714.286	25.714.286	2023	Fixa
Secil 2018 / 2023	20.000.000	20.000.000	2023	Fixa
Secil 2019 / 2026	60.000.000	60.000.000	2026	Fixa
Secil 2020 / 2023	-	50.000.000	2023	Euribor 6M
Secil 2020 / 2027	50.000.000	50.000.000	2027	Euribor 6M
	175.714.286	251.714.286	3.183.744	3.183.744



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de Papel Comercial contratados e utilizados são detalhados conforme se segue:

Montante contratado	Montante utilizado			Data de Vencimento	Taxa de Juro
	Não corrente	Corrente	Total		
20.000.000	-	-	-	2022	Indexada a Euribor 6M
50.000.000	-	-	-	2023	Indexada a Euribor 6M
75.000.000	-	-	-	2023	Indexada a Euribor 6M
50.000.000	-	8.000.000	8.000.000	2026	Indexada a Euribor 6M
195.000.000	-	8.000.000	8.000.000		

Em 31 de dezembro de 2020 os montantes de Papel Comercial contratados e utilizados são detalhados conforme se segue:

Montante contratado	Montante utilizado			Data de Vencimento	Taxa de Juro
	Não corrente	Corrente	Total		
25.000.000	-	-	-	2021	Indexada a Euribor 6M
20.000.000	-	-	-	2021	Indexada a Euribor 6M
15.000.000	-	15.000.000	15.000.000	2021	Fixa
75.000.000	-	-	-	2021	Indexada a Euribor 6M
20.000.000	-	-	-	2022	Indexada a Euribor 6M
50.000.000	-	-	-	2023	Indexada a Euribor 6M
50.000.000	-	-	-	2026	Indexada a Euribor 6M
255.000.000	-	15.000.000	15.000.000		

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes de Empréstimos bancários contratados a taxa fixa, taxa variável e indexante associado são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Taxa variável	63.701.569	82.993.985	146.695.554	70.777.772	64.761.621	135.539.393
Taxa fixa	-	13.410	13.410	-	294.351	294.351
	63.701.569	83.007.395	146.708.964	70.777.772	65.055.972	135.833.744

Indexante Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
TJLP/Cesta Moedas/Fixa e US\$	-	-	-	12.555.346	9.510.218	22.065.564
CDI	34.394.362	48.019.243	82.413.605	27.344.208	33.027.871	60.372.079
TMM	13.412.572	12.444.940	25.857.512	17.998.430	4.214.768	22.213.198
Taxa fixa	-	13.410	13.410	-	294.351	294.351
Outros	15.894.635	22.529.802	38.424.437	12.879.788	18.008.764	30.888.552
	63.701.569	83.007.395	146.708.964	70.777.772	65.055.972	135.833.744

01

02

03



Prazos de reembolso dos empréstimos

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 tem o seguinte plano de reembolso definido:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
1 a 2 anos	77.606.800	48.956.508
2 a 3 anos	13.843.354	112.537.895
3 a 4 anos	6.109.450	8.646.438
4 a 5 anos	64.464.780	5.829.276
Mais de 5 anos	56.689.022	119.261.121
Total	218.713.406	295.231.238

Covenants financeiros em vigor

Para determinado tipo de operações de financiamento, existem compromissos de manutenção de certos rácios financeiros cujos limites se encontram previamente negociados. Os *Covenants* existentes referem-se nomeadamente a cláusulas de *Cross Default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Ownership-Clause*, cláusulas relacionadas com a manutenção das atividades do Grupo, manutenção de rácios financeiros, nomeadamente de Dívida Líquida/EBITDA, Cobertura de Juros, Endividamento e Autonomia

financeira, bem como de cumprimento das suas obrigações (operacionais, legais e fiscais), comuns nos contratos de financiamento plenamente conhecidas no mercado mesmo considerando o impacto da adoção da IFRS 16.

Adicionalmente, o Grupo cumpre os rácios a que está obrigado pelos contratos de financiamento em vigor em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

5.7 — Passivos de locação

Políticas contabilísticas

Mensuração inicial	Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de incentivos de locação a receber, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem ainda o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.
Mensuração subsequente	No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a uma taxa de juro incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros (Nota 5.10 - Rendimentos e gastos financeiros) e diminuído pelos pagamentos de locação (rendas).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes de “Passivos de locação” respeitam aos seguintes direitos de uso por segmento geográfico:

» A análise de maturidade dos passivos de locação é apresentada na **Nota 8.1.3** - Risco de liquidez.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.8 — Caixa e equivalentes de caixa

Políticas contabilísticas

Reconhecimento	A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.
Apresentação	Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na Posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos (Nota 5.6).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa” são conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Numerário	839.626	1.181.277
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	75.382.038	131.616.897
Caixa e equivalentes de caixa - valor bruto	76.221.664	132.798.174
Imparidades decorrentes da aplicação da IFRS 9 (Nota 8.1.4)	(998.906)	(2.188.347)
Caixa e equivalentes de caixa - valor líquido	75.222.758	130.609.827
Descobertos bancários (Nota 5.6)	(222.528)	(3.153.841)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa consolidada	75.000.230	127.455.986

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem saldos significativos em “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de uso do Grupo.

Os saldos relativos a depósitos bancários sobre os quais existem penhores estão incluídos na Nota 4.2 – Valores a receber.

5.9 — Fluxos de caixa de atividades de financiamento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos passivos de atividades de financiamento do Grupo são conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31-12-2021
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Diferenças cambiais	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	251.714.286	(76.000.000)	-	-	-	-	175.714.286
Papel comercial	15.000.000	(7.000.000)	-	-	-	-	8.000.000
Empréstimos bancários	135.833.744	15.341.027	-	-	-	(4.465.807)	146.708.964
Encargos com emissão de empréstimos	(2.315.591)	(2.236.414)	-	2.989.905	-	(2.659)	(1.564.759)
Outros financiamentos	3.183.744	(2.894.159)	-	-	-	(67.056)	222.528
Passivos de locação (Nota 5.7)	24.966.278	(10.413.050)	25.864.494	-	1.205.427	(16.878)	41.606.271
Total	428.382.461	(83.202.596)	25.864.494	2.989.905	1.205.427	(4.552.401)	370.687.290

Valores em Euros	31-12-2020	Fluxos de caixa de atividades de financiamento	Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa				31-12-2020
			Reconhecimento de locações	Amortização de encargos	Especialização de juros	Diferenças cambiais	
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)							
Empréstimos por obrigações	236.000.000	15.714.286	-	-	-	-	251.714.286
Papel comercial	65.000.000	(50.000.000)	-	-	-	-	15.000.000
Empréstimos bancários	153.812.249	17.990.821	-	-	-	(35.969.325)	135.833.744
Encargos com emissão de empréstimos	(2.792.806)	(3.863.519)	4.054.121	-	286.613	(2.315.591)	-
Outros financiamentos	2.902.725	1.334.948	-	-	(1.053.929)	3.183.744	(2.315.591)
Passivos de locação (Nota 5.7)	26.387.847	(9.876.381)	-	2.057.265	(925.959)	24.966.278	3.183.744
Total	481.310.015	(28.699.846)	4.054.121	2.057.265	(37.662.600)	428.382.461	24.966.278

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

5.10 — Rendimentos e gastos financeiros

Políticas contabilísticas

O Grupo classifica como “Rendimentos e gastos financeiros”:

Apresentação

- os rendimentos e ganhos que resultam da atividade de gestão de tesouraria tais como:
 - os juros obtidos pela aplicação de excedentes de tesouraria; e
 - as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados negociados para a cobertura do risco de taxa de juro e taxa de câmbio dos financiamentos, independentemente da designação formal de cobertura.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos Rendimentos e gastos financeiros é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Juros suportados com títulos de dívida e dívida bancária	(13.231.085)	(14.257.818)
Juros suportados com outros financiamentos obtidos	(3.752)	(4.600)
Juros de outros passivos financeiros ao custo amortizado	(2.183.481)	(1.299.586)
Juros suportados por aplicação do método do juro efetivo	(15.418.318)	(15.562.004)
Comissões de empréstimos e gastos com aberturas de crédito	(2.989.905)	(4.054.121)
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos obtidos e passivos de locação	(131.077)	(16.957.039)
Juros suportados com passivos de locação	(1.103.557)	(1.094.597)
Gastos financeiros relativos à estrutura de capital do Grupo	(4.224.539)	(22.105.757)
Desconto financeiro de provisões (Nota 9.1)	(59.257)	(119.990)
Outras diferenças de câmbio desfavoráveis	(10.204.454)	(18.394.570)
Perdas com instrumentos derivados de negociação (Nota 8.2.1)	(4.226.247)	-
Juros incorridos com instrumentos derivados	(7.293.545)	(11.576.857)
Outros gastos e perdas financeiros	(1.124.039)	(243.300)
Gastos e perdas financeiros	(42.550.399)	(68.002.478)
Juros obtidos de ativos financeiros ao custo amortizado	11.229.612	22.185.518
Diferenças de câmbio favoráveis	2.958.874	7.366.430
Ganhos com instrumentos derivados de negociação (Nota 8.2.1)	-	3.484.808
Rendimentos e ganhos financeiros	14.188.486	33.036.756
Resultados financeiros	(28.361.913)	(34.965.722)

Em 2021 e 2020, a rubrica Outros gastos e perdas financeiros inclui Euros (616.942) e Euros 326.620 resultantes do (reconhecimento) / reversão de imparidades decorrentes da aplicação da IFRS 9 sobre saldos de Caixa e equivalentes de caixa.

5.11 — Economias hiperinflacionárias | Líbano

No último trimestre de 2020, o Líbano foi considerado uma economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias, tendo como base a inflação registada nos últimos três anos. Com efeito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos continua a ultrapassar os 100%, o que é uma condição quantitativa objetiva que leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que o Líbano é uma economia hiperinflacionária.

Em 2021 e 2020 verificaram-se os seguintes níveis de preços e inflação no Líbano:

	IPC	Taxa de inflação
31 de dezembro de 2020	2,4584	145,8%
31 de dezembro de 2021 ^(a)	2,9431	194,3%
Média em 2021	2,4715	143,0%

^(a) IPC estimado uma vez que à data de preparação das contas não se encontrava disponível o IPC real a 31-12-2021. A inflação mensal estimada para dezembro de 2021 foi de 5,7%, tendo sido a real publicada posteriormente de 16,5%.

A IAS 29 aplica-se às demonstrações financeiras individuais e demonstrações financeiras consolidadas, de qualquer entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária e é aplicável desde o início do período de reporte no qual a entidade identifica a sua moeda como hiperinflacionária.

De acordo com esta norma, os ativos e passivos não monetários das subsidiárias do Líbano são reexpressos pela aplicação de um índice geral de preços que reflita as alterações no poder geral de compra do Líbano desde a data de aquisição dos ativos. A quantia reexpressa de um item não monetário é reduzida quando excede o seu valor recuperável. Os itens monetários das subsidiárias do Líbano não são reexpressos porque já estão expressos em termos da unidade monetária corrente à data do balanço.

A variação na posição monetária líquida decorrente das alterações de preços em 2021 e 2020 foi reconhecida em resultados na rubrica Ganhos ou perdas na Posição Monetária Líquida, tendo representado nos exercícios referidos ganhos nos montantes de Euros 7.214.110 e Euros 13.940.475, respetivamente.

Os itens da demonstração de resultados relativas às subsidiárias do Líbano foram reexpressos pela aplicação da alteração no índice geral de preços a partir das datas em que os itens de rendimentos e gastos foram registados nas demonstrações financeiras. O impacto desta reexpressão é reconhecido em Resultados transitados e foi em 2021 de Euros 1.309.352 (2020: Euros 4.706.657), deduzidos do efeito de imposto de Euros 234.349 (2020: Euros 926.406).

A 31 de dezembro de 2021, o valor líquido dos ativos e passivos da operação estrangeira no Líbano nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a 20,6 milhões de euros (2020: 35,7 milhões de euros).



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

06 _____

Imposto sobre o rendimento





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

06

Imposto sobre o rendimento

Valores em Euros

Demonstração da posição financeira

ATIVO

	Nota	31-12-2021	31-12-2020
Imposto sobre o rendimento	6.1	13.798.134	14.399.277
Ativos por impostos diferidos	6.2	49.460.949	56.842.985

PASSIVO

Imposto sobre o rendimento	6.1	8.550.146	8.236.683
Passivos por impostos diferidos	6.2	45.421.230	45.597.461

Demonstração dos Resultados

Imposto corrente	6.1	4.507.974	2.335.527
Varição de posições fiscais incertas no período	6.1	578.976	(5.239.524)
Imposto diferido	6.1	7.601.746	4.057.541
		12.688.696	1.153.544

6.1 __ Imposto sobre o rendimento do período

Políticas contabilísticas

Reconhecimento de passivos e ativos	O imposto corrente do período e de períodos anteriores é, na medida em que não esteja pago, reconhecido como passivo, na rubrica “Imposto sobre o rendimento”. Se a quantia já paga, com respeito ao período e períodos anteriores, exceder a quantia devida para esse período, o excesso é reconhecido como um ativo, na rubrica “Imposto sobre o rendimento”.
Mensuração	Os passivos (ativos) por imposto corrente do período e períodos anteriores são mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas.
Reconhecimento em resultados	O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos do período das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, ajustados em conformidade com a respetiva legislação fiscal vigente à data da Posição financeira consolidada. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.
Empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS)	A Secil e algumas das suas subsidiárias residentes em Portugal integram, desde 1 de janeiro de 2014, o grupo fiscal do qual a Semapa, SGPS, S.A. é a sociedade dominante, sendo tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), constituído pelas empresas com uma participação igual ou superior a 75% e que cumprem as condições previstas no artigo 69º e seguintes do código do IRC. As empresas que integram o perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. O imposto apurado, a pagar ou receber, é reconhecido, como passivo ou ativo, na rubrica “Imposto sobre o rendimento”, no entanto a pagar ou reembolsar à sociedade dominante do grupo fiscal, atualmente a Semapa, SGPS, S.A. (Nota 10), a quem compete o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

γ Estimativas e julgamentos

Passivos para liquidações adicionais

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais dos diferentes territórios onde o Grupo desenvolve atividade. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento, no período em que tais diferenças se constatam.

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estes podem ser sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais por um período de 6 anos. Noutros países em que o Grupo desenvolve a sua atividade estes prazos são diferentes, em regra superiores.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções àquelas declarações em resultado de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, sendo certo que, relativamente às empresas que integram o Grupo fiscal Semapa, já foram revistos pela Autoridade Tributária e Aduaneira os períodos até 2019, inclusive.

Valores em Euros

	'21	'20
Imposto corrente	4.507.974	2.335.527
Varição de posições fiscais incertas no período	578.976	(5.239.524)
Imposto diferido (Nota 6.2)	7.601.746	4.057.541
	12.688.696	1.153.544

Posições fiscais incertas

O montante dos ativos e passivos estimados, registados por conta de processos fiscais, decorre de uma avaliação efetuada pelo Grupo com referência à data da Demonstração da Posição Financeira consolidada, quanto a potenciais divergências de entendimento com a Administração Tributária, tendo em conta os desenvolvimentos que vão ocorrendo nas matérias fiscais.

O Grupo, no que se refere à mensuração das posições fiscais incertas, tem em consideração o disposto na IFRIC 23 - 'Incerteza quanto aos impostos sobre o rendimento', nomeadamente na mensuração dos riscos e incertezas na definição da melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação, através da ponderação de todos os possíveis resultados por si controlados e respetivas probabilidades associadas.

Imposto reconhecido na demonstração dos resultados consolidados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do "Imposto sobre o rendimento" é conforme se segue:

Em 2021 e 2020 esta rubrica reflete um conjunto de reversões de provisões fiscais, em consequência do encerramento de alguns processos de inspeção fiscal e de decisões dos tribunais favoráveis ao Grupo.

Taxa de imposto nominal nas principais geografias onde o Grupo opera

	'21	'20
Portugal		
Taxa nominal de imposto sobre o rendimento	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
	22,5%	22,5%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros	3,0%	3,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros	5,0%	5,0%
Derrama estadual - sobre as partes dos lucros tributáveis acima de 35.000.000 Euros	9,0%	9,0%
Outros países		
Brasil - taxa nominal	34,0%	34,0%
Túnisia - taxa nominal	15,0%	15,0%
Líbano - taxa nominal	17,0%	17,0%
Angola - taxa nominal	25,0%	25,0%



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Reconciliação da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento do período

Valores em Euros	'21	'20
Resultado antes de impostos	82.706.405	64.442.837
Imposto esperado à taxa nominal (22,5%)	18.608.941	14.499.638
Derrama estadual (5,0%)	4.135.320	3.222.142
Imposto resultante da taxa aplicável	22.744.261	17.721.780
Diferenças ^(a)	(3.843.923)	(3.430.195)
Imposto relativo a períodos anteriores	(2.384.339)	(3.586.968)
Prejuízos fiscais recuperáveis	(374.894)	(1.010.855)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	2.012.976	5.200.652
Reembolsos liquidados em anos anteriores	578.976	(5.239.524)
Efeito de taxas de imposto diferentes	(365)	(3.729.695)
Retenção na fonte a título definitivo	13.198	-
Benefícios fiscais	5.442.753	(3.609.769)
Economias hiperinflacionárias	(1.257.598)	(2.381.416)
Outros ajustamentos à coleta ^(b)	(10.242.349)	1.219.534
	12.688.696	1.153.544
Taxa efetiva de imposto	15,34%	1,79%

^(a) Este valor respeita essencialmente a :

	'21	'20
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Notas 9.1 e 10.3)	(1.767.749)	(1.490.684)
Mais / (Menos) valias fiscais	(12.644)	187.397
(Mais) / Menos valias contabilísticas	(2.322.740)	(7.268.563)
Imparidades e provisões tributadas	2.448.509	14.199.740
Benefícios fiscais	(1.773.456)	(1.064.247)
Redução de imparidades e provisões tributadas	(4.250.993)	(14.062.044)
Resultados intra-grupo sujeitos a tributação	1.615.729	(3.275.420)
Outros	(7.914.557)	300.383
	(13.977.901)	(12.473.438)
Impacto fiscal (27,5%)	(3.843.923)	(3.430.195)

Imposto reconhecido na demonstração da Posição Financeira consolidada

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe do "Imposto sobre o rendimento" é conforme se segue:

Valores em Euros	'21	'20
ATIVO		
Imposto sobre o rendimento	13.798.134	14.399.277
	13.798.134	14.399.277
PASSIVO		
Imposto sobre o rendimento	2.269.867	2.398.425
Responsabilidades adicionais de imposto	6.280.279	5.838.258
	8.550.146	8.236.683

Decomposição da rubrica Imposto sobre o rendimento

Valores em Euros	'21	'20
Imposto sobre o rendimento		
Imposto sobre o rendimento do período	2.953.915	2.625.128
Ajustamento cambial	14.617	(43.723)
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	(1.489.942)	(1.119.670)
Retenções na fonte a recuperar	(1.224.890)	(1.702.612)
Imposto sobre o rendimento de períodos anteriores	(2.860.417)	(5.075.089)
	(2.606.717)	(5.315.966)
Imposto sobre o rendimento - Grupo fiscal Semapa		
Imposto sobre o rendimento do período	3.917.938	3.297.366
Pagamentos por conta, especiais e adicionais por conta	(12.537.505)	(8.306.902)
Retenções na fonte a recuperar	(301.983)	(959.421)
Imposto sobre o rendimento de períodos anteriores	-	(715.930)
	(8.921.550)	(6.684.886)
	(11.528.267)	(12.000.852)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Posições fiscais incertas - passivos

Valores em Euros	'21	'20
Saldo no início do período	5.838.258	11.709.628
Aumentos	1.631.913	1.370.088
Reversões	(1.052.937)	(6.609.612)
Transferências	544.504	36.223
Utilizações	(572.063)	(18.014)
Ajustamento cambial	(109.396)	(650.055)
Saldo no final do período	6.280.279	5.838.258
Montante reconhecido em resultados do período - (ganho) / perda	578.976	(5.239.524)

6.2 — Impostos diferidos**Políticas contabilísticas**

Reconhecimento de passivos e ativos	O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade da Posição financeira consolidada, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais poderão ser utilizados.
Mensuração	Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.
Reconhecimento em resultados	Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica. Os incentivos fiscais atribuídos no âmbito de projetos de investimento a desenvolver pelo Grupo são reconhecidos em resultados do período na medida da existência de matéria coletável nas empresas beneficiárias que permita a sua utilização.

Estimativas e julgamentos**Impostos diferidos reconhecidos em relação a prejuízos fiscais por utilizar**

Os ativos por imposto diferido registados em relação a prejuízos fiscais por utilizar com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, são integralmente referentes à subsidiária Margem Companhia de Mineração, S.A., subsidiária do Grupo sediada no Brasil detentora da nova fábrica de Cimento construída pelo Grupo em Adrianópolis, Estado do Paraná, que entrou em funcionamento no segundo semestre de 2015. Na medida em que a legislação fiscal brasileira em vigor não impõe qualquer limite temporal para a sua utilização contra lucros tributáveis futuros, é convicção da gestão que, de acordo com o plano de negócios de médio prazo, o projeto venha a gerar lucros tributáveis que serão compensados com os prejuízos fiscais acumulados nestes primeiros anos de arranque.

Adicionalmente, salienta-se que as depreciações fiscais da Margem Companhia de Mineração, S.A. são mais aceleradas do que as depreciações económicas, gerando impacto negativo significativo no resultado fiscal da referida subsidiária.

Impostos diferidos reconhecidos em relação a créditos fiscais por utilizar

Os ativos por impostos diferidos registados em relação a créditos fiscais por utilizar com referência a 31 de dezembro de 2021, são referentes à Secil e às subsidiárias residentes em Portugal que obtiveram créditos de imposto decorrentes de dispêndios realizados em investigação e desenvolvimento.

De acordo com o plano de negócios de médio prazo, a Secil e as subsidiárias referidas geram lucros tributáveis e conseqüentemente coleta suficiente para utilizar os créditos de imposto disponíveis.

01

02

03



Movimentos em impostos diferidos

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, são os seguintes:

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2021	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Posição monetária líquida	Capital próprio	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2021
			Aumentos	Reduções				
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	60.109.268	530.184	(1.210.915)	-	-	-	-	59.428.537
Provisões para recuperação ambiental e paisagística	6.684.143	(3.251)	61.396	(2.608.674)	-	-	-	4.133.614
Provisões e imparidades tributadas	15.517.290	(626.172)	6.379.745	(1.868.083)	-	-	(22.003)	19.380.777
Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	3.477.648	5.735	136.179	(414.838)	-	(117.421)	-	3.087.303
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	1.113.145	-	1.517.424	(60.980)	-	-	-	2.569.589
Justo valor apurado em combinações empresariais	267.331	(179.340)	-	-	-	-	-	87.991
Amortizações de ativos intangíveis	55.803.030	(97.593)	3.475.000	(6.971.313)	-	-	-	52.209.124
Imparidades em ativos fixos	2.826.744	-	-	(314.163)	-	-	-	2.512.581
Outras diferenças temporárias	11.154.975	(1.205.951)	1.924.408	(3.448.086)	-	(1.249.513)	-	7.175.833
	156.953.574	(1.576.388)	12.283.237	(15.686.137)	-	(1.366.934)	(22.003)	150.585.349
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos fixos tangíveis	(31.862.821)	(268.117)	-	452.834	-	-	11.705	(31.666.399)
Instrumentos financeiros	(966.562)	16.458	-	2.770.244	-	-	-	1.820.140
Diferimento da tributação de mais-valias	(456.751)	-	-	(13.871)	-	-	26.320	(444.302)
Acréscimos de depreciações	(41.521.765)	(135.490)	(5.086.489)	(1.536.511)	-	-	-	(48.280.255)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenças emissão de gases com efeito de estufa	-	-	-	-	-	-	-	-
Justo valor apurado em combinações empresariais	(57.563.572)	655.296	(18.559)	724.823	-	-	843.367	(55.358.645)
Excesso do fundo de pensões	(1.812.170)	-	(20.910)	1.044	-	(233.761)	-	(2.065.797)
Economias hiperinflacionárias	-	14.858.050	(114.796)	-	(8.958.759)	(975.987)	-	4.808.508
Outras diferenças temporárias	(577.885)	(1.446)	279.702	7.962	-	-	-	(291.667)
	(134.761.526)	15.124.751	(4.961.052)	2.406.525	(8.958.759)	(1.209.748)	881.392	(131.478.417)
Ativos por impostos diferidos	56.842.985	(170.510)	8.658.349	(15.534.038)	-	(330.886)	(4.951)	49.460.949
Passivos por impostos diferidos	(45.597.461)	2.457.276	(1.678.326)	952.269	(1.522.989)	(230.313)	198.314	(45.421.230)

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores em Euros	Em 1 de janeiro de 2020	Ajustamento Cambial	Demonstração de resultados		Posição monetária líquida	Capital próprio	Variação de perímetro	Em 31 de dezembro de 2020
			Aumentos	Reduções				
Diferenças temporárias que originam activos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	60.109.268	530.184	(1.210.915)	-	-	-	-	59.428.537
Provisões para recuperação ambiental e paisagística	6.684.143	(3.251)	61.396	(2.608.674)	-	-	-	4.133.614
Provisões e imparidades tributadas	15.517.290	(626.172)	6.379.745	(1.868.083)	-	-	(22.003)	19.380.777
Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	3.477.648	5.735	136.179	(414.838)	-	(117.421)	-	3.087.303
Mais-valias contabilísticas diferidas (intra-grupo)	1.113.145	-	1.517.424	(60.980)	-	-	-	2.569.589
Justo valor apurado em combinações empresariais	267.331	(179.340)	-	-	-	-	-	87.991
Amortizações de ativos intangíveis	55.803.030	(97.593)	3.475.000	(6.971.313)	-	-	-	52.209.124
Imparidades em ativos fixos	2.826.744	-	-	(314.163)	-	-	-	2.512.581
Outras diferenças temporárias	11.154.975	(1.205.951)	1.924.408	(3.448.086)	-	(1.249.513)	-	7.175.833
	156.953.574	(1.576.388)	12.283.237	(15.686.137)	-	(1.366.934)	(22.003)	150.585.349
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de activos fixos tangíveis	(44.680.764)	12.373.425	-	444.518	-	-	-	(31.862.821)
Instrumentos financeiros	1.568.413	(285.293)	-	(2.249.682)	-	-	-	(966.562)
Diferimento da tributação de mais-valias	(477.070)	-	-	20.319	-	-	-	(456.751)
Acréscimos de depreciações	(48.285.783)	13.962.156	(7.198.138)	-	-	-	-	(41.521.765)
Justo valor apurado em combinações empresariais	(75.561.496)	16.029.344	(41.970)	2.010.550	-	-	-	(57.563.572)
Excesso do fundo de pensões	(1.504.944)	-	(21.201)	133	-	(286.158)	-	(1.812.170)
Economias hiperinflacionárias	-	-	(714.073)	-	(15.984.374)	(5.449.445)	-	(22.147.892)
Outras diferenças temporárias	(663.431)	73.999	(3.899)	15.446	-	-	-	(577.885)
	(169.605.075)	42.153.631	(7.979.281)	241.284	(15.984.374)	(5.735.603)	-	(156.909.418)
Ativos por impostos diferidos	73.185.310	(10.916.123)	7.061.638	(11.105.174)	-	584	-	56.842.985
Passivos por impostos diferidos	(53.907.577)	12.044.617	(2.340.651)	2.326.646	(2.717.344)	(1.003.152)	-	(45.597.461)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Prejuízos fiscais por utilizar sem impostos diferidos reconhecidos

Os prejuízos fiscais sobre os quais o Grupo considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução de lucros tributáveis futuros, e como tal sem imposto diferido ativo, detalham-se por ano de prescrição conforme se segue:

Em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros	Total	2022	2023	2024	2025	2026	2027 e posteriores
Não tributadas pelo RETGS							
ALLMA - Microalgas, Lda.	162.851	-	-	300	20.401	78	142.072
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	1.312.242	-	-	-	-	48.192	1.264.049
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	15.678	-	-	1.905	1.905	1.905	9.963
Secil Angola, SARL	1.156.152	592.485	563.668	-	-	-	-
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	6.330.878	82.715	584.580	2.177.853	2.449.289	1.036.441	-
Silonor, S.A.	15.329.323	-	-	-	-	-	15.329.323
Soime, S.A.L.	39.363	39.363	-	-	-	-	-
Zarzis Béton	62.336	-	-	-	-	-	62.336
Secil Brasil Participações, S.A.	5.671.637	-	-	-	-	-	5.671.637
Supremo Cimentos, S.A.	38.290.197	-	-	-	-	-	38.290.197
	68.370.657	714.563	1.148.247	2.180.058	2.471.595	1.086.616	60.769.577
Tributadas pelo RETGS							
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	334.172	-	-	43.975	99.849	190.349	-
Cimentos Madeira, Lda.	264.284	-	-	4.953	257.615	1.716	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	40.961.227	7.214.482	6.586.938	627.316	17.784.292	589.513	8.158.686
BETOTRANS II - Unipessoal, Lda.	1.293.315	871.318	17.247	5.324	130.501	268.925	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	210.688	-	-	-	-	70.743	139.945
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	4.732.024	-	-	-	-	1.943.460	2.788.563
	47.795.710	8.085.800	6.604.185	681.567	18.272.256	3.064.706	11.087.195
	116.166.367	8.800.363	7.752.432	2.861.625	20.743.851	4.151.322	71.856.772



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros**Não tributadas pelo RETGS**

	Total	2021	2022	2023	2024	2025	2026 e posteriores
ALLMA - Microalgas, Lda.	152.639	-	-	-	300	20.401	131.938
Florimar- Gestão e Participações, S.G.P.S., Lda.	688.919	480.004	36.965	-	-	-	171.950
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	13.798	-	-	-	-	-	13.798
Secil Angola, SARL	1.067.116	546.857	520.259	-	-	-	-
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	4.071.499	63.609	449.550	1.674.801	1.883.539	-	-
Silonor, S.A.	15.055.185	-	-	-	-	-	15.055.185
Soime, S.A.L.	182.663	63.070	119.593	-	-	-	-
Zarzis Béton	61.945	-	-	-	-	-	61.945
Secil Brasil Participações, S.A.	5.621.029	-	-	-	-	-	5.621.029
Supremo Cimentos, S.A.	34.619.401	-	-	-	-	-	34.619.401
	61.534.194	1.153.540	1.126.367	1.674.801	1.883.839	20.401	55.675.246

Tributadas pelo RETGS

Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	920.340	-	256.334	309.685	89.339	96.805	168.177
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	141.699	-	-	-	43.975	97.724	-
Cimentos Madeira, Lda.	261.370	-	-	-	4.953	256.417	-
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	40.811.078	-	7.214.482	6.586.938	627.316	17.784.292	8.598.050
BETOTRANS II - Unipessoal, Lda.	1.028.452	-	871.318	17.247	5.324	134.563	-
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	995.318	-	545.371	230.864	219.083	-	-
Secil Prébetão, S.A.	4.854.785	-	239.207	657.310	218.771	56.461	3.683.036
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	81.637	-	10.617	10.018	10.285	9.793	40.924
SPB - S.G.P.S., Lda.	36.420	-	6.268	4.743	4.403	3.330	17.676
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	2.731.103	-	-	-	-	-	2.731.103
	51.862.202	-	9.143.597	7.816.805	1.223.449	18.439.385	15.238.966
	113.396.396	1.153.540	10.269.964	9.491.606	3.107.288	18.459.786	70.914.212



01

02

03

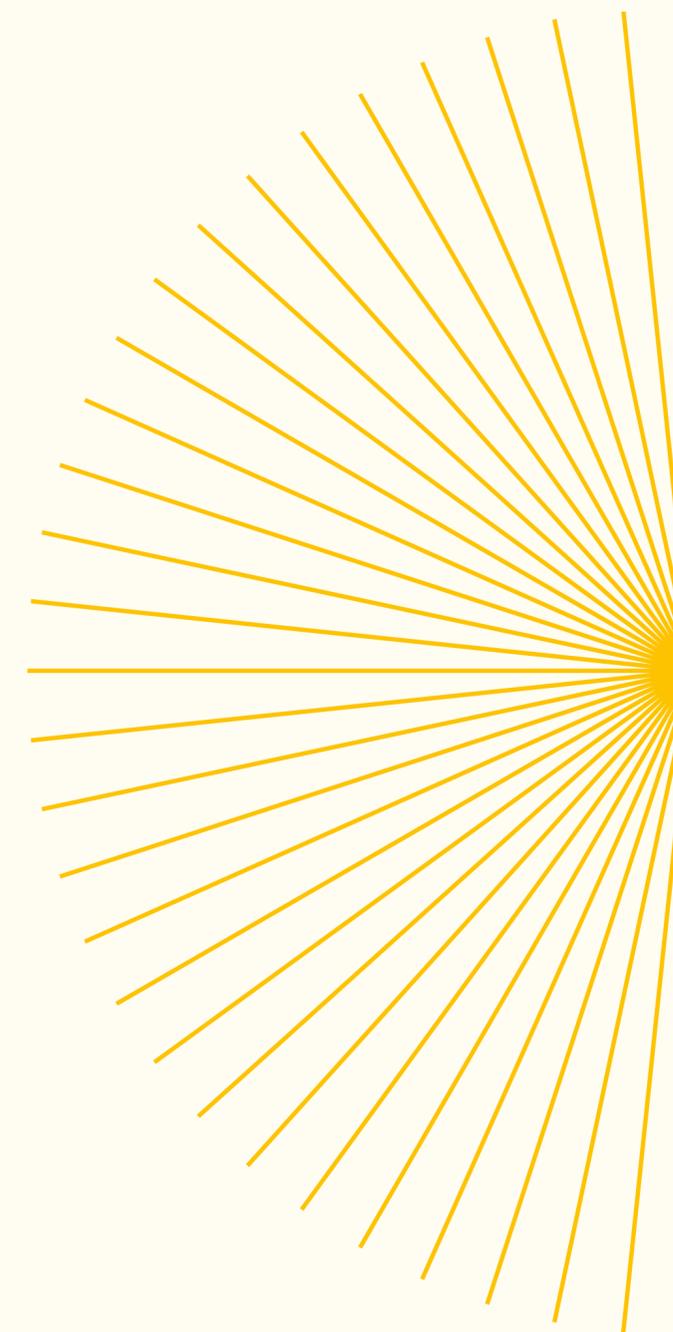


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



07 _____

Pessoal





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

07

Pessoal

Valores em Euros	Nota	31-12-2021	31-12-2020
Demonstração da posição financeira			
Passivo			
Responsabilidades por benefícios de longo prazo aos empregados	7.2	409.146	1.046.916
Demonstração dos resultados			
Gastos com o pessoal	7.1	71.518.539	70.139.665

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos Gastos com o pessoal é conforme se segue:

Valores em Euros	'21	'20
Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 7.3)	4.240.287	3.943.531
Remunerações do pessoal	46.467.092	46.341.276
Benefícios de pós emprego (Nota 7.2.4)	1.485.893	1.424.353
Outros benefícios de longo prazo (Nota 7.2.4)	46.004	54.395
Indemnizações	105.120	71.151
Contribuições para a Segurança social e similares	11.824.413	11.806.157
Seguros	493.147	535.340
Gastos de acção social	5.235.384	5.013.718
Outros gastos com o pessoal	1.621.199	949.744
Gastos com o pessoal	71.518.539	70.139.665

7.1 __ Gastos com o pessoal

Políticas contabilísticas

Estas responsabilidades são registadas no período em que os empregados adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração dos resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data da Posição financeira consolidada está relevado na rubrica de Valores a pagar correntes.

Férias e subsídio de férias

Benefícios de curto prazo

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como um subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Remuneração variável

De acordo com o sistema de gestão de desempenho vigente, os empregados podem vir a receber uma remuneração variável no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse normalmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Grupo deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Grupo reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses após o final do período de reporte são descontados para o seu valor presente.



01

02

03



Número de empregados no final do período

7.2 ____ Benefícios aos empregados

O Grupo atribui aos seus trabalhadores diversos benefícios pós emprego (benefício definido e de contribuição definida) e outros benefícios de longo prazo (prémios de antiguidade e subsídio por morte).

!! Política de gestão do risco associado a planos de benefício definido

De forma transversal ao Grupo, a exposição ao risco encontra-se limitada ao número de beneficiários já existentes e terá tendência a diminuir, uma vez que não existem no Grupo planos de benefício definido abertos à adesão de novos empregados.

Os riscos mais significativos a que o Grupo se encontra exposto através dos planos de benefício definido incluem:

- a) Risco de alteração da longevidade dos participantes;
- b) Risco de variação das taxas de mercado – a variação de taxas impacta a taxa utilizada para descontar as responsabilidades (taxa de juro técnica) que

se baseia em curvas de rentabilidade (*yield*) de obrigações com notação de *rating* elevada e com maturidades semelhantes às datas de termo das responsabilidades e à taxa de rendimento dos ativos;

- c) Risco de alteração da taxa de crescimento salarial e de pensões;
- d) Risco de alteração da legislação da segurança social - em Portugal os planos de Benefício Definido do Grupo asseguram um complemento face à pensão da Segurança Social, pelo que a alteração das regras desta terá impacto no valor das responsabilidades

O nível de financiamento do fundo pode variar m função não só dos riscos enunciados, mas também da rentabilidade dos ativos financeiros do fundo. Apesar do perfil conservador e da diversificação do fundo, a verificação dos riscos atrás referidos poderá levar à necessidade de contribuições adicionais para o fundo considerando a natureza de benefício definido.

O Grupo mantém no mínimo o nível de cobertura das responsabilidades calculadas com os pressupostos definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Políticas contabilísticas

Benefícios pós-emprego

A Secil e algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência, constituindo planos de benefício definido.

Com o objetivo de financiar uma parte das suas responsabilidades, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos. A maioria das empresas residentes em Portugal, passaram a integrar o Fundo de Pensões do Grupo Secil, que resultou da alteração do contrato constitutivo do Fundo de Pensões Secil, substituindo integralmente os anteriores contratos e produzindo efeitos a 1 de janeiro de 2010. Este Fundo é o suporte financeiro para pagamento dos benefícios previstos nos Planos de Pensões de cada associada (agora geridos conjuntamente).

Com base no método das unidades de crédito projetadas, o Grupo reconhece os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados. Deste modo a responsabilidade total do Grupo é estimada, à data do fecho anual de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente.

Planos de benefícios definidos

A responsabilidade assim determinada é apresentada na Posição financeira consolidada, deduzida do justo valor dos fundos constituídos, na rubrica Pensões e outros benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais que resultam da alteração no valor das responsabilidades estimadas, como consequência de alterações aos pressupostos financeiros e demográficos utilizados e ganhos de experiência, adicionadas do diferencial entre o retorno real dos ativos do fundo e a quota parte estimada no juro líquido, são designados por remensurações e registados diretamente na Demonstração do rendimento integral, em resultados transitados.

O juro líquido corresponde à aplicação da taxa de desconto ao valor das responsabilidades líquidas (valor das responsabilidades deduzido do justo valor dos ativos do fundo) e é reconhecido nos resultados do período, na rubrica de Gastos com o pessoal.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefício definido são reconhecidos em resultados do período quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os custos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos nos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

Planos de contribuição definida

A Secil e algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos relativos à contribuição para planos de contribuição definida, de uma percentagem dos vencimentos dos empregados abrangidos por esses planos, por forma a proporcionar um complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Para este efeito, foram constituídos Fundos de Pensões que visam a capitalização daquelas contribuições, para os quais os empregados podem ainda efetuar contribuições voluntárias, que nesse caso serão acrescidas de uma contribuição de incentivo efetuada pela empresa, correspondente a uma percentagem desta sujeita a um valor máximo. O Grupo não assume responsabilidades de contribuição adicionais ou um retorno pré-fixado. Desta forma, as contribuições efetuadas são registadas como gastos do período, no qual são reconhecidas, independentemente do momento da sua liquidação.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Complementos de pensões de reforma e sobrevivência (a cargo do Grupo)

Classificação	Benefício definido.
Entidade Empregadora / Beneficiários	As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões, 31 de dezembro de 1987, são asseguradas diretamente pela Secil. De igual forma, as responsabilidades assumidas pela subsidiária Secil Martingança, S.A. são asseguradas diretamente pela empresa. Estes planos são igualmente avaliados semestralmente, por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prêmios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com atuais pensionistas e o método de crédito da unidade projetada, na avaliação das responsabilidades com ativos.
Benefício atribuído	Complemento de pensão de reforma por velhice e sobrevivência.

Complementos de pensões de reforma e sobrevivência (com Fundo gerido por Terceiro)

Classificação	Benefício definido.
Entidade Empregadora / Beneficiários	Secil – Todos os colaboradores admitidos até 31 de dezembro de 2009, com contrato sem termo, que não optaram pela transição para o Plano de contribuição definida e os reformados e pensionistas àquela data. Unibetão – Todos os trabalhadores abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM, com contrato sem termo, e os reformados e pensionistas à data de 31 de dezembro de 2009. Beto Madeira - Todos os trabalhadores abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM, com contrato sem termo, e os reformados e pensionistas à data de 31 de dezembro de 2010. Cimentos Madeira – Os reformados e pensionistas à data de 31 de dezembro de 2011.
Benefício atribuído	Complemento de pensão de reforma por velhice e invalidez, reforma antecipada e pensão de sobrevivência.
Fundo constituído	Fundo de Pensões do Grupo Secil.

Subsídios de reforma por velhice e invalidez

Classificação	Benefício definido.
Entidade Empregadora / Beneficiários	SCG – Colaboradores no ativo.

Benefício atribuído	Pagamento de um subsídio de reforma por velhice e por invalidez com base no Acordo Coletivo de Trabalho, artigo 52.
Fundo constituído	Apólice de seguro.
Entidade Empregadora / Beneficiários	Secil Lobito – Colaboradores no ativo.
Benefício atribuído	Pagamento de um subsídio de reforma por velhice.

Assistência na doença

Classificação	Benefício definido.
Entidade Empregadora / Beneficiários	Cimentos Madeira - Aplicável apenas aos colaboradores reformados à data de início da apólice de seguro.
Benefício atribuído	Regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde, para os reformados.
Fundo constituído	Seguro de saúde.

Plano de pensões

Classificação	Contribuição definida.
Entidade Empregadora / Beneficiários	Secil – Todos os colaboradores que, à data de 31 de dezembro de 2009, optaram pelo Plano de Contribuição Definida e todos os trabalhadores admitidos após essa data. Sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração. Unibetão – Todos os colaboradores no ativo à data de 31 de dezembro de 2009 e admitidos após essa data, exceto os trabalhadores abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM. Sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração. Beto Madeira - Todos os colaboradores no ativo à data de 31 de dezembro de 2010 e admitidos após essa data, exceto os trabalhadores abrangidos pelo CCT celebrado entre a APEB e a FEVICCOM. Secil Britas - Todos os colaboradores no ativo à data de 31 de dezembro de 2009 e admitidos após essa data. Sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração. Brimade - Todos os colaboradores no ativo à data de 1 de julho de 2012 e admitidos após essa data. Cimentos Madeira - Todos os colaboradores no ativo à data de 1 de janeiro de 2012 e admitidos após essa data. Sendo também aplicável aos membros dos órgãos de administração.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Benefícios de longo prazo

Reconhecimento e mensuração	A Secil assumiu com os seus empregados a responsabilidade pelo pagamento de prémios de antiguidade e subsídios por morte, sendo a responsabilidade reconhecida no balanço, por contrapartida de Gastos com o pessoal, correspondente ao valor presente da obrigação destes benefícios, determinada de acordo com as avaliações atuariais em cada data de relato anual. Ganhos e perdas atuariais e todo o custo dos serviços passados são reconhecidos de imediato como rendimento ou gasto do período.
-----------------------------	--

Subsídios por morte

Classificação	Benefício de Longo Prazo.
Entidade Empregadora /Beneficiários	Secil – Colaboradores no ativo, que tenham sido admitidos até 1 de janeiro de 2012. Secil Lobito – Todos os colaboradores no ativo.
Benefício atribuído	Subsídio por morte.

Prémio por antiguidade

Classificação	Benefício de Longo Prazo.
Entidade Empregadora / Beneficiários	Secil – Colaboradores no ativo. Cimentos Madeira – Colaboradores no ativo.
Benefício atribuído	Secil – Prémio pago aos trabalhadores que: (i) atingem os 25 anos ao serviço da empresa. (ii) no ano de 2011 tenham uma antiguidade superior a 25 anos e inferior a 35 anos e atingem os 35 anos ao serviço da empresa. Cimentos Madeira – Prémio pago aos trabalhadores que: (i) atingem os 20 anos ao serviço da empresa. (ii) atingem os 35 anos ao serviço da empresa.

Estimativas e julgamentos

Pressupostos atuariais

O Grupo considerou os seguintes pressupostos atuariais, associados a indicadores económicos

e demográficos, na avaliação das responsabilidades com benefícios definidos

	31-12-2021	31-12-2020
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de maio	
Tabelas de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tabelas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de juro técnica	1,25%	1,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,45%	0,45%
Taxa de crescimento dos prémios do seguro de saúde	4,60%	4,60%

Alterações nestes pressupostos podem ter, em alguns casos, um impacto relevante no cálculo das responsabilidades.

mais significativas no cálculo das responsabilidades referentes a planos de benefícios definidos. De seguida apresenta-se uma análise de sensibilidade à variação da taxa de juro técnica e à taxa de crescimento salarial:

Análise de sensibilidade

O Grupo considera a taxa de juro técnica e a taxa de crescimento salarial esperada como as variáveis

	31-12-2021	31-12-2020
Redução de 0,5% na taxa de juro técnica		
Acréscimo das responsabilidades assumidas	612.066	696.797
Aumento de 0,5% na taxa de crescimento salarial		
Acréscimo das responsabilidades assumidas	49.878	113.501

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7.2.1 ____ Responsabilidades líquidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades líquidas refletidas na demonstração da posição financeira consolidada e o número de beneficiários dos planos de benefícios de reforma e sobrevivência em vigor no Grupo detalham-se como segue:

Valores em Euros

Responsabilidades com Pensões

	31-12-2021		31-12-2020	
	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor
Ativos (Nota 7.2.2)	52	4.918	55	36.796
Aposentados (Nota 7.2.2)	482	13.811.173	508	15.294.308
Valor de mercado dos Fundos de pensões (Nota 7.2.3)		(15.866.510)		(17.128.207)
Subsídios por reforma - Capital seguro (Nota 7.2.2)	75	187.856	91	208.970
Apólices de Seguro (Nota 7.2.3)		(108.746)		(125.955)
Conta reserva*		(613.826)		(619.718)
Responsabilidades com Pensões - com fundo afeto	609	(2.585.135)	654	(2.333.806)
Aposentados (Nota 7.2.2)	130	2.413.507	142	2.860.016
Responsabilidades com Pensões - sem fundo afeto	130	2.413.507	142	2.860.016
Responsabilidades com Pensões - líquidas	739	(171.628)	796	526.210
Outras Responsabilidades sem fundo afeto				
Assistência na doença (Nota 7.2.2)	5	39.915	5	44.217
Subsídios por reforma (Nota 7.2.2)	75	78.654	91	33.376
Total responsabilidades pós-emprego	819	(53.059)	892	603.803
Outros benefícios de longo prazo				
Subsídios por morte (Nota 7.2.2)	392	67.525	395	71.906
Prémio de antiguidade (Nota 7.2.2)	405	394.680	395	371.207
Total Outros benefícios de longo prazo	405	462.205	395	443.113
Total responsabilidades líquidas	819	409.146	892	1.046.916

* Excesso de fundo na passagem a CD e saldos de colaboradores que tenham saído da Empresa sem direito à totalidade das contribuições efetuadas por esta

Informação histórica – últimos cinco anos

No decurso dos últimos cinco anos, as responsabilidades e o justo valor dos ativos e conta reserva registaram a seguinte evolução:

Valores em Euros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valor presente das obrigações	28.189.899	25.655.742	23.579.144	21.595.971	20.688.459	18.920.796	16.998.228
Justo valor dos ativos e conta reserva	24.818.761	23.260.088	21.785.696	19.258.338	18.790.086	17.873.880	16.589.082
(Excedente) / défice	3.371.138	2.395.654	1.793.448	2.337.633	1.898.374	1.046.916	409.146
Remensurações	(3.349.655)	203.825	(77.786)	(1.079.410)	(90.858)	422.747	351.253



01

02

03



7.2.2 ____ Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego e de longo prazo

Em 2021 e 2020 as responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego e de longo prazo registam a seguinte evolução:

A duração média esperada das responsabilidades de benefícios a cargo do Fundo de Pensões do Grupo Secil é de 7 anos.

Valores em Euros

	Saldo inicial	Variação cambial	Custo serviços correntes	Juros	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Pensões a cargo do Grupo (Nota 7.2.1)	2.860.016	-	-	32.991	(94.420)	(385.080)	2.413.507
Pensões com fundo autónomo (Nota 7.2.1)	15.331.104	-	923	180.635	(11.654)	(1.684.917)	13.816.091
Subsídios por reforma - Capital seguro (Nota 7.2.1)	208.970	1.172	7.445	18.010	(25.756)	(21.985)	187.856
Assistência na doença (Nota 7.2.1)	44.217	-	-	640	(2.095)	(2.847)	39.915
Subsídios por reforma (Nota 7.2.1)	33.376	5.313	37.672	4.190	(1.897)	-	78.654
Total responsabilidades - Benefícios pós-emprego	18.477.683	6.485	46.040	236.466	(135.822)	(2.094.829)	16.536.023
Subsídios por morte (Nota 7.2.1)	71.906	-	(2.505)	868	(2.744)	-	67.525
Prémio de antiguidade (Nota 7.2.1)	371.207	-	57.855	5.194	(12.664)	(26.912)	394.680
Total responsabilidades - Outros benefícios de longo prazo	443.113	-	55.350	6.062	(15.408)	(26.912)	462.205
Total responsabilidades	18.920.796	6.485	101.390	242.528	(151.230)	(2.121.741)	16.998.228

'20

Valores em Euros

	Saldo inicial	Variação cambial	Custo serviços correntes	Juros	Desvios atuariais	Pagamentos efetuados	Saldo final
Pensões a cargo do Grupo (Nota 7.2.1)	3.428.816	-	-	47.299	(151.199)	(464.900)	2.860.016
Pensões com fundo autónomo (Nota 7.2.1)	16.510.082	-	1.436	(22.416)	634.211	(1.792.209)	15.331.104
Subsídios por reforma - Capital seguro (Nota 7.2.1)	223.392	(7.429)	7.949	4.750	23.671	(43.363)	208.970
Assistência na doença (Nota 7.2.1)	44.250	-	-	642	2.256	(2.931)	44.217
Subsídios por reforma (Nota 7.2.1)	33.376	-	-	-	-	-	33.376
Total responsabilidades - Benefícios pós-emprego	20.239.916	(7.429)	9.385	30.275	508.939	(2.303.403)	18.477.683
Subsídios por morte (Nota 7.2.1)	65.669	(1.372)	8.522	4.170	(5.083)	-	71.906
Prémio de antiguidade (Nota 7.2.1)	382.874	-	27.685	5.728	12.298	(57.378)	371.207
Total responsabilidades - Outros benefícios de longo prazo	448.543	(1.372)	36.207	9.898	7.215	(57.378)	443.113
Total responsabilidades	20.688.459	(8.801)	45.592	40.173	516.154	(2.360.781)	18.920.796

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7.2.3 ____ Fundos

Fundos afetos aos planos de pensões de benefício definido – evolução

Em 2021 e 2020, os fundos afetos a planos de pensões de benefício definido registam a evolução seguinte:

Valores em Euros	'21		'20	
	Fundo autónomo	Capital seguro	Fundo autónomo	Capital seguro
Valor no início	17.128.207	125.955	18.000.254	163.567
Variação cambial	-	673	-	(4.695)
Juros	201.346	10.541	920.162	10.446
Retorno dos ativos dos planos	221.870	(6.439)	-	-
Pensões pagas	(1.684.913)	(21.984)	(1.792.209)	(43.363)
Valor no fim do período (Nota 7.2.1)	15.866.510	108.746	17.128.207	125.955

Fundos afetos a planos de benefício definido – contribuições estimadas no próximo período

As contribuições previstas para o próximo período de relato anual estão, entre outros fatores, dependentes da relação entre a rentabilidade dos ativos dos fundos e a taxa de juro técnica.

Fundos afetos a planos de benefício definido - composição do património

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do património do Fundo é conforme se segue:

Valores em Euros	'21		'20	
		%		%
Títulos cotados em mercado ativo				
Obrigações	10.046.597	63,3%	10.821.610	63,2%
Ações	3.366.523	21,2%	3.764.106	22,0%
Imobiliário	-	0,0%	-	0,0%
Outras aplicações	2.334.304	14,7%	2.527.967	14,8%
Títulos não cotados				
Liquidez	119.086	0,8%	14.524	0,1%
	15.866.510	100%	17.128.207	100%

Os montantes evidenciados, com exceção da Liquidez, correspondem aos justos valores destes ativos, integralmente determinados com base nas cotações observáveis em mercados líquidos ativos (regulamentados) à data de referência da Demonstração da posição financeira consolidada.

7.2.4 ____ Gastos suportados com planos de benefícios pós-emprego e de longo prazo

Os gastos suportados com os planos de benefícios pós emprego, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são conforme se segue:

Valores em Euros	Custo serviços correntes	Juro líquido	Desvios atuariais	Planos CD Contribuições do período	'21
					Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	32.991	-	-	32.991
Pensões com fundo autónomo	923	(20.711)	-	-	(19.788)
Apólice de Seguro	7.445	7.469	-	-	14.914
Subsídios por reforma	37.672	4.190	-	-	41.862
Assistência na doença	-	640	-	-	640
Contribuições para planos CD	-	-	-	1.415.274	1.415.274
Benefícios pós-emprego	46.040	24.579	-	1.415.274	1.485.893
Subsídios por morte	(2.505)	868	(2.744)	-	(4.381)
Prémio de antiguidade	57.855	5.194	(12.664)	-	50.385
Outros benefícios de longo prazo	55.350	6.062	(15.408)	-	46.004
	101.390	30.641	(15.408)	1.415.274	1.531.897

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

	'20				
Valores em Euros	Custo serviços correntes	Juro líquido	Desvios atuariais	Planos CD Contribuições do período	Impacto no resultado líquido (Nota 7.1)
Pensões a cargo do Grupo	-	47.299	-	-	47.299
Pensões com fundo autónomo	1.436	(22.416)	-	-	(20.980)
Apólice de Seguro	7.949	4.750	-	-	12.699
Assistência na doença	-	642	-	-	642
Contribuições para planos CD	-	-	-	1.384.693	1.384.693
Benefícios pós-emprego	9.385	30.275	-	1.384.693	1.424.353
Subsídios por morte	8.522	4.170	(4.008)	-	8.684
Prémio de antiguidade	27.685	5.728	12.298	-	45.711
Outros benefícios de longo prazo	36.207	9.898	8.290	-	54.395
	45.592	40.173	8.290	1.384.693	1.478.748

7.2.5 ____ Remensurações reconhecidas diretamente em outros rendimentos integrais

As remensurações reconhecidas diretamente em outros rendimentos integrais, nos períodos findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são conforme se segue:

	'21				
Valores em Euros	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
Benefícios pós emprego					
Pensões a cargo do Grupo	94.420	-	94.420	(25.966)	68.454
Pensões com fundo autónomo	37.411	215.431	252.841	(67.242)	185.599
Subsídios por reforma	1.897	-	1.897	(273)	1.624
Assistência na doença	2.095	-	2.095	(450)	1.645
	135.823	215.431	351.253	(93.931)	257.322

	'20				
Valores em Euros	Ganhos e perdas	Retorno sobre ativos dos planos	Valor bruto	Imposto diferido	Impacto nos Capitais próprios
Benefícios pós emprego					
Pensões a cargo do Grupo	151.199	-	151.199	(41.594)	109.605
Pensões com fundo autónomo	(389.612)	662.339	272.727	(74.721)	198.006
Subsídios por reforma	1.075	-	1.075	(102)	973
Assistência na doença	(2.254)	-	(2.254)	462	(1.792)
	(239.592)	662.339	422.747	(115.955)	306.792

7.3 ____ Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais são conforme se segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Conselho de Administração da Secil	3.446.700	2.962.023
Conselho Fiscal da Secil	54.579	54.579
Outros membros de Órgãos Sociais de subsidiárias	793.587	981.508
	4.294.866	3.998.110

Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativamente aos membros do Conselho de Administração da Secil, não existiam: i) quaisquer responsabilidades adicionais afetas a benefícios pós-emprego, ii) benefícios de cessação de emprego, iii) pagamentos com base em ações atribuídas nem iv) quaisquer saldos pendentes.



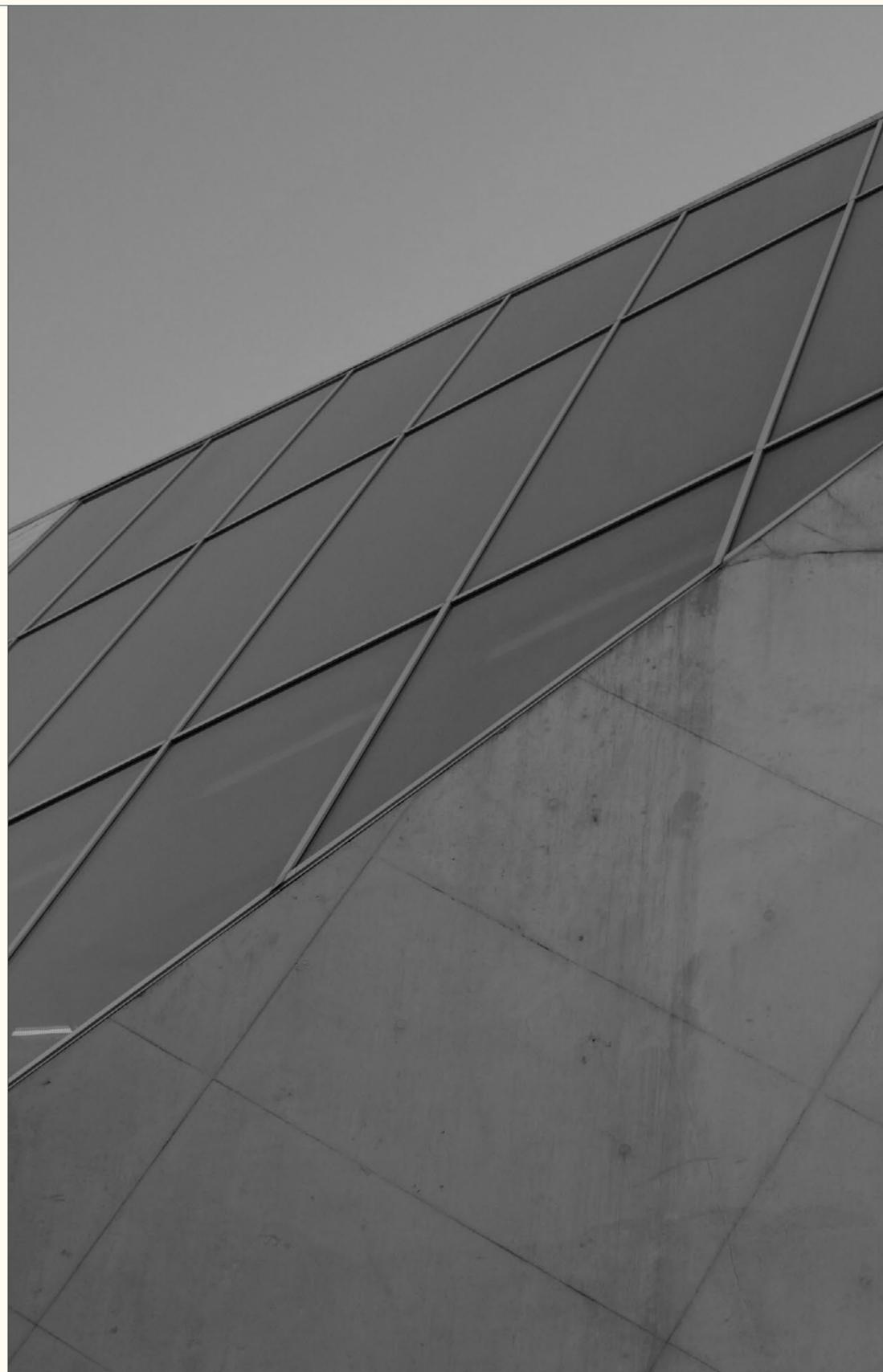
01

02

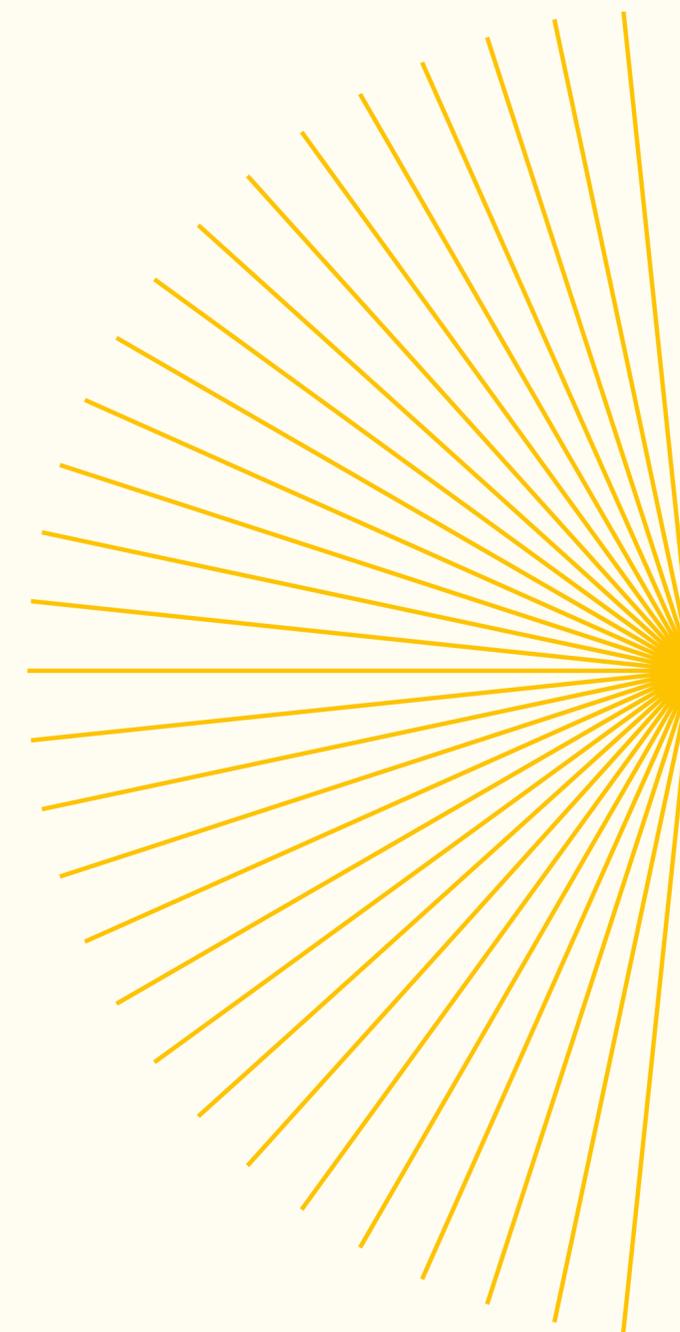
03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



08 _____ Instrumentos financeiros



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

08 Instrumentos financeiros

8.1 — Gestão do risco financeiro

O Grupo Secil tem definida uma política de gestão dos riscos financeiros que traça as diretrizes transversais a todo o Grupo, com vista a identificar, medir e gerir os diferentes riscos a que está exposto.

A referida política de gestão cobre, entre outros, o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

A gestão do risco é conduzida pela Direção Financeira do Grupo, que analisa regularmente a evolução dos mercados financeiros, monitoriza o grau de exposição do Grupo aos diferentes riscos identificados, adota medidas de gestão dos mesmos e realiza coberturas com recurso a instrumentos financeiros sempre que se entenda como adequado.

8.1.1 — Risco cambial

!! Política de gestão do risco cambial

A exposição cambial do Grupo surge principalmente dos investimentos detidos em diversos países fora da Zona Euro, dado que o Grupo prepara as suas demonstrações financeiras consolidadas em Euros. As principais divisas a que o Grupo está exposto são o BRL (real brasileiro), o TND (dinar tunisino), o AOA (kwanza angolano), a LBP (libra libanesa) e o USD (dólar norte-americano).

O Grupo apresenta também exposição cambial aos fluxos operacionais em USD, nomeadamente os relativos às compras de combustíveis e fretes de navios.

O Grupo procura mitigar a exposição cambial dos seus ativos nas diversas geografias em que opera através da contratação de financiamentos locais, emitidos na mesma moeda dos respetivos ativos.

Complementarmente, e com vista à proteção do risco dos fluxos em divisas, o Grupo tem como política maximizar o potencial de cobertura natural da sua exposição cambial, via compensação dos fluxos cambiais intra-grupo. O controlo da exposição cambial do Grupo é feito de forma integrada tendo em consideração os fluxos globais.

Utilização de instrumentos financeiros derivados

Pontualmente, quando tal se afigura oportuno, o Grupo recorre à utilização de instrumentos

financeiros derivados para a gestão do risco cambial, de acordo com uma política definida.

Nos períodos apresentados, o Grupo detém derivados que se encontram a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda diferente da moeda de apresentação (ver **Nota 8.2** – Instrumentos financeiros derivados).

Exposição dos ativos e passivos financeiros ao risco cambial e análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, com base nos valores dos ativos e passivos financeiros, convertidos para Euros, tendo por base as taxas de câmbio nessa data, é conforme se segue:

						'21
	Dólar Norte Americano	Real Brasileiro	Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Kwanza Angolano	Total (Euros)
Taxa de câmbio no final do período	1,1326	6,3199	31,3164	3,2673	632,4237	
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	7,70%	0,89%	(203,82%)	0,63%	23,10%	
Taxa de câmbio médio período	1,1828	6,3773	31,3164	3,2889	751,3343	
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(3,55%)	(8,13%)	(203,82%)	(2,78%)	(8,91%)	
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	596.278	236.507.513	104.796.938	8.840.005	96.270.753	44.153.351
Valores a receber	7.364.155	50.165.931	30.599.464	30.979.214	(440.049.608)	24.202.651
Total de ativos financeiros	7.960.433	286.673.444	135.396.402	39.819.219	(343.778.855)	68.356.002
Financiamentos	(47.819.676)	(307.237.219)	(916.248)	(85.099.325)	-	(116.910.426)
Valores a pagar	(13.894.219)	(249.408.855)	(113.265.268)	(35.054.215)	(791.822.896)	(67.329.244)
Total de passivos financeiros	(61.713.894)	(556.646.074)	(114.181.516)	(120.153.541)	(791.822.896)	(184.239.670)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	(53.753.462)	(269.972.630)	21.214.886	(80.334.322)	(1.135.601.750)	
Posição financeira líquida em Euros	(47.460.235)	(42.717.864)	677.437	(2.458.737)	(1.795.634)	(115.883.669)
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	(4.746.023)	(4.271.786)	67.744	(2.458.737)	(179.563)	(11.588.367)
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	4.746.023	4.271.786	(67.744)	2.458.737	179.563	11.588.367
Impacto da variação de + 10% em todas as taxas de câmbio nos resultados do período						652.105
Impacto da variação de -10% em todas as taxas de câmbio nos resultados do período						(797.017)

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

						'20
	Dólar Norte Americano	Real Brasileiro	Libras Libanesas	Dinar Tunisino	Kwanza Angolano	Total (Euros)
Taxa de câmbio no final do período	1,2271	6,3768	10,3076	3,2879	822,3820	
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(9,23%)	(40,77%)	(508,66%)	(3,53%)	(45,75%)	
Taxa de câmbio médio período	1,1422	5,8978	10,3076	3,1998	689,8670	
Valorização/(desvalorização) face ao ano anterior	(2,03%)	(33,59%)	(510,78%)	2,50%	(64,26%)	
Valores em Divisas						
Caixa e equivalentes de caixa	19.528.937	162.040.100	102.686.429	15.923.623	203.366.518	56.378.180
Valores a receber	7.439.872	48.495.133	13.302.722	26.919.631	63.624.711	23.223.329
Total de ativos financeiros	26.968.809	210.535.233	115.989.151	42.843.253	266.991.229	79.601.509
Financiamentos	(12.183.550)	(643.950.592)	(6.338.090)	(73.034.766)	(1.721.718.575)	(135.833.744)
Valores a pagar	(6.070.540)	(181.980.063)	(38.456.025)	(31.189.584)	(373.264.547)	(47.155.792)
Total de passivos financeiros	(18.254.090)	(825.930.654)	(44.794.115)	(104.224.350)	(2.094.983.122)	(182.989.537)
Posição financeira líquida em moeda estrangeira	8.714.719	(615.395.421)	71.195.036	(61.381.097)	(1.827.991.893)	
Posição financeira líquida em Euros	7.101.882	(96.505.366)	6.907.043	(18.668.785)	(2.222.801)	(103.388.028)
Impacto da variação de +10% na taxa de câmbio	710.188	(9.650.537)	690.704	(1.866.878)	(222.280)	(10.338.803)
Impacto da variação de -10% na taxa de câmbio	(710.188)	9.650.537	(690.704)	1.866.878	222.280	10.338.803
Impacto da variação de + 10% em todas as taxas de câmbio nos resultados do período						652.105
Impacto da variação de -10% em todas as taxas de câmbio nos resultados do período						(797.017)

8.1.2 ____ Risco de taxa de juro

!! Política de gestão do risco de taxa de juro

A exposição ao risco de taxa de juro do Grupo encontra-se associada à dívida líquida remunerada contratada pelo Grupo, sendo o objetivo de gestão do risco de taxa de juro reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados.

A estratégia de gestão do risco de taxa de juro é revista anualmente, em função da expectativa da evolução das taxas em cada mercado onde o Grupo está presente. Atualmente a estratégia de gestão do risco de taxa de juro passa por reduzir a exposição às taxas variáveis através da contratação de dívida a taxa fixa.

Utilização de instrumentos financeiros derivados

Nos casos em que a Administração considera adequado, o Grupo recorre à utilização de Instrumentos financeiros derivados (**Nota 8.2**), para a gestão do risco de taxa de juro, tendo estes instrumentos como objetivo fixar a taxa de juro dos empréstimos que obtém, dentro de determinados parâmetros, considerados adequados pelas políticas de gestão de risco do Grupo.

Valores em Euros

Aumento de 0.5% nas taxas de juro de mercado

	31-12-2021	31-12-2020
Impacto no resultado antes de imposto - aumento / (diminuição)	(357.153)	(2.569.029)

Υ Estimativas e julgamentos

Análise de sensibilidade

O Grupo utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juro de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de Instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de Instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, o impacto de um aumento de 0,5% nas taxas de juro, para todos os empréstimos ou instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é conforme se segue:

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exposição ao risco de taxa de juro

Os ativos e passivos financeiros remunerados a taxa fixa (que não expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) e remunerados a taxa variável (que expõem o Grupo ao risco de taxa de juro) detalham-se como segue:

Valores em Euros

	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
ATIVOS						
Não correntes						
Instrumentos financeiros (Nota 8.2.2)	797.189	-	-	-	-	797.189
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	75.382.038	-	-	-	-	75.382.038
Total de ativos financeiros	76.179.227	-	-	-	-	76.179.227
PASSIVOS						
Não correntes						
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	-	-	-	162.618.187	56.797.668	219.415.855
Correntes						
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	84.216.582	7.013.341	20.000.000	-	-	111.229.923
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.1)	-	-	1.681.283	-	-	1.681.283
Total de passivos financeiros	84.216.582	7.013.341	21.681.283	162.618.187	56.797.668	332.327.061
Posição financeira líquida de balanço	(8.037.355)	(7.013.341)	(21.681.283)	(162.618.187)	(56.797.668)	(256.147.834)

31-12-2020

Valores em Euros

	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
ATIVOS						
Não correntes						
Instrumentos financeiros (Nota 8.2.2)	-	-	3.312.331	-	-	3.312.331
Correntes						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	125.602.560	5.671.973	342.363	-	-	131.616.897
Total de ativos financeiros	125.602.560	5.671.973	3.654.694	-	-	134.929.228
PASSIVOS						
Não correntes						
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	12.502.156	4.666.461	50.000.000	109.894.244	119.429.197	296.492.058
Correntes						
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)	70.148.478	10.113.434	28.947.900	-	-	109.209.813
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.1)	-	-	208.463	-	-	208.463
Total de passivos financeiros	82.650.635	14.779.895	79.156.363	109.894.244	119.429.197	405.910.334
Posição financeira líquida de balanço	42.951.926	(9.107.922)	(75.501.669)	(109.894.244)	(119.429.197)	(270.981.106)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

8.1.3 ____ Risco de liquidez

!! Política de gestão do risco de liquidez

O Grupo gere o risco de liquidez por duas vias:

- garantindo que a sua dívida financeira tem uma componente elevada de médio e longo prazo com maturidades adequadas às características das indústrias onde exerce a sua atividade, e
- através da contratação com instituições financeiras de linhas de crédito disponíveis a todo o momento, por um montante que garanta uma liquidez adequada.

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pelas entidades operacionais do Grupo e agregada pela Direção Financeira do Grupo Secil na preparação do orçamento anual. É da responsabilidade dessa Direção a monitorização das previsões de necessidades de liquidez do Grupo de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades de financiamento de cada unidade operacional.

Os planos de financiamento do Grupo têm em consideração os objetivos definidos para cada geografia, no que respeita aos montantes e prazos de financiamento que se pretende assegurar e ao cumprimento de rácios de endividamento.

Maturidade contratual dos passivos financeiros (fluxos não descontados, incluindo juros)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a liquidez dos passivos financeiros contratados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual:

31-12-2021

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)						
Empréstimos por obrigações	-	340.714	22.216.456	114.575.461	50.463.614	187.596.245
Papel comercial	8.000.000	-	-	-	-	8.000.000
Empréstimos bancários	16.658.936	4.381.641	66.518.525	62.104.964	8.245.364	157.909.430
Outros financiamentos	21.847	-	232.207	-	-	254.054
Passivos de locação (Nota 5.7)	155.646	311.293	9.566.404	21.259.353	16.537.133	47.829.830
Valores a pagar (Nota 4.3)						
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.2)	-	-	1.681.283	-	-	1.681.283
Outros passivos financeiros	-	-	201.340.128	-	-	201.340.128
Total passivos	24.836.429	5.033.648	301.555.003	197.939.778	75.246.111	604.610.969

31-12-2020

Valores em Euros	-1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	+ de 5 anos	Total
Financiamentos obtidos (Nota 5.6)						
Empréstimos por obrigações	26.000.000	-	3.956.517	126.525.776	112.737.917	269.220.210
Papel comercial	-	-	16.522.507	1.099.514	-	17.622.021
Empréstimos bancários	40.994.638	10.113.434	17.062.297	64.373.333	10.050.894	142.594.597
Outros financiamentos	3.153.841	-	154.659	-	-	3.308.500
Passivos de locação (Nota 5.7)	-	-	7.139.051	13.057.354	9.434.927	29.631.331
Valores a pagar (Nota 4.3)						
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2.2)	-	-	208.463	-	-	208.463
Outros passivos financeiros	-	-	161.519.908	-	-	161.519.908
Total passivos	70.148.478	10.113.434	206.563.403	205.055.976	132.223.738	624.105.029



01

02

03



- » A maturidade contratual dos financiamentos obtidos apresentada pressupõe o cumprimento de *covenants* financeiros, conforme detalhados na **Nota 5.6** – Financiamentos obtidos.

Valores em Euros

Linhas de crédito não utilizadas

	31-12-2021	31-12-2020
Papel comercial	187.000.000	240.000.000
Outras linhas de crédito	43.369.674	41.778.863
	230.369.674	281.778.863

8.1.4 ____ Risco de crédito

!! Política de gestão do risco de crédito

O Grupo encontra-se sujeito a risco de crédito sobre os saldos a receber dos clientes e a outros devedores, tendo adotado uma política de gestão de cobertura de risco dentro de determinados níveis através de seguros de crédito com entidades independentes especializadas.

O Grupo adotou uma política de seguro de crédito para a generalidade dos saldos a receber de clientes. Desta forma considera-se que a exposição efetiva do Grupo ao risco de crédito se encontra mitigada a níveis aceitáveis relativamente às vendas.

No entanto, o agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem apenas as economias a uma escala local pode originar uma deterioração na capacidade dos clientes da Empresa em saldar as suas obrigações,

Linhas de créditos disponíveis e não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa possui linhas de créditos bancários disponíveis e não utilizados conforme se segue:

levando a que as entidades que prestam o seguro de crédito diminuam significativamente o montante das linhas que disponibilizam para esses clientes, o que pode resultar em limitações nos montantes que se conseguem vender a alguns clientes, sem incorrer diretamente em níveis de risco de crédito enquadráveis na política de risco nesta área.

Equivalentes de caixa

O Grupo tem uma política rigorosa de aprovação das suas contrapartes financeiras, limitando a sua exposição de acordo com uma análise individual de risco e com plafonds previamente aprovados.

A análise da qualidade do risco de crédito das contrapartes baseia-se sempre que possível na respetiva notação de *rating*.

☰ Políticas contabilísticas

Perdas de crédito esperadas	O Grupo avalia, numa base prospetiva, as perdas de crédito esperadas associadas aos seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado conforme o detalhe apresentado na Nota 8.4.1 – Categorias de instrumentos financeiros do Grupo.
Reconhecimento de imparidades	As perdas por imparidade dos saldos de clientes são registadas com base no modelo simplificado previsto na IFRS 9 registando as perdas esperadas até à maturidade. As perdas esperadas são determinadas tendo por base a experiência de perdas reais históricas ao longo de um período estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente. O modelo seguido na avaliação das imparidades de acordo com a IFRS 9 é como segue: 1. Apurar o perfil de pagamento dos clientes, definindo intervalos de periodicidade de recebimento; 2. Com base em 1. supra, estimar a probabilidade de <i>default</i> (ou seja, o montante de cobrança duvidosa apurado em 1. comparado com saldo de vendas em aberto em cada intervalo calculado em 2); 3. Ajustar as percentagens obtidas em 3. relativamente às projeções futuras; 4. Aplicar as percentagens de <i>default</i> conforme calculadas em 4. aos saldos de clientes aberto na data de relato. O Grupo reconhece ainda imparidades em base casuística, com base em saldos específicos e eventos passados específicos, tendo em conta a informação histórica das contrapartes, o seu perfil de risco e outros dados observáveis de forma a registar imparidade para esses ativos financeiros.
Desreconhecimento do ativo	Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação, sendo considerados como incobráveis. Apesar de ser desreconhecido, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do período.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito de ativos financeiros corresponde ao valor líquido dos mesmos, conforme segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Não correntes		
Outros investimentos financeiros (Nota 8.3)	378.651	376.689
Valores a receber (Nota 4.2)	3.105.590	2.096.105
Correntes		
Valores a receber (Nota 4.2)	80.495.117	64.720.153
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2)	1.435.707	3.312.331
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8)	74.383.132	129.428.550
	159.798.198	199.933.828

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Estrutura de antiguidade de saldos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os créditos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento dos valores em aberto:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Valores não vencidos	39.317.429	32.449.398
Valores vencidos		
De 1 a 90 dias	15.946.498	14.783.042
De 91 a 180 dias	1.714.620	1.797.310
De 181 a 360 dias	823.136	633.727
De 361 a 540 dias	309.914	632.303
De 541 a 720 dias	266.690	257.397
A mais de 721 dias	4.455.593	11.193.522
	62.833.881	61.746.699
Em contencioso de cobrança	7.542.786	11.862.165
Imparidades	(13.269.155)	(23.882.145)
Saldo de clientes (Nota 4.2)	57.107.511	49.726.719
Limite de seguro de crédito contratado	133.921.025	111.561.025

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas.

Estas são apuradas atendendo à informação regularmente reunida sobre o comportamento financeiro dos clientes do Grupo, que permite, em conjugação com a experiência reunida na análise da carteira e em conjugação com os sinistros de crédito que se verificarem, na parte não atribuível à seguradora, definir o valor das perdas a reconhecer no período.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos, e respetivas perdas por imparidade, é a seguinte:

Valores em Euros	31-12-2021		31-12-2020	
	Valor Bruto	Justo Valor Garantias	Valor Bruto	Justo Valor Garantias
Saldos devedores vencidos considerados em imparidade				
Vencidos há menos de 3 meses	15.787.167	8.549.466	14.712.315	1.284.026
Vencidos há mais de 3 meses	2.254.023	332.478	2.566.240	298.955
	18.041.190	8.881.944	17.278.555	1.582.982
Saldos devedores vencidos considerados em imparidade				
Vencidos há menos de 3 meses	205.666	-	154.651	-
Vencidos há mais de 3 meses	12.812.381	-	23.726.260	-
	13.018.047	-	23.880.911	-
	31.059.237	8.881.944	41.159.466	1.582.982



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco de crédito de equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a qualidade do risco de crédito do Grupo face a ativos financeiros (depósitos bancários, aplicações de tesouraria e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
A	578.795	-
A-	3.686.568	17.427.120
BBB+	-	9.638
BBB	2.647.225	25.723.312
BBB-	-	-
BB+	2.943.738	11.644.756
BB	13.677.666	12.212.074
BB-	34.891.790	24.609.687
B+	-	993.436
B	9.345.223	9.104.710
B-	30.012	146.409
CCC+	75.543	6.038.061
CCC	23.901	-
CC	340.066	-
SD	-	11.497.252
Sem <i>rating</i>	7.141.511	12.210.442
	75.382.038	131.616.897
Instrumentos financeiros derivados (Nota 8.2)	1.435.707	3.312.331
	76.817.745	134.929.228

Imparidade de clientes e outros devedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nas perdas acumuladas por imparidade de clientes e outras dívidas a receber são conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Imparidades acumuladas no início do período	32.749.265	34.484.966
Variações devidas a:		
Reforço	847.366	2.041.241
Reversões	(691.510)	(1.360.782)
Variações reconhecidas em resultados do período (Nota 2.4)	155.856	680.459
Variação de perímetro	(3.140.998)	-
Ajustamento cambial	(106.452)	(2.416.159)
Economias hiperinflacionárias	(3.002)	-
Utilizações	(7.664.192)	(1)
Imparidades acumuladas no final do período	21.990.477	32.749.265



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

8.2 — Instrumentos financeiros derivados

Políticas contabilísticas

Apresentação

O justo valor dos Instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de Valores a pagar (Nota 4.3), quando negativos e na rubrica Valores a receber (Nota 4.2), quando positivo.

Tendo adotado pela primeira vez as IFRS com data de transição a 1 de janeiro de 2020, o Grupo aplica os requisitos da contabilidade de cobertura presentes na IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Instrumentos financeiros derivados ao justo valor através de resultados

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos se qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos aplicáveis.

Os instrumentos que não se qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados na Posição Financeira pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.10), quando relativas a operações de financiamento, ou em Fornecimentos e Serviços Externos (Nota 2.3) ou Rébito (Nota 2.2), quando se refiram à cobertura de riscos cambiais sobre a compra de matérias primas ou fluxos de recebimento de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação.

Instrumentos financeiros derivados de cobertura

Os Instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as condições definidas na IFRS 9.

Cobertura de fluxos de caixa (risco de taxa de juro e de câmbio)	<p>O Grupo na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.</p> <p>Estas operações são registadas na Demonstração da posição financeira intercalar pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados.</p> <p>Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a Demonstração dos resultados (por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa). O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos <i>swaps</i> de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável, é reconhecido na rubrica de Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.10). No entanto, quando a transação futura que se encontra coberta, origina o reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, inventários ou ativos fixos tangíveis), os ganhos e perdas anteriormente diferidos no capital próprio são incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.</p> <p>Quando um instrumento de cobertura maduro ou é vendido, ou quando deixa de cumprir os critérios exigidos para que seja reconhecido contabilisticamente como de cobertura, os ganhos e perdas acumuladas no capital próprio são reciclados para a Demonstração dos resultados, exceto quando o item coberto é uma transação futura em que os ganhos e perdas acumuladas constantes do capital próprio a essa data permaneçam no capital próprio, caso em que apenas serão reciclados para a Demonstração dos resultados quando a transação for reconhecida na Demonstração dos resultados.</p> <p>Cobertura de investimento líquido no estrangeiro (risco de taxa de câmbio).</p>
--	---

Cobertura de investimento líquido no estrangeiro (risco de taxa de câmbio)

O Grupo, na sua gestão da exposição às taxas de juro e de câmbio, realiza cobertura de fluxos de caixa.

Estas operações são registadas na Demonstração da posição financeira intercalar pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas no outro rendimento integral do período. Se as operações de cobertura se apresentarem como ineficazes, o ganho ou a perda daí decorrente é registada diretamente em resultados.

Os montantes acumulados em capital próprio são transferidos para resultados quando o item coberto afeta a Demonstração dos resultados (por exemplo, quando a venda futura coberta se materializa). O ganho ou a perda correspondente à componente eficaz dos *swaps* de taxa de juro que se encontrem a cobrir financiamentos de taxa variável, é reconhecido na rubrica de Rendimentos e gastos financeiros (Nota 5.10). No entanto, quando a transação futura que se encontra coberta, origina o reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, inventários ou ativos fixos tangíveis), os ganhos e perdas anteriormente diferidos no capital próprio são incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Quando um instrumento de cobertura maduro ou é vendido, ou quando deixa de cumprir os critérios exigidos para que seja reconhecido contabilisticamente como de cobertura, os ganhos e perdas acumuladas no capital próprio são reciclados para a Demonstração dos resultados, exceto quando o item coberto é uma transação futura em que os ganhos e perdas acumuladas constantes do capital próprio a essa data permaneçam no capital próprio, caso em que apenas serão reciclados para a Demonstração dos resultados quando a transação for reconhecida na Demonstração dos resultados.

Cobertura de investimento líquido no estrangeiro (risco de taxa de câmbio).

Cobertura de risco cambial na exportação e na aquisição de combustíveis

O Grupo efetua muito pontualmente operações de cobertura de vendas em moeda diferente da moeda de apresentação e efetua cobertura das aquisições futuras de combustível, nomeadamente do *petcoke*.

Cobertura de fluxos de caixa/ taxa de Juro de empréstimos a operações estrangeiras

Quando uma operação estrangeira do Grupo contrai empréstimos em moeda que não seja a moeda funcional no país de atividade dessa operação, o Grupo efetua operações de cobertura de forma a que a exposição reflita a moeda funcional.

Estimativas e julgamentos

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.



01

02

03



8.2.1 ____ Movimentos em instrumentos financeiros derivados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros é como se segue:

	'21			'20		
Valores em Euros	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total líquido
Saldo no início do período	3.312.331	(208.463)	3.103.868	123.901	(63.762)	60.139
Variação de justo valor em resultados (Nota 5.10)	(4.226.247)	-	(4.226.247)	3.484.808	-	3.484.808
Variação de justo valor em outro rendimento integral (Nota 5.4)	-	846.981	846.981	-	(144.701)	(144.701)
Ajustamento cambial	29.822	-	29.822	(296.378)	-	(296.378)
Saldo no final do período	(884.094)	638.518	(245.576)	3.312.331	(208.463)	3.103.868

8.2.2 ____ Detalhe e maturidade dos instrumentos financeiros derivados por natureza

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detalha-se como se segue:

	31-12-2021					
Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Swaps de taxa de juro (Swaps)	50.000.000	EUR	2027	638.518	-	638.518
				638.518	-	638.518
De negociação						
Non Deliverable Forward (NDF)	12.500.000	EUR	2022	430.161	-	430.161
Cross currency interest rate swap	16.000.000	USD	2022	-	(479.613)	(479.613)
Non Deliverable Forward (NDF)	7.861.000	USD	2022	139.263	-	139.263
Cross currency interest rate swap	25.950.000	USD	2022	227.765	-	227.765
Cross currency interest rate swap	7.500.000	EUR	2023	-	(967.357)	(967.357)
Cross currency interest rate swap	10.000.000	EUR	2024	-	(234.313)	(234.313)
				797.189	(1.681.283)	(884.094)
				1.435.707	(1.681.283)	(245.576)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31-12-2020

Valores em Euros	Nocional	Moeda	Maturidade	Positivos (Nota 4.2)	Negativos (Nota 4.3)	Líquido
De cobertura						
Swaps de taxa de juro (Swaps)	50.000.000	EUR	2027	-	(208.463)	(208.463)
				-	(208.463)	(208.463)
De negociação						
Non Deliverable Forward (NDF)	9.950.000	EUR	2021	974.915	-	974.915
Cross currency interest rate swap	7.950.000	USD	2022	128.134	-	128.134
Cross currency interest rate swap	12.500.000	EUR	2022	576.925	-	576.925
Non Deliverable Forward (NDF)	16.000.000	USD	2021	1.632.357	-	1.632.357
				3.312.331	-	3.312.331
				3.312.331	(208.463)	3.103.868

Derivados ao justo valor através de resultados

Em fevereiro de 2021, a subsidiária brasileira Supremo, contratou um financiamento externo no montante de USD 18.000.000 com maturidade em janeiro de 2021, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em março de 2020, a subsidiária Supremo, contratou dois financiamentos externos no montante aproximado:

- de EUR 9.950.000 com maturidade em março de 2021, com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *Non-Deliverable Forward*. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e os respetivos juros.
- de USD 7.950.000 com maturidade em março de 2022. Nessa mesma data, foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em USD.

Em julho de 2020, a subsidiária Supremo, contratou um financiamento externo no montante aproximado de EUR 12.500.000 com maturidade em julho de 2022 com uma única amortização no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *Non-Deliverable Forward*. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal dos financiamentos em BRL e dos respetivos juros.

Em março de 2021, a subsidiária Supremo contratou um financiamento externo no montante aproximado de EUR 7.500.000 com maturidade em agosto de 2023 com duas amortizações de capital, a primeira em agosto de 2022 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição

à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à Supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Em novembro de 2021, a subsidiária brasileira Margem contratou um Non-Deliverable forward que permitiu cobrir um fluxo de caixa de 7.861.000 USD.

Em dezembro de 2021, a subsidiária Margem terminou antecipadamente o financiamento e o *Cross-Currency Swap* de Eur 7.000.000.

Adicionalmente, a subsidiária Supremo contratou um financiamento de EUR 10.000.000 com maturidade de junho de 2024, com duas amortizações de capital, a primeira em junho de 2023 e a última no vencimento. Nessa mesma data foi celebrado um contrato de *cross currency interest rate swap* com o objetivo de cobrir a exposição à taxa de câmbio. Este derivado permitiu à supremo a fixação do valor nominal do financiamento em BRL e o pagamento de juros à taxa CDI acrescida de um *spread*, replicando integralmente o plano de amortização do referido financiamento em EUR.

Cobertura de fluxos de caixa

Em 2020 a Secil contratou um empréstimo obrigacionista de EUR 50.000.000, com reembolso integral ao par em abril de 2027, com pagamento de juros semestrais e postecipados. A 26 de outubro de 2020, foi contratado um derivado de cobertura de risco de taxa de juro, através de um *interest rate swap* (IRS) com valor nominal de EUR 50.000.000, com início a 29 de outubro de 2020 e vencimento a 29 de abril 2027.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

8.3 ____ Outros investimentos financeiros

Políticas contábilísticas

Estes investimentos financeiros são reconhecidos como:

Mensuração	a) Ao justo valor através dos resultados, quando o Grupo os detém com o objetivo de negociar; e
	b) Ao justo valor através de outro rendimento integral, os restantes investimentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros investimentos financeiros, são detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
C5LAB - Sustainable Construction Materials Association	35.000	35.000
Built Colab Colaborative Laboratory	12.500	12.500
Foire Internationale de Gabés	7.652	7.604
TCG - Terminale Cimentier de Gabés	186.392	185.225
Sté Zone Franche de Zarzis	110.887	110.192
Outros	26.220	26.168
	378.651	376.689



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

8.4 — Ativos e passivos financeiros

8.4.1 — Categorias de Instrumentos financeiros do Grupo

Os instrumentos financeiros incluídos em cada rubrica da demonstração da posição financeira consolidada são classificados como segue:

Valores em Euros	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo derivativos)	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados de negociação	Ativos não financeiros	Total
ATIVOS							
31 de dezembro de 2021							
Outros investimentos financeiros	8.3	-	378.651	-	-	-	378.651
Valores a receber	4.2	87.565.272	-	638.518	797.189	8.102.626	97.103.605
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	75.000.230	-	-	-	-	75.000.230
Ativos não correntes detidos para venda	3.6	-	-	-	-	4.162.459	4.162.459
Total de ativos		162.565.502	378.651	638.518	797.189	12.265.085	176.644.945
31 de dezembro de 2020							
Outros investimentos financeiros	8.3	-	376.689	-	-	-	376.689
Valores a receber	4.2	76.306.056	-	-	3.312.331	3.402.173	83.020.560
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	127.455.986	-	-	-	-	127.455.986
Ativos não correntes detidos para venda	3.6	-	-	-	-	4.162.459	4.162.459
Total de ativos		203.762.043	376.689	-	3.312.331	7.564.632	215.015.695

Valores em Euros	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo derivativos)	Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Instrumentos financeiros derivados de negociação	Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS 9	Passivos não financeiros	Total
PASSIVOS								
31 de dezembro de 2021								
Financiamentos obtidos	5.6	329.081.019	-	-	-	-	-	329.081.019
Passivos de locação	5.7	-	-	-	-	41.606.271	-	41.606.271
Valores a pagar	4.3	158.213.133	-	-	1.681.283	-	43.126.994	203.021.411
Passivos não correntes detidos para venda	3.7	-	-	-	-	-	-	-
Total de passivos		487.294.152	-	-	1.681.283	41.606.271	43.126.994	573.708.701
31 de dezembro de 2020								
Financiamentos obtidos	5.6	403.416.183	-	-	-	-	-	403.416.183
Passivos de locação	5.7	-	-	-	-	24.966.278	-	24.966.278
Valores a pagar	4.3	126.604.086	-	208.463	-	-	34.915.822	161.728.371
Passivos não correntes detidos para venda	3.7	-	-	-	-	-	-	-
Total de passivos		530.020.269	-	208.463	-	24.966.278	34.915.822	590.110.832



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

09 _____

Provisões, compromissos e contingências





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

09

Provisões, compromissos e contingências

Valores em Euros	Nota	31-12-2021	31-12-2020
Provisões	9.1	68.253.869	59.525.113
Compromissos	9.2	64.399.808	16.168.387
Ativos e passivos contingentes	9.2	17.738.126	77.693.170

9.1 ____ Provisões

Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração inicial	São reconhecidas provisões sempre que: <ul style="list-style-type: none"> o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados; seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação; e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.
Capitalização de dispêndios	Provisões de recuperação paisagística são reconhecidas por contrapartida da rubrica de ativos fixos tangíveis (Nota 3.3). Algumas empresas do Grupo têm como responsabilidade a recuperação ambiental e paisagística das pedreiras afetas à exploração nos termos da legislação aplicável. Os trabalhos de reabilitação incluem essencialmente a limpeza e regularização das áreas destinadas à recuperação, a modelação e preparação do terreno, o transporte e espalhamento de materiais rejeitados para aterro, a fertilização, a execução do plano geral de revestimento com hidrossementeiras e plan
Mensuração subsequente	As provisões são revistas na data da Posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões de recuperação paisagística são remensuradas em função do efeito temporal do dinheiro, por contrapartida da rubrica "Desconto financeiro de provisões" na Nota 5.10 – Rendimentos e gastos financeiros e consumidas pelos dispêndios efetuados pelo Grupo com a recuperação, na data em que estes ocorrem.

Estimativas e julgamentos

Processos judiciais

Estas provisões foram constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas internamente pelo Grupo com o apoio dos seus consultores legais, baseadas na probabilidade de a decisão ser favorável ou desfavorável ao Grupo.

Recuperação ambiental

A extensão dos trabalhos necessários e dos respetivos custos a incorrer foram determinados tendo por base os planos de lavra das pedreiras e estudos preparados por entidades independentes, sendo que a responsabilidade total foi mensurada pelo valor esperado dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente.

Juizados de valor e estimativas estão envolvidos na formação de expectativas sobre atividades futuras e no montante e período de tempo dos fluxos de caixa associados. Estas perspetivas são efetuadas com base na envolvente existente e regulamentação em vigor.

No caso das pedreiras cuja reconstituição apenas é possível no fim da exploração, o Grupo solicitou a entidades independentes e especializadas a avaliação dessas responsabilidades, bem como o período estimado de exploração, reconhecendo provisões para este efeito.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Movimentos em provisões

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nas Provisões são conforme se segue:

Valores em Euros	Recuperação Ambiental	Licenças Emissão de CO ₂	Provisão para Investimentos Financeiros	Outras	Total
1 de janeiro de 2020	17.155.702	29.306.830	-	14.555.842	61.018.374
Aumentos	2.991	33.062.897	-	5.161.876	38.227.764
Reversões	(343.389)	-	-	(1.678.376)	(2.021.765)
Impacto em resultados do período	(340.398)	33.062.897	-	3.483.500	36.205.999
Variação de perímetro	-	-	-	-	-
Utilizações	(480.895)	(29.972.395)	-	(3.994.463)	(34.447.753)
Ajustamento cambial	(446.983)	-	-	(5.027.186)	(5.474.169)
Descontos financeiros (Nota 5.10)	119.990	-	-	-	119.990
Transferências e regularizações	2.025.732	-	-	(36.223)	1.989.509
Economias hiperinflacionárias	113.162	-	-	-	113.162
31 de dezembro de 2020	18.146.310	32.397.332	-	8.981.470	59.525.113
Aumentos	862.581	37.275.882	-	10.329.980	48.468.443
Reversões	(3.217.014)	-	-	(986.231)	(4.203.245)
Impacto em resultados do período	(2.354.433)	37.275.882	-	9.343.749	44.265.198
Variação de perímetro	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Utilizações	(3.103.060)	(32.204.852)	-	(2.386.107)	(37.694.020)
Ajustamento cambial	(135.472)	-	-	(684.668)	(820.140)
Descontos financeiros (Nota 5.10)	59.257	-	-	-	59.257
Transferências e regularizações	578.765	-	(445.560)	-	133.205
Resultado líquido apropriado	-	-	793.315	-	793.315
Economias hiperinflacionárias	(37.247)	-	-	2.035.187	1.997.940
31 de dezembro de 2021	13.154.120	37.468.362	347.755	17.283.632	68.253.869

Recuperação ambiental

O valor apresentado em Transferências e regularizações com o montante de Euros 578.765 correspondem à revisão dos planos de pedreira e recuperação paisagística realizados no período de 2021, nomeadamente revisão de gastos e de taxa de juro. Desta revisão resultou igualmente o reconhecimento de um aumento dos Ativos de recuperação paisagística no mesmo montante (Nota 3.3).

Licenças de emissão de CO₂

Na rubrica de provisões estão registadas as responsabilidades associadas à obrigação para devolução das licenças de emissão de CO₂, decorrentes das emissões de CO₂ registadas em 2021. Assim, na data da liquidação das emissões efetuadas, com a entrega dessas licenças, a provisão é desreconhecida.

Em 2021 e 2020, nas utilizações verificou-se o desreconhecimento das licenças de emissão de CO₂, pelos consumos de 2021 e 2020, respetivamente. Este movimento encontra-se refletido no movimento de Ativos Intangíveis (Nota 3.2).

Provisão para investimentos financeiros

O valor apresentado em Transferências e regularizações com o montante de Euros 445.560 correspondem

à transferência da participação da Allmicroalgae para provisões (Nota 10.3).

Outras provisões

Refere-se a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa, nomeadamente processos de reestruturação organizacional, complementos ao fundo nacional de segurança social Libanês, riscos de posições contratuais assumidas em investimentos, entre outras.

9.2 — Compromissos

Compromissos de compra

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os compromissos assumidos pelo Grupo respeitam a aquisições de ativos fixos tangíveis e a bens e serviços, detalhados conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Compromissos de compra		
Ativos fixos tangíveis	49.071.239	3.052.177
Energia eléctrica	-	3.653.870
Matérias primas - Petcoque e Carvão	11.949.371	6.383.329
Serviços	2.811.031	2.083.015
Outros	568.167	995.996
	64.399.808	16.168.387



01

02

03

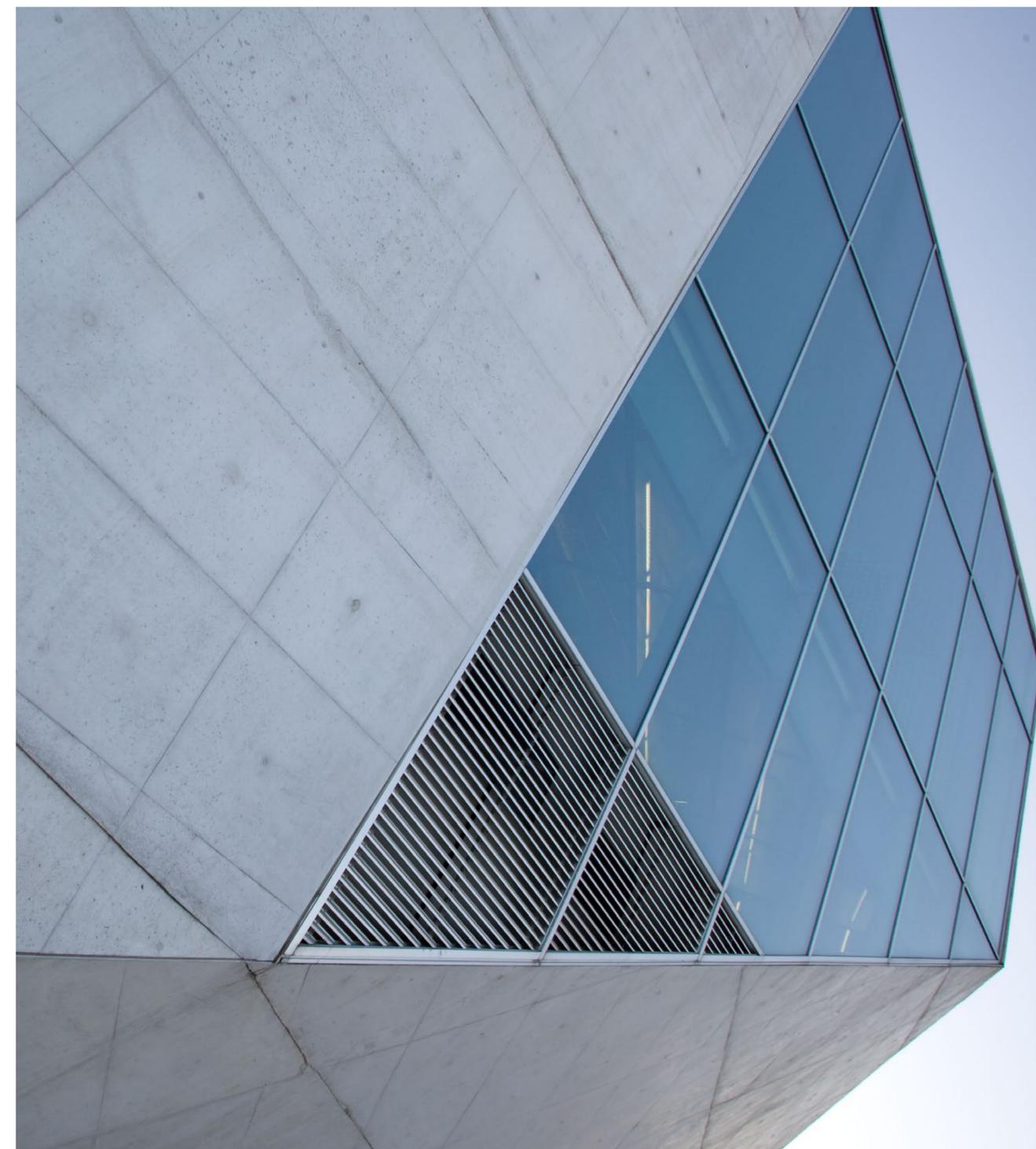


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Garantias prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta garantias prestadas a terceiros conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Garantias prestadas		
IAPMEI (âmbito do QREN)	277.541	339.306
IAPMEI (âmbito do PEDIP)	209.305	209.305
APSS - Admi. dos Portos de Setúbal e Sesimbra	2.624.820	2.624.820
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional LVT	948.840	1.247.478
Conselho de Emprego, Indústria e Turismo (Espanha)	954.118	954.118
APDL - Administração do Porto de Leixões	377.154	720.657
ICNF-Inst.da Conserv.Natur. e das Florestas, I.P.	668.688	862.932
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Norte	236.403	236.403
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Centro	789.647	789.647
Comissão de Coordenação e Desenv. Regional Algarve	678.620	534.620
Tribunal do Trabalho	217.324	217.324
Livranças, avais e fianças	283.041	281.268
Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais	199.055	199.055
Agência de Desenvolvimento e Coesão	4.995.543	5.708.912
Outras	919.458	461.610
	14.379.557	15.387.456
Hipotecas sobre Terrenos, Imóveis e Equipamentos	3.358.569	62.305.714
	17.738.126	77.693.170





01

02

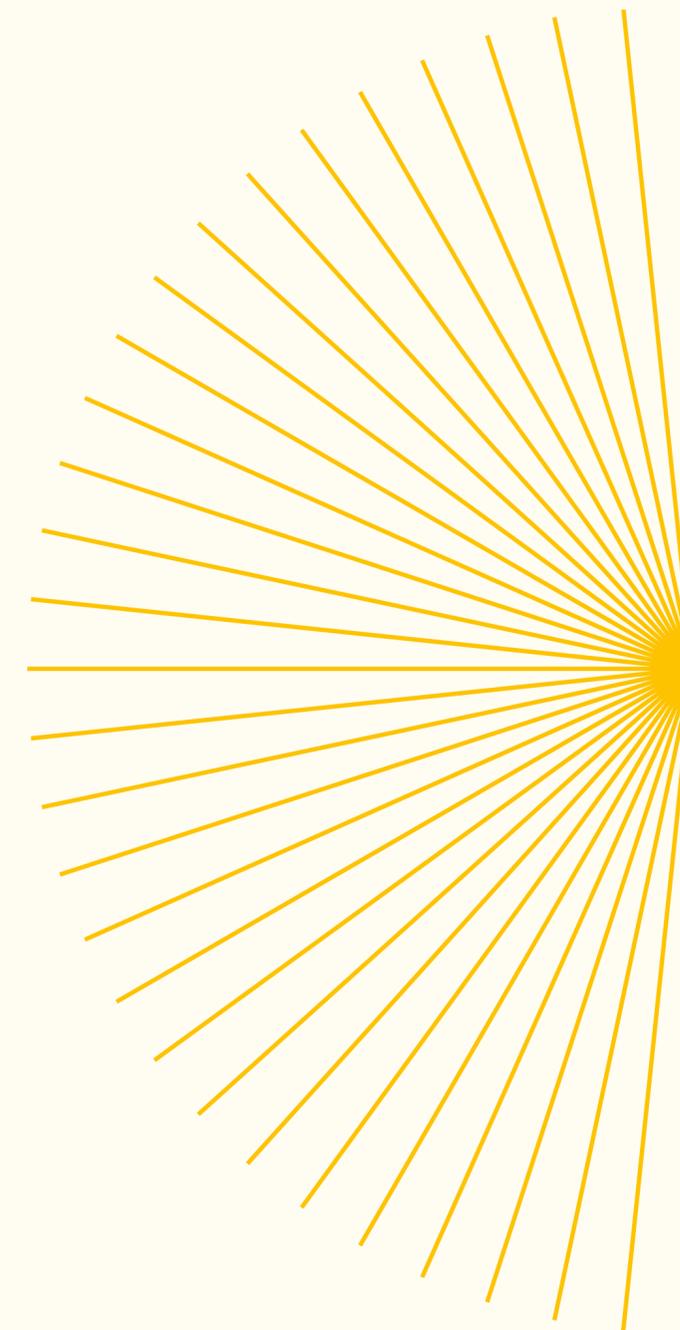
03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



10 _____ Estrutura do Grupo





01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

10

Estrutura do Grupo

	Nota
Empresas incluídas na consolidação	10.1
Interesses que não controlam	10.1
Variações do perímetro de consolidação	10.2
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	10.3
Transações com partes relacionadas	10.4

10.1 ____ Empresas incluídas na consolidação

Políticas contábilísticas

Entidades controladas pelo Grupo	<p>A Secil controla uma entidade (subsidiária) quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as suas atividades relevantes.</p> <p>O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas são apresentados nas rubricas de interesses que não controlam.</p>
Concentração de atividades empresariais	<p>É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de atividades que constituam um negócio. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.</p> <p>Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo nos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como <i>goodwill</i> (Nota 3.1).</p> <p>O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/ atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/ acionista (ex.: realização de justo valor de ativos adquiridos).</p> <p>Quaisquer pagamentos contingentes a efetuar pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.</p> <p>Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (<i>goodwill</i> negativo ou <i>badwill</i>), a diferença é reconhecida diretamente em resultados na rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais (Nota 2.2). Os custos de transação diretamente atribuíveis são imediatamente reconhecidos em resultados.</p> <p>Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do <i>goodwill</i> ou <i>badwill</i>.</p> <p>Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.</p>
Consolidação	<p>As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. Na aquisição de parcelas adicionais de capital em sociedades já controladas pelo Grupo, o diferencial apurado entre a percentagem de capitais adquiridos e o respetivo valor de aquisição é registado diretamente no capital próprio.</p> <p>As políticas contábilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.</p> <p>As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.</p>



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Alienações com perda de controlo

No caso de alienações de participações das quais resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida dos resultados, assim como o ganho ou perda resultante dessa alienação.

Transações subsequentes de subsidiárias

Transações sem perda de controlo

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no capital próprio, na rubrica de Resultados transitados. Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam são alocados na percentagem detida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo.

Empresas incluídas na consolidação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta as seguintes subsidiárias:

	31-12-2021		31-12-2020		Total
	% do capital detido pela Secil				
	Sede	Direta	Indireta	Indireta	
Empresa-mãe:					
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	Portugal				
Subsidiárias:					
BETOTRANS II - Unipessoal, Lda. (ex - Hewbol, S.G.P.S., Lda.)	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Secil Cabo Verde Comércio e Serviços, Lda.	Cabo Verde	99,80	0,20	100,00	100,00
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	75,00	25,00	100,00	100,00
Florimar- Transporte Marítimo, Navios e Participações, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Secil Cement, B.V.	Holanda	100,00	-	100,00	100,00
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda. ^(a)	Portugal	-	-	-	100,00
Silonor, S.A.	França	100,00	-	100,00	100,00
Société des Ciments de Gabés	Tunísia	98,72	-	98,72	98,72

	31-12-2021		31-12-2020		Total
	% do capital detido pela Secil				
	Sede	Direta	Indireta	Indireta	
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunísia	-	98,72	98,72	98,72
Zarzis Béton	Tunísia	-	98,52	98,52	98,52
Secil Angola, SARL	Angola	100,00	-	100,00	100,00
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	Angola	-	51,00	51,00	51,00
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Secil Britas, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para a Construção, S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	Portugal	-	75,00	75,00	75,00
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Portugal	99,53	-	99,53	99,53
Ciminpart - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
ALLMA - Microalgas, Lda.	Portugal	-	70,00	70,00	70,00
Secil Brasil Participações, S.A.	Brasil	-	100,00	100,00	100,00
Supremo Cimentos, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00
Margem - Companhia de Mineração, SA	Brasil	-	100,00	100,00	100,00
Secil Brands - Marketing, Publicidade, Gestão e Desenvolvimento de Marcas, Lda.	Portugal	100,00	-	100,00	100,00
Ciments de Sibline, S.A.L.	Líbano	28,64	22,41	51,05	51,05
Soime, S.A.L.	Líbano	-	51,05	51,05	51,05
Cimentos Madeira, Lda.	Portugal	57,14	42,86	100,00	100,00
Beto Madeira - Betões e Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00
Brimade - Sociedade d e Britas da Madeira, S.A.	Portugal	-	100,00	100,00	100,00
Madebritas - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.	Portugal	-	51,00	51,00	51,00
SPB, SGPS, Lda. ^(a)	Portugal	-	-	-	100,00
Secil Prébetão, S.A. ^(b)	Portugal	-	-	-	100,00
Cimentos Secil, SLU	Espanha	100,00	-	100,00	100,00

^(a) Empresa fundida, por incorporação na empresa SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., em janeiro de 2021.

^(b) Empresa alienada em novembro de 2021.

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Interesses que não controlam – detalhe por subsidiária

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe dos interesses que não controlam, apresentados na demonstração dos resultados e no capital próprio é conforme se segue:

Valores em Euros	% detida	Resultado		Capitais Próprios	
		'21	'20	31-12-2021	31-12-2020
Société des Ciments de Gabés e subsidiárias	1,28	72.486	102.118	559.664	542.396
IRP - Industria de Rebocos de Portugal, S.A.	25,00	276.020	245.608	449.737	418.717
Secil - Companhia de Cimento do Lobito, S.A.	49,00	(415.215)	(1.164.449)	(3.995.565)	(2.693.304)
Ciments de Sibline, S.A.L e subsidiária	48,95	3.774.621	7.002.914	9.969.920	17.421.334
Outros		4.045	(1.521)	230.848	226.808
		3.711.957	6.184.670	7.214.604	15.915.951

Interesses que não controlam – movimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido em Interesses que não controlam é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	15.915.951	53.914.585
Dividendos	(305.601)	(2.919.593)
Transposição das demonstrações financeiras de subsidiárias estrangeiras	(12.634.147)	(43.114.007)
Alterações nos pressupostos atuariais	230	(137)
Economias hiperinflacionárias	526.214	1.850.433
Resultado líquido do período	3.711.957	6.184.670
Saldo Final	7.214.604	15.915.951

10.2 ____ Variações do perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o perímetro foi alterado face ao exercício precedente pelas seguintes operações de reorganização societária:

	'21
	Data
Alienações	
Secil Prebetão - Prefabricados de betão, S.A.	nov/21
Fusão por incorporação de subsidiárias, sem alteração do interesse do Grupo	
SERIFE - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamentos, Lda.	jan/21
SPB - SGPS, Lda.	jan/21
	'20
	Data
Alienações	
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	fev/20
Fusão por incorporação de subsidiárias, sem alteração do interesse do Grupo	
Betotrans - Transportes e Serviços, Lda., incorporada na BETOTRANS II - Unipessoal, Lda. (ex - Hewbol, S.G.P.S., Lda.)	jan/20
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A., incorporada na SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	jan/20



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

10.3 ___ Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Políticas contabilísticas

Associadas	São todas as entidades sobre as quais o grupo exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com investimentos representando entre 20% a 50% dos direitos de voto.
Empreendimentos conjuntos	São acordos que conferem ao Grupo controlo conjunto (estabelecido contratualmente) e relativamente aos quais o Grupo detém um interesse nos ativos líquidos.
Método da equivalência patrimonial	Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações de capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e empreendimentos conjuntos, por contrapartida de Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos, e dividendos. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada ou empreendimentos conjuntos iguala ou ultrapassa o seu investimento nestas sociedades, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em responsabilidades ou efetuado pagamentos em nome destas.
Ganhos e perdas não realizados em transações com o Grupo	Os ganhos não realizados em transações com as associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na extensão da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos detalham-se conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021		31-12-2020	
	% detida	Valor	% detida	Valor
Associadas				
MC - Materiaux de Construction	49,36%	1.530	49,36%	1.520
J.M.J. - Henriques, Lda.	50,00%	377.521	28,57%	362.792
Ave, S.A.	35,00%	250.026	35,00%	213.263
Empreendimentos conjuntos				
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	50,00%	-	50,00%	445.560
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	0,00%	-	50,00%	2.093.963
		629.077		3.117.098

Movimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos investimentos em associadas e empreendimentos é conforme se segue:

Valores em Euros	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	3.117.098	3.336.316
Resultado líquido - associadas	243.414	316.608
Resultado líquido - empreendimentos conjuntos	2.317.650	1.174.077
Dividendos atribuídos	(191.923)	(1.124.280)
Transferência para provisões - capitais próprios negativos (Nota 9.1)	(445.560)	-
Alienações	(4.411.614)	(2.222.888)
Ajustamento cambial	12	(55)
Saldo Final	629.077	3.117.098
Saldo Final	7.214.604	15.915.951



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Informação de associadas e empreendimentos conjuntos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as subsidiárias com interesses que não controlam significativos apresentam nas suas contas os valores que se seguem:

Valores em Euros**Associadas**

		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Rédito do período	Resultado Líquido
MC- Materiaux de Construction	b)	843.471	926.056	(82.585)	2.163.761	32.951
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1.073.926	318.884	755.042	-	29.458
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	a)	5.425.874	4.711.519	714.355	11.599.447	653.385

Empreendimentos conjuntos

Allmicroalgae	a)	3.881.629	4.577.139	(695.510)	711.515	(1.586.632)
---------------	----	-----------	-----------	-----------	---------	-------------

a) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 30-11-2021.

b) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras ajustadas da associada para o período findo em 31-12-2021.

'21

'20

Valores em Euros**Associadas**

		Ativos Totais	Passivos Totais	Capital Próprio	Rédito do período	Resultado Líquido
MC- Materiaux de Construction	a)	1.046.009	1.095.116	(49.107)	1.673.752	(68.636)
J.M.J. - Henriques, Lda.	a)	1.046.887	321.303	725.584	-	(3.368)
Setefrete, SGPS, S.A.	b)	5.631.835	14.928	5.616.907	-	33.081
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	a)	5.405.067	4.795.745	609.322	12.019.455	548.352

Empreendimentos conjuntos

Allmicroalgae	a)	3.934.626	3.043.506	891.120	705.939	(705.452)
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda	a)	6.327.397	2.139.471	4.187.926	12.186.539	3.094.354

a) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras da associada para o período findo em 31-12-2020.

b) A informação financeira apresentada está de acordo com as demonstrações financeiras ajustadas da associada para o período findo em 31-01-2020.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

10.4 — Transações com partes relacionadas

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020		
	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Imposto sobre o Rendimento (Nota 6.1)	Valores a receber (Nota 4.2)	Valores a pagar (Nota 4.3)	Imposto sobre o Rendimento (Nota 6.1)
Acionistas						
Semapa, SGPS, S.A.	34.951	4.570.453	-	438	3.479.920	-
Semapa, SGPS, S.A. - RETGS	-	-	8.921.550	-	-	6.684.886
CIMO - Gestão de participações, SGPS, S.A.	-	1.160	-	-	1.160	-
	34.951	4.571.613	8.921.550	438	3.481.080	6.684.886
Associadas e Empreendimentos conjuntos						
J.M.J. Henriques, Lda.	104.919	-	-	106.639	-	-
Inertogrande - Central de Betão, Lda.	189.774	-	-	190.089	-	-
Setefrete - Soc. Tráfego Cargas, S.A.	-	-	-	-	-	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	174.105	801.628	-	323.082	549.929	-
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	-	-	-	20.446	25.400	-
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	174.971	-	-	299.295	-	-
	643.769	801.628	-	939.551	575.329	-
Outras entidades relacionadas						
Cotif Sicar	-	8.747	-	-	90.709	-
Grupo Navigator	18.777	-	-	193.845	19.578	-
Eng.Silva Dias	-	-	-	-	20.517	-
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	39.259	7.610	-	-	-	-
Outros acionistas de subsidiárias e outras partes relacionadas	3	36.596	-	3	166.407	-
	58.039	52.953	-	193.848	297.211	-
	736.759	5.426.194	8.921.550	1.133.837	4.353.620	6.684.886

01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Transações do período com partes relacionadas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo realizou as seguintes transações com partes relacionadas:

Valores em Euros	31-12-2021			31-12-2020			
	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	Compras de serviços	Vendas e Prestações de serviços	Outros rendimentos operacionais	(Gastos)/rendimentos financeiros
Acionistas							
Semapa, S.G.P.S., S.A.	(4.546.813)	-	4.439.673	(4.225.120)	-	-	(6.067)
	(4.546.813)	-	4.439.673	(4.225.120)	-	-	(6.067)
Associadas e Empreendimentos conjuntos							
J.M.J. Henriques, Lda.	-	-	-	-	-	1.800	-
Inertogrande - Central de Betão, Lda.	-	-	-	-	-	1.800	-
Allmicroalgae - Natural products, S.A.	-	236	524.104	-	4.474	611.003	-
Ave-Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	(1.954.562)	13.677	242.890	(2.012.822)	46.363	224.103	-
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	-	-	-	(67.900)	-	133.000	-
	(1.954.562)	13.913	766.994	(2.080.722)	50.837	971.706	-
Outras entidades relacionadas							
Grupo Navigator	(132.417)	190.098	-	(220.446)	160.858	-	-
José António do Prado Fay	-	-	-	(13.858)	-	-	-
Eng.Silva Dias	-	-	-	-	-	-	(333)
Utis - Ultimate Technology To Industrial Savings, Lda.	(76.031)	-	141.680	-	-	-	-
	(208.448)	190.098	141.680	(234.304)	160.858	-	(333)
	(6.709.823)	204.011	5.348.347	(6.540.146)	211.695	971.706	(6.400)



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



11 _____ Gestão de riscos operacionais





01

02

03



11

Gestão de riscos operacionais

O Grupo está presente no sector da construção, o qual está sujeito a riscos diversos, que podem ter um efeito significativo na atividade que exerce, nos seus resultados operacionais, nos fluxos de caixa que gera e na sua posição financeira.

Os fatores de risco operacional analisados neste capítulo podem ser estruturados da seguinte forma:

- Abastecimento de matérias – primas;
- Preço de venda;
- Procura dos produtos do Grupo;
- Concorrência;
- Custos energéticos;
- Riscos associados a alterações climáticas;
- Risco país – Brasil, Tunísia, Líbano e Angola,
- Legislação ambiental.

Abastecimento de matérias-primas

No que se refere ao cimento e outros materiais, as principais matérias-primas do processo de fabrico do cimento são os calcários e as margas ou argilas, cuja extração é efetuada em pedreiras próprias, localizadas no perímetro fabril, dispondo o Grupo de reservas que asseguram a exploração sustentada nos próximos anos em parte significativa das localizações geográficas em que opera.

Preço de venda

Uma vez que o Grupo desenvolve a sua atividade em mercados geograficamente diversos, os preços praticados, dependem essencialmente, da conjuntura económica e da concorrência de cada país.

Procura dos produtos do Grupo

O volume de negócios do Grupo deriva do nível de atividade no setor da construção em cada um dos mercados geográficos em que opera. O setor da construção tende a ser cíclico, especialmente em economias maduras, e depende do nível de construção residencial e comercial, bem como do nível de investimentos em infraestruturas.

O setor da construção é sensível a fatores como as taxas de juro e uma quebra da atividade económica numa dada economia pode conduzir a uma recessão neste setor.

Apesar do Grupo considerar que a sua diversificação geográfica é a melhor forma de conseguir a estabilização dos seus resultados, a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais podem ser negativamente afetados por uma quebra do setor da construção em qualquer mercado significativo em que opere.

Concorrência

As empresas do Grupo desenvolvem a sua atividade num ambiente competitivo. No caso do mercado português, excessos de capacidade dos operadores nacionais em conjugação com importações, poderão afetar a performance nesse segmento.

O mesmo se verifica na Tunísia e Líbano, países em recessão atualmente com excesso de capacidade instalada, o que tem impactado negativamente os preços nesses países.

Custos Energéticos

Uma parte significativa dos custos do Grupo está dependente dos custos energéticos. A energia é um fator de custo com peso significativo na atividade da Secil e das suas participadas. O Grupo protege-se, em certa medida, contra o risco da subida do preço da energia através da possibilidade de algumas das suas fábricas utilizarem combustíveis alternativos e de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para algumas das necessidades energéticas. Apesar destas medidas, flutuações significativas nos custos da eletricidade e dos combustíveis podem afetar negativamente a sua atividade, situação financeira e resultados operacionais.

Riscos associados a alterações climáticas

O Grupo Secil encontra-se inserido numa indústria com elevadas emissões de CO₂ no seu processo produtivo, nomeadamente na calcinação dos carbonatos presentes nas matérias-primas principais e queima de combustíveis nos fornos. Neste sentido, tem vindo a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para reduzir as suas emissões de CO₂, através de ganhos de eficiência térmica e elétrica, da utilização de combustíveis alternativos e do desenvolvimento de novas tecnologias para captura e utilização de CO₂, para desta forma reduzir a sua pegada total de gases com efeito de estufa (GEE), bem como promover a mitigação e adaptação aos riscos gerados pelas alterações climáticas.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As alterações no ambiente regulatório nomeadamente o aumento do preço das licenças de emissões de CO₂ e eventos climáticos extremos com maior frequência aumentam o risco de interrupções na produção, logística e fornecimento de matérias-primas e energia. As incertezas em relação às alterações climáticas podem ainda resultar em alterações nas projeções de fluxos de caixa do grupo ou na revisão das vidas úteis dos ativos.

Neste contexto desafiante no âmbito da transição para uma economia descarbonizada, o Grupo monitoriza os potenciais impactos na sua posição financeira, na performance e nos seus fluxos de caixa decorrentes de alterações climáticas, designadamente os impactos nas estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes.

Conforme divulgado, consciente do novo enquadramento e riscos associados, a Secil encontra-se a desenvolver um conjunto de estratégias e investimentos para redução das emissões de CO₂ que permitirão ao Grupo atingir as suas metas e dar uma resposta adequada aos desafios climáticos do sector. Dos investimentos que se encontram a ser realizados importa destacar o processo de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL - *Clean Cement Line*, um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de euros com conclusão prevista para 2023 e que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.

O Grupo Secil apresenta uma boa capacidade de geração de *cash-flow* livre e uma posição financeira confortável, sendo convicção do Conselho de Administração, que face à sua situação financeira e de liquidez, não se antevêm impactos negativos relevantes decorrentes de alterações climáticas que justifiquem o reconhecimento de imparidades adicionais ou que ponham em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Risco país – Brasil, Tunísia e Angola

O Grupo encontra-se exposto ao risco país do Brasil, Tunísia e Angola nos quais detém investimentos em unidades produtivas.

Risco país – Líbano

No caso do Líbano, as altas taxas de desemprego, inflação e depreciação monetária colocam restrições no acesso a serviços essenciais por parte da população libanesa e dos milhares de refugiados que procuraram abrigo no país.

A chegada da pandemia COVID-19 e as restrições impostas para conter sua propagação, agravaram o cenário de vulnerabilidade enfrentado pelo país, pelo que os riscos no topo das prioridades foram a falha de *governance* nacional, a crise do estado, desemprego e subemprego, hiperinflação e profunda instabilidade social.

O ano de 2021 fica ainda marcado pela impressão massiva de moeda, pela desvalorização da moeda local, pela escassez de reservas de moeda estrangeira e pela deterioração do contexto económico. A escassez de moeda estrangeira para fazer face à importação de bens essenciais (e.g. medicamentos e bens alimentares), levou a medidas de controlo de capitais por parte das entidades bancárias e de supervisão, o que promoveu o crescimento do mercado não regulado de compra e venda de moeda. Estas transações de troca de libras libanesas por outras divisas realizadas a câmbio diferente do oficial, que permitiram aos operadores locais garantir a manutenção das suas operações, constituindo esta uma prerrogativa de “força maior”, foram excepcionalmente reconhecidas pelo Ministério das Finanças do Líbano através de uma circular (*Guideline*) publicada no final do exercício de 2020.

No que respeita à inflação, esta encetou a sua escalada desde o início de 2020, representando em julho uma inflação cumulativa superior a 100% num período de 3 anos, pelo que o país foi declarado como economia hiperinflacionária. Neste sentido, as empresas foram obrigadas a aplicar a IAS29 “*Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*” (Nota 1.2).

Adicionalmente à inflação generalizada e escassez de divisas, a generalidade das indústrias no Líbano têm enfrentado restrições no abastecimento de energia por parte da empresa pública de produção e distribuição de eletricidade.

Em 2020 importa ainda destacar a explosão ocorrida no porto de Beirute que, para além de todos os danos humanos, causou um rasto de destruição e protestos alargados contra a corrupção instalada no país e, conseqüentemente, o Governo. Estes protestos resultaram na renúncia do primeiro-ministro, aumentando o risco de instabilidade política. Em 2021 tomou posse um novo Governo, o qual se encontra a estudar medidas de mitigar a grave crise instalada no país.

Legislação Ambiental

Em 2021 iniciou-se o 4º período do CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissões com os últimos atos legislativos ainda a decorrer para o enquadramento definitivo para o subperíodo 2021-2025.

A 14 de julho, a Comissão Europeia adotou um pacote de propostas legislativas, “Fit 55”, para revisão das políticas de clima, energia, uso da terra, transporte e tributação da UE no sentido de materializar a reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Com estas propostas, a Comissão apresentou os instrumentos legislativos para atingir os objetivos

acordados na Lei Europeia do Clima e fundamentalmente transformar a nossa economia e sociedade para um futuro justo, verde e próspero.

Destas iniciativas legislativas destacamos pelo seu impacto na empresa a revisão da Diretiva CELE e a criação e um Mecanismo de Ajuste Fronteiriço com o objetivo de equalizar os custos de CO₂ suportados quer pelos produtores europeus como os não europeus criando condições de concorrência justas entre ambos e que não levem a uma deslocalização da indústria cimenteira para fora da EU para espaços com menos exigências em termos ambientais e climáticos.

O setor cimenteiro está na linha da frente para integrar o novo mecanismo que levará após a sedimentação do mesmo a uma eventual redução da atribuição de emissões gratuitas acentuando o desafio da descarbonização das unidades produtivas que a própria Secil já iniciou na sua unidade do Outão com o projeto CCL.

No mesmo sentido a Secil subscreveu o *Roadmap* para a Neutralidade Carbónica para o setor cimenteiro nacional publicado pela ATIC em março deste ano.

A Secil consciente deste novo enquadramento e do impacto na redução de licenças gratuitas a receber iniciou o processo de atualização tecnológica da sua unidade de produção do Outão, Projeto CCL - *Clean Cement Line*, recorrendo à utilização de tecnologias maduras mais eficientes e a tecnologias inovadoras que levam a uma redução de 20 % das emissões carbónicas, à produção verde de 30 % do consumo de energia elétrica da unidade, zero utilização de combustíveis fósseis e 20 % redução consumo térmico. Um investimento com o montante total de cerca de 86 milhões de euros com conclusão prevista para 2022 e 2023 e que coloca esta unidade como uma referência ao nível europeu em eficiência energética e ambiental.



01

02

03



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Miguel dos Santos Pacheco Pires
Presidente

Otmar Hübscher
Vice-Presidente

Carlos Alberto Medeiros Abreu
Vogal

Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros
Vogal

Manuel António de Sousa Martins
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

Francisco Javier de Benito Fernandez
Vogal

Sérgio António Alves Martins
Vogal

Vítor Paulo Paranhos Pereira
Vogal



01

02

03



03

Certificação Legal do Revisor do Relatório do Conselho Fiscal às Contas Consolidadas

SÓLIDOS NA TRANSFORMAÇÃO





01

02

03

CERTIFICAÇÃO LEGAL DO REVISOR DO RELATÓRIO
DO CONSELHO FISCAL ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 980.626.565 euros e um total de capital próprio de 284.283.473 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas de 66.305.752 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



01

02

03



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

22 de abril de 2022

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 (n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
 representada por
 Pedro Jorge Quental e Cruz
 (ROC n.º 1765 e registado na CMVM com o n.º 20161607)

SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Contas Consolidadas

Exercício de 2021

Senhores Accionistas,

1. Nos termos da lei, dos estatutos da empresa e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2021 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
2. No decurso do exercício, acompanhámos com regularidade a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração e Directores da Sociedade. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos e da respectiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não deparámos com quaisquer constrangimentos.
3. Reunimos por diversas vezes com o revisor oficial de contas e auditor externo, KPMG & Associados, SROC, Lda., acompanhando os trabalhos de auditoria desenvolvidos e fiscalizando a sua independência. Apreciámos a Certificação Legal das Contas, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais.
5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) A Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração da posição financeira consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados, tendo-se dado seguimento, às análises e recomendações emitidas pelo auditor externo;

a) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.

6. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas, somos do parecer que:

a) seja aprovado o Relatório de Gestão;

b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. Finalmente, os membros do Conselho Fiscal expressam o seu reconhecimento e agradecimento pela colaboração prestada, ao Conselho de Administração, aos principais responsáveis e aos demais colaboradores da empresa, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, KPMG & Associados, SROC, Lda.

Lisboa, 22 de abril de 2022

O Presidente do Conselho Fiscal,

José Manuel de Oliveira Vitorino

O Vogal,

Gonçalo Nuno Palha Gaio Picão Caldeira

O Vogal,

Maria da Graça Torres Ferreira da Cunha Gonçalves

01

02

03





Companhia Geral de Cal e Cimentos, S.A.
Sede, Outão. Apartado 71
2901-864 Setúbal

T. +351 212 198 100 / +351 265 534 766
F. +351 265 234 629

www.secil.pt